



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
Secretaria Nacional da Proteção Global
Diretoria de Proteção e Defesa dos Direitos Humanos
Coordenação-Geral de Combate à Tortura e à Violência Institucional
Coordenação do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

33ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

Data e horário: 10 de junho de 2021, de 08:30hs às 12h30.

Local: <https://us02web.zoom.us/j/k6Be9oq0N>

Telefone para contato: (61) 2027-3337

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Abertura

• **Pauta:**

1.1. Registro dos membros

Horário do início do ponto de pauta: 08h49

Condução: vice-Presidência e Secretaria Executiva do CNPCT

Quórum para abertura: 16 membros

Instalação do quórum

Representantes de Governo	Representantes da sociedade civil
1. MMFDH	1. CFOAB
2. SNPG/MMFDH	2. CFP
3. SG/PR	3. JG
4. Ministério da Cidadania	4. RENILA
5. MD	5. MNU
6. MRE	6. SOMOS
7. MJ	7. COADE
	8. UFRN
	9. CONECTAS
Total: 16 membros presentes no momento da instalação do quórum	

1.2. Leitura e adoção da pauta da 33ª RO CNPCT

- Após a leitura da pauta, foi sugerido pela representante da OAB a inclusão dos respectivos pontos de pauta:

- a) Debate e encaminhamentos sobre a proposta formulada pelo Departamento Penitenciário Nacional no Ofício nº 1055/2021/DIRPP/DEPEN/MJ, que trata do fomento à assistência religiosa nos presídios do Brasil.
- b) Sugerido que se convide o Depen para prestar esclarecimentos a respeito da temática
- c) Debate e encaminhamentos sobre reunião do SNPCT.

- Conectas solicitou a inclusão do ponto de pauta sobre a situação do sistema carcerário no Amazonas.

- Considerando o último censo realizado em 2011 em hospitais de custódia, Renila apresentou solicitação de informações atualizadas nas referidas instituições.

- Após apresentadas as solicitações, a presidência sugere que a inserção do ponto de pauta referente a situação do Estado do Amazonas entre no ponto de pauta temática do Mecanismo, e que se houver alguma colaboração dos membros do CNPCT relacionado a temática, poderá ser apresentado nesse momento da pauta.

- O representante do MMFDH sugere a aprovação das inclusões dos referidos pontos de pauta, deixando para o final do dia 11, segundo dia de reunião, a definição da data da próxima reunião do SNPCT e a solicitação de informação sugerida pela Renila.

- **Encaminhamento:** Aprovado a inclusão dos itens de pauta apresentados pela OAB, Conectas e Renila. Se houver tempo hábil, o Depen apresentará esclarecimentos quanto ao Ofício nº 1055/2021/DIRPP/DEPEN/MJ; o ponto de pauta referente a situação do Estado do Amazonas será debatido no dia 11, no momento da pauta temática do MNPCT, e fica incluído para o final da pauta do segundo dia de reuniões a solicitação de informações encaminhada pela RENILA e a definição de data para a reunião anual do SNPCT.

Encaminhamentos aprovados por unanimidade.

1.3. Aprovação da ata da 31ª reunião ordinária.

Solicitado esclarecimento pela UFRN, sobre a ausência da ata da 13 Reunião Extraordinária. Dado o esclarecimento que as duas atas em atraso (13RE e 32RO), não foram disponibilizadas por motivos de logística interna da empresa contratada para fazer a degravação dos conselhos do Ministério.

- Ata aprovada por unanimidade.

2. Administrativa

2.1. Informes da secretaria executiva:

- informes sobre o andamento da seleção da sociedade civil. Informado pela

Coordenação de Apoio que o link de acesso ao formulário de inscrição e do Edital foram enviados aos membros na data de sua publicação no DOU.

- Nomeação das peritas do MNPCT. Informado pela Coordenação, que o processo segue o trâmite burocrático, e que o próximo passo é aguardar autorização do Ministério da Economia para que o MMFDH publique a Portaria com a nomeação dos peritos nos referidos cargos DAS, conforme prevê o Edital de seleção.
- Confirmada a prorrogação do resultado do 5º Processo de Seleção do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura - 5º PSP/MNPCT, publicado no Edital de Seleção nº 3/2020. Edital fica prorrogado até junho de 2022.
- No que diz respeito aos mandatos dos membros CNPCT, foi informado que a questão ainda depende de uma avaliação decisiva interna, essa decisão que levaria em consideração o parecer ou outra estratégia com relação a prorrogação dos mandatos.
- Solicitado esclarecimento pela UFRN sobre os informes da Coordenação. Esclarecimento feito pelo Coordenador Geral de Combate à Tortura, João Lança, que se refere ao item acima.

2.2. Informes dos convidados e membros do CNPCT.

- O Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Estado da Bahia, informou que a Bahia está organizando evento em alusão ao dia 26 de junho que se refere as vítimas de tortura.
- Fernanda, representante da Anadep, solicitou informação sobre o ofício encaminhado ao Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, que trata das audiências de custódia. Foi informado que o ofício foi encaminhado.

3. Planejamento

3.1. Debates sobre encaminhamentos CNPCT.

- Apresentação do andamento dos encaminhamentos das últimas reuniões no que se refere a solicitação de informação sobre o número de pessoas em ILPIs. Encaminhamento da 13ª Reunião extraordinária. Até a data de 10 de junho, a coordenação de apoio recebeu resposta apenas da Secretaria Nacional da Pessoa Idosa. A resposta será encaminhada ao plenário.
- Apresentada a resposta dada pelo Ministério da Saúde sobre a vacinação dos peritos do MNPCT, foi sugerido que se reiterasse a solicitação tendo em vista a quantidade de peritos a serem vacinados, bem como a importância de se garantir a saúde dos peritos ao entrarem ao sistema prisional.
- A Convidada permanente Sylvia Dias e o representante da SOMOS, Caio Klein, ressaltam a importância da vacinação dos peritos do MNPCT, tendo em vista ser primordial os peritos estarem vacinados para darem continuidade as inspeções nos locais de privação de liberdade.

Encaminhamento: Fica aprovado a reiteração da solicitação das vacinas dos peritos. Caio e Sylvia apresentarão sugestão de texto para nova reiteração de ofício.

Encaminhamento aprovado por unanimidade do colegiado.

3.2. Encaminhamentos Pendentes

- Apresentado ao plenário o boletim informativo quinzenal, sobre os encaminhamentos pendentes. Boletim foi enviado no último dia 7, e a planilha de encaminhamentos está disponível para acesso dos membros no drive do CNPCT.
- Sugerido a criação de um GT, para acompanhar as respostas enviadas ao CNPCT e posteriormente apresentar ao plenário.

3.3. Resolução para fluxos de controle.

- Feita a leitura do texto da minuta de resolução, que altera a resolução dos fluxos do CNPCT. Os membros apontaram algumas correções do texto, prazos e concordância, e o texto foi aprovado.

Representantes de Governo	Representantes da sociedade civil
1. MMFDH	1. CFOAB
2. SNPG/MMFDH	2. CFP
3. SNPIR/MMFDH	3. JG
4. SG/PR	4. RENILA
5. Ministério da Cidadania	5. MNU
6. MD	6. CONECTAS
7. MRE	7. SOMOS
8. MEC	8. EDUCAFRO
	9. COADE
	10. CUT
	11. UFRN
	12. UBM
Soma: 8 votos favoráveis	Soma: 12 favoráveis
Não registraram votos: SEGOV/PR*; MJ*; MS*	
Aprovada por unanimidade a alteração da resolução que que dispõe sobre os fluxos do CNPCT.	

3.4. Proposta de GT para tema de capacitação – Não deliberado;

4. CNPCT

4.1. Debates sobre a designação das vagas dos peritos do MNPCT

- Após solicitação de saída dos convidados permanentes, os trabalhos foram retomados pelo colegiado. Feito o registro dos membros do colegiado para os debates sobre a recondução dos peritos do MNPCT.
- Após debates sobre a recondução ou não dos peritos cujo mandato expira em junho de 2021, o colegiado deliberou pela não recondução dos peritos ocupantes dos atuais cargos.

Encaminhamento: Após deliberação, o plenário define pela não recondução dos quatro peritos, e encaminha a convocação dos próximos quatro classificados no processo seletivo regido pelo Edital de Seleção nº 3/2020.

Aprovado por unanimidade dos membros do colegiado.

5. Encerramento

Fica como ponto de pauta para o final do dia 11 de junho a inclusão da solicitação feita pela OAB, Conectas e Renila conforme aprovação do colegiado., bem como definição da data para realização da 3ª Reunião Ordinária do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.

- **Condução:** Vice-presidência do CNPCT
- Reunião encerrada pela vice-presidência.

**



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
Secretaria Nacional da Proteção Global
Diretoria de Proteção e Defesa dos Direitos Humanos
Coordenação-Geral de Combate à Tortura e à Violência Institucional
Coordenação do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

33ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

Data e horário: 11 de junho de 2021, de 08:30hs às 12h30.

Local: <https://us02web.zoom.us/j/k6Be9oq0N>

Telefone para contato: (61) 2027-3337

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Abertura

• **Pauta:**

1.1. Registro dos membros

Horário do início do ponto de pauta: 08h46

Condução: vice-Presidência e Secretaria Executiva do CNPCT

Quórum para abertura: 14 membros

Instalação do quórum

Representantes de Governo	Representantes da sociedade civil
1. MMFDH	1. CFOAB
2. SNPG/MMFDH	2. CFP
3. SG/PR	3. JG
4. MD	4. SOMOS
5. MRE	5. COADE
6. MJ	6. UFRN
7. MEC	7. CUT
Total: 14 membros presentes no momento da instalação do quórum	

Após a instalação do quórum foi passado para a apresentação dos convidados do CNPCT.

1.2. Aprovação da pauta da 33ª reunião ordinária.

- Aprovada pauta com as alterações sugeridas anteriormente.

2. Temática - MNPCT

2.1. Monitoramento do sistema prisional do Distrito Federal:

- Apresentação feita pelo perito José de Ribamar;
- Apresentado pelo perito os últimos acontecimentos no sistema prisional, de reincidência de tortura por parte dos agentes penitenciários; apresentado o PL da Câmara Legislativa do DF que será votado, segundo informou, na próxima quarta-feira (dia 16/06), criando o Mecanismo Distrital de Prevenção e Combate à Tortura e solicitou mobilização dos presentes para fortalecer a aprovação do Projeto.

2.2. Monitoramento da situação no Estado do Amazonas:

- Foram convidados para auxiliar o Mecanismo nesse ponto de pauta o Professor da Universidade Federal do Amazonas Fabio Candotti e Priscila Serra, que fizeram uma breve apresentação sobre a situação do sistema prisional no Estado do Amazonas. Foram relatados casos de omissão de informação do estado físico dos presos em suas fichas, denúncias de tortura, omissão de atendimento médico, entre outros casos.
- Solicitado pela perita Tarsila, a atenção do Comitê e do Estado em relação a situação do Estado do Amazonas, tendo em vista que a situação do Amazonas é extremamente preocupante e vem se repetindo nos últimos sete anos.
- Solicitado pela Educafro o registro de anexar junto a este Sumário os documentos disponibilizados em chat da reunião.

Encaminhamento 1: Criação de um GT para monitoramento da situação do Estado do Amazonas. Compõe o GT de monitoramento: Educafro, SNPG, CFOAB, MJ.

Encaminhamento 2: Retomada das recomendações anteriores do MNPCT ao Estado do Amazonas.

Encaminhamento 3: Oficiar as instituições apontadas para responder a porcentagem de recomendações cumpridas, com prazo de resposta de cinco dias úteis.

Encaminhamento 4: Pedido de reunião no dia 23 de junho com o Secretário de Administração Prisional do Amazonas com representante do Gabinete da Ministra e representante do CNPCT.

Encaminhamento 5: POP da intervenção do Grupo de Intervenção Penitenciária;

Encaminhamento 6: agenda de reunião com Defensoria, Ministério Público e Judiciário;

Encaminhamento 7: Proposta de missão conjunta do CNPCT/MNPCT/CNDH, assim que reestabelecidas as condições sanitárias.

Encaminhamentos aprovados por unanimidade.

2.3. Monitoramento das recomendações do MNPCT.

- Adriana fez uma breve explanação sobre o acompanhamento das recomendações do MNPCT, e o retorno recebido pelo MNPCT.
- Sugestão de constituir um GT para elaboração de Minuta de monitoramento das Recomendações do MNPCT.

3. Planejamento

3.1. Informes.

- Informado proposta de entendimento do MMFDH de que o mandato dos membros do CNPCT será contado da data da posse, 8 de outubro de 2019, fixando-se o calendário aprovado.
- Levantado pela conselheira Vitória, esclarecimento quanto ao item do edital que trata da representação das entidades que compõe o CNPCT. A vedação da participação de entidades que já compõe o colegiado há mais de dois mandatos não poderão concorrer novamente, impedindo assim a participação de entidades que já vem trabalhando na pauta do CNPCT.

Encaminhamento 1: Assim que aprovada a ata da 33ª reunião ordinária, compartilhar com a Educafro para divulgação junto ao CNMP.

- Esclarecido pela representante da OAB, que o parecer da Conjur, que a vedação se dá ao representante e não a entidade.

Encaminhamento 2: Devolução para Coordenação-Geral e para o Gabinete a reavaliação do ponto do edital que trata dos mandatos das entidades que compõe a sociedade civil do CNPCT, com base no parecer da consultoria jurídica.

3.2. Relatório de Atividades do CNPCT

- Apresentado ao plenário minuta de relatório de atividades do CNPCT
- Feitas marcações para atualização do relatório.

Encaminhamento: envio do relatório, após ajustes e complementação, para que seja colocado como ponto de pauta da Próxima RO.

4. Reunião Anual do SNPCT

- Foi proposta a agenda de reunião para o dia 30 de setembro e na próxima reunião ordinária ser incluído como ponto de pauta a deliberação sobre a pauta da Encontro Anual do SNPCT.

Encaminhamento: as propostas acima foram aprovadas como encaminhamentos.

5. Inclusão na Pauta: Ofício do DEPEN sobre consulta acerca de alternativas à política de Assistência Religiosa nas unidades prisionais

- Sylvia da APT fez o relatório da questão demonstrando a preocupação que a medida de implantação de veículos como rádios comunitárias para levar assistência religiosa seriam prejudiciais, caso se trate de uma substituição da assistência religiosa presencial;

- Cristiano Torquato do MJSP/DEPEN apresentou o contexto esclarecendo que se trata de uma fase de consulta pública a entidades religiosas e a unidades prisionais; que a proposta é complementar, aumentar o acesso ao conteúdo religioso, e não substituir ou limitar a assistência por meio presidencial;
- Foram feitas perguntas pela Dra. Fernanda representante da ANADEP e pela Sílvia da APT, que foram comentadas por Cristiano Torquato. Sílvia solicitou que na próxima RO o Depen traga mais informações para discutir o tema com o plenário.

5.1. A solicitação da RENILA sobre pedido de informações quanto a dados dos hospitais de custódias foi passado para a próxima reunião, a pedido da própria entidade que fará complementações ao pedido.

6. Encerramento

Ao final a Dra. Fernanda da ANADEP manifestou posicionamento contrário com a medida de fazer a deliberação sobre recondução de peritos de modo sigiloso apenas com os membros do CNPCT e informou que o sigilo não foi informado com antecedência.

O presidente fez considerações de que esse é um procedimento padrão que vem das outras gestões do CNPCT. Em seguida reconheceu o registro da ANADEP e ressaltou a importância do órgão para as reuniões.

- **Condução:** Vice-presidência do CNPCT
- Reunião encerrada pela vice-presidência.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

DEGRAVAÇÃO

33ª Reunião Ordinária do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura/CNPCT

Dias: 10 e 11/06/2021

(Realizada por videoconferência)

DEGRAVAÇÃO

33ª Reunião Ordinária do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura/CNPCT

1 **Dia 10/06/2021**

2 **Sra. Luana** - João, você pode pôr para gravar, por favor? Obrigada.

3 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** -
4 Vamos lá. RENILA, por gentileza.

5 **Sra. Andressa de França Alves Ferrari (RENILA)** – Andressa Ferrari, RENILA.
6 Presente.

7 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** -
8 SOMOS.

9 **Sr. Caio César Klein (SOMOS)** – Oi, bom dia. Caio Klein da SOMOS.

10 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** - Bom
11 dia. COAD.

12 **Sr. Rodrigo Sérvelo da Cunha Vieira Rios (COAD)** – Rodrigo Sérvelo, COAD,
13 bom dia.

14 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** -Bom
15 dia. MNU.

16 **Sr. Wanderson Pinheiro de Oliveira (Movimento Negro Unificado)** – Bom dia a
17 todos. Wanderson Pinheiro. Presente.

18 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** -Justiça
19 Global.

20 **Sra. Isabel Costa Limam (Justiça Global)** – Isabel Limam, Justiça Global.

21 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global) - UFRN.**

22 **Sr. Cândida de Souza (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) –**
23 **Cândida, UFRN.**

24 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global) -**
25 **Presidente, já temos quórum, esses foram os que registraram presente aqui no**
26 **chat, se algum outro coloca aí, membro do Comitê.**

27 **Sr. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (Conselho Federal de Psicologia) -**
28 **Faltou o Conselho Federal de Psicologia.**

29 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global) - Isso.**

30 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa) - Pedro está fazendo**
31 **registro, não é? CFP, Pedro Bicalho.**

32 **Sr. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (Conselho Federal de Psicologia) –**
33 **Pedro Paulo Bicalho, suplente, CFP. Bom dia.**

34 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa) - Perfeito. Mais alguém dos**
35 **membros que não registrou presença?**

36 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global) -**
37 **CONNECTAS.**

38 **Sr. Henrique Hollunder Apolinário de Souza (Conectas Direitos Humanos) –**
39 **Henrique Apolinário, CONNECTAS. Bom dia.**

40 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa) - Bom, perfeito. Fechamos**
41 **o quórum. Obrigado, João Lança. 8h49 então nós vamos iniciar a nossa 33ª**
42 **Reunião Ordinária do CNPCT. Bom dia a todos os colegas aí, espero que todos**
43 **estejam bem. Vou pedir para o João Lança já entrar na nossa pauta, considerando**
44 **aí 20 minutos já de atraso no início. Por favor, João Lança.**

45 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global) –**
46 Pauta, presidente?

47 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa) -** Vamos já na pauta.

48 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global) –** Ok.
49 Nós temos aqui o início, registro dos membros e quórum, leitura e adoção da
50 pauta da 33ª RO. Então, em seguida a aprovação da Ata da 31ª RO. Podemos
51 seguir com a leitura da pauta?

52 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa) –** Por favor.

53 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global) –** Então
54 nós temos aqui, informes da secretaria executiva: informes sobre o andamento da
55 seleção da sociedade civil, nomeação das peritas do MNPCT, prorrogação do
56 edital MNPCT, mandatos membros CNPCT. No 1.3 Informes dos membros e
57 convidados: Debates sobre encaminhamentos CNPCT, Encaminhamentos
58 Pendentes, Resolução para fluxos de controle, Proposta de GT para tema de
59 capacitação. No 1.4 Debates sobre a designação das vagas dos peritos do
60 MNPCT. Para esta o previsto depois na mesa diretora foi essa pauta para o dia de
61 hoje e para o dia de amanhã nós temos aqui o início, registro do quórum, a pauta
62 do MNPCT, em seguida apreciação do Relatório Anual de Atividades do CNPCT e
63 o encerramento.

64 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa) –** João Lança, com relação
65 a pauta nós tivemos pedidos de inclusão de ponto em pauta.

66 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global) –** Sim.

67 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa) –** Tivemos pedidos da OAB
68 e pedidos da CONECTAS. Então eu vou pedir para colega da OAB falar sobre
69 dois pontos que foram solicitados para a inclusão na pauta. Lembrando que a
70 inclusão na pauta fora da previsão, ela entra no fim dos trabalhos, para gente não

71 prejudicar o que já foi previamente definido. Colega da OAB, Vitória Buzzi, poderia
72 falar sobre os dois pontos solicitados para inclusão na pauta?

73 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da Ordem de Advogados do**
74 **Brasil)** – Oi Sávio, bom dia. Bom dia a todos e todas. Um dos pontos tratar sobre
75 um documento, um ofício do DEPEN que fala sobre assistência religiosa no
76 Cárcere, então eu pedi que a nossa coordenação de apoio enviasse a plenária e,
77 se não me engano, já foi confirmado que está no drive, nos documentos da
78 reunião de hoje. Então é uma discussão justamente sobre assistência religiosa.
79 Que eles pretendem fazer, se eu não me engano, assistência presencial por uma
80 assistência televisiva, uma assistência à distância. Então essa discussão que eu
81 queria trazer hoje ficar também como uma sugestão de encaminhamento para a
82 próxima reunião, que seria trazer o DEPEN para justificar esse posicionamento
83 deles. E o outro ponto de pauta, é sobre a reunião anual do Sistema Nacional de
84 Prevenção e Combate a Tortura, porque nós estamos atualmente, em desrespeito
85 à legislação que prevê a reunião pelo menos uma vez ao ano, anual, como eu
86 disse desse sistema e na verdade eu não me recordo da última vez que se reuniu.
87 A nossa sugestão, inclusive, já fazendo aqui um possível encaminhamento seria
88 fazer essa reunião no dia 26/06 que é uma comemorativa. Como o Sávio bem me
89 lembrou, é sábado, então é uma data (ininteligível), mas talvez antes ou talvez
90 depois porque é uma data alusiva às vítimas de tortura. Então esses são os dois
91 pontos que eu pediria para incluir na pauta para debater, não vai gerar muito
92 atraso na nossa pauta, então faço esses encaminhamentos aqui. Obrigada Sávio.

93 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Muito obrigado, Vitória.
94 Os dois pontos foram encaminhados aqui previamente, conforme o padrão. Então
95 são dois pontos bem objetivos, importantes. Me parece que a última reunião do ST
96 ocorreu em 2018, salvo engano, algum colega pode até buscar isso, mas
97 realmente, tem essa previsão da reunião do SNPCT, do Sistema Nacional.

98 **Sr. Marco Vinicius Pereira de Carvalho (Ministério da Mulher, da Família e**
99 **dos Direitos Humanos)** - Presidente, posso fazer uma sugestão?

100 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa) –** Por favor.

101 **Sr. Marco Vinicius Pereira de Carvalho (Ministério da Mulher, da Família e**
102 **dos Direitos Humanos)** - Quanto ao primeiro tema, eu acho que a gente já
103 poderia aprovar... Aliás, aprovar a inclusão na pauta dos dois, de uma vez. Eu
104 sugiro que o governo acompanhe isso. E quanto ao primeiro tema que a gente
105 apoia essa situação que a Vitória colocou, para dar tempo para o DEPEN vir trazer
106 essas explicações na próxima reunião e quanto ao segundo tema, apoiar a
107 realização dessa reunião para o final da reunião, a data mais apropriada. Pode ser
108 assim? E aí a gente já mata os dois ficando a discussão da questão. São questões
109 muito objetivas que eu acho que todo mundo está de acordo com isso e a gente já
110 resolve essa situação, ficando apenas a questão da data.

111 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa) –** Perfeito, agradeço
112 Conselheiro Marco. Vitória, compreendeu a proposta do colega Marco.

113 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da Ordem de Advogados do**
114 **Brasil) –** Entendi sim, Sávio. O Marco, bom dia e estou de acordo também.

115 **Sr. Marco Vinicius Pereira de Carvalho (Ministério da Mulher, da Família e**
116 **dos Direitos Humanos)** - Bom dia, Vitória.

117 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa) –** Perfeito então. Fica
118 esses pontos, se tiver alguma ressalva, por favor, apresente agora porque esses
119 pontos serão incluídos então no fim da nossa pauta.

120 **Sra. Isabel Costa Limam (Justiça Global)** - Eu tenho uma dúvida.

121 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa) –** Por favor, Isabel.

122 **Sra. Isabel Costa Limam (Justiça Global) –** A ideia é... o que a gente está
123 encaminhando aqui é convidar o DEPEN para próxima reunião, mas no caso seria
124 a reunião amanhã? Porque eu entendi que era essa a proposta encaminhada pela
125 Vitória.

126 **Sr. Marco Vinicius Pereira de Carvalho (Ministério da Mulher, da Família e**
127 **dos Direitos Humanos)** - Se o DEPEN tiver condições de falar amanhã, eu não
128 vejo problema não.

129 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Nós temos dois dias de
130 reunião, então a ideia é que entre, como praxe, entre no final da nossa pauta.
131 Sobre o ofício 1055 conforme encaminhando pela OAB pelo e-mail, então que o
132 DEPEN busque alguns dados sobre isso e possa trazer algumas informações para
133 o Pleno do CNPCT. É isso mesmo, Isabel, então fica conforme entendimento sem
134 ressalva, incluído na pauta para o dia de amanhã os dois pontos. E solicito para os
135 colegas, se puderem levantar a última reunião que foi do SNPCT para gente ter
136 uma ideia aí do período que ficou sem a reunião. Passamos agora já direto para a
137 solicitação da CONECTAS, do Henrique, da CONECTAS. Henrique, poderia falar
138 um pouco sobre a solicitação de inclusão em pauta?

139 **Sr. Henrique Hollunder Apolinário de Souza (Conectas Direitos Humanos)** -
140 Oi gente, é só... Foi uma pauta urgente que surgiu, a gente se reuniu na sexta-
141 feira da semana passada com membros da sociedade civil da Amazonas, eu fui
142 ver também no e-mail, eles vem mandando ofícios já há algum tempo para gente,
143 eu não lembro se a gente chegou a enfrentar a situação da Amazonas no final do
144 ano passado, em alguma das reuniões ordinárias. Fui até olhar e não achei. Eu
145 acho que é uma pauta que o mecanismo vai trazer também, mas eu já mandei
146 alguns documentos que eu tinha para adiantar. Eu acho que ficar aí no radar de
147 todo mundo, a gente pode ver depois com mais calma, ter um espaço de pauta
148 para eles, mas já adiantei essa parte.

149 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Perfeito. Obrigado
150 Henrique. Conforme esclarecido, nós temos no dia de amanhã, já pelo início, uma
151 pauta do mecanismo. Então o mecanismo vai trazer alguns informes sobre a
152 situação do Amazonas. Então essa solicitação de pauta já poderia adequar nesse
153 período, correto Henrique?

154 **Sr. Henrique Hollunder Apolinário de Souza (Conectas Direitos Humanos) -**
155 Perfeito.

156 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa) –** Então, sem alteração, a
157 gente então mantém o previsto e o assunto sobre o Amazonas entra na pauta do
158 mecanismo com a liberdade de algum colega do CNPCT apresentar mais algum
159 dado, algum documento no período. Então, temos a nossa pauta aprovada,
160 podemos dar sequência...

161 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global) -**
162 Presidente.

163 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa) –** Por favor, (ininteligível).

164 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global) -** Pela
165 ordem aqui. Duas coisas. Primeiro a RENILA também submeteu a nós, fez uma
166 solicitação de discussão, a Andressa da RENILA.

167 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa) –** Isso não chegou... Isso
168 chegou hoje, João Lança? Só uma dúvida.

169 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global) –**
170 Chegou para nós no e-mail antes de ontem.

171 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa) –** Ah, está bem.

172 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global) -** Eu fiz
173 o pedido de encaminhar aos membros.

174 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa) –** Esse ponto eu não
175 recebi. Se os colegas da RENILA quiserem esclarecer, qual seria a solicitação, por
176 favor.

177 **Sra. Andressa de França Alves Ferrari (RENILA) –** Na verdade a gente fez um
178 pedido de informação... nós pedimos um pedido de informação porque o último
179 senso que houve das unidades de internação psiquiátrica as penitenciárias, esse

180 senso data de 2011 e a gente precisa de fazer novos debates para pensar em
181 novas ações de combate a tortura nesses espaços. Então a gente fez o pedido de
182 informações no sentido de esclarecer, trazer dados mais atualizados para gente
183 pensar em ações. Isso foi feito via e-mail. Dos hospitais de custódia.

184 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Está bem. Então, pelo o
185 que eu entendi, Andressa, então é específico um senso nos hospitais de custódia.
186 Perfeito.

187 **Sra. Andressa de França Alves Ferrari (RENILA)** – Isso.

188 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Então, pelo o que eu
189 entendi, nós podemos incluir no fim da pauta também um encaminhamento, para o
190 Pleno apreciar sobre a atualização do senso nos hospitais de custódia. Confirma?

191 **Sra. Andressa de França Alves Ferrari (RENILA)** – É. Fiz o pedido de
192 informações tanto para o DEPEN tanto para os estados. Porque nem todas as
193 informações são federais, tem estados que tem os seus próprio hospitais de
194 custódia e lá no e-mail tem uma descrição de alguns dados que são importantes
195 de serem levantados para esse momento inicial. Então eles estão todos descritos
196 lá no texto.

197 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Perfeito. Obrigado
198 Andressa, então também peço para gente incluir no ponto final da pauta esse
199 ponto para debate. Eu vou pedir novamente para a colega da RENILA apresentar
200 maiores dados e também o DEPEN se já tiver alguma coisa, puder nos
201 compartilhar com o Pleno, nós agradecemos, algumas informações. Mas enfim, ou
202 DEPEN ou então outros colegas do (ininteligível), João, eu não sei se já
203 processou, acho que a CUT, o colega da CUT.

204 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – Não
205 aparece aqui para mim no momento.

206 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Deve ter perdido a
207 conexão.

208 **Sr. Ismael César (CUT)** – Não. Ok. Já entrei, está bem? É Ismael da CUT.
209 Agradeço.

210 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Perfeito então. Bem-
211 vindo, Ismael.

212 **Sr. Ismael César (CUT)** – Obrigado.

213 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** –
214 Presidente.

215 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Dando sequência... Por
216 favor, João Lança.

217 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – Sim,
218 para eu registrar aqui, a pauta que eu tenho aqui está em PDF, do contrário eu já
219 alterava aqui na pauta. Peço a Luana que faz as assistências aí do Sumário
220 Executivo. Foi encaminhado então, convidado o DEPEN para prestar
221 esclarecimento sobre ofício enviado pela Conselheira Vitória, a respeito da
222 assistência religiosa nos presídios, foi encaminhado para o final da pauta a
223 discussão sobre a data da reunião do SNPCT e para o final da pauta também, o
224 ponto, a solicitação trazida pela CONECTAS a respeito do Amazonas e para o
225 final da pauta a solicitação trazida pela RENINA. Registra isso, por favor, no
226 sumário de hoje, Luana, para gente organizar na pauta aí, depois no documento
227 que tiver Word para gente já subir isso. Por favor.

228 **Sra. Luana** - Ok.

229 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Perfeito. Obrigado João
230 Lança, bem lembrado já para o nosso apoio fazer esse registro. Também, até faço
231 um registro aqui para o colega João, é pai novo, está com poucos dias aí do filho
232 que nasceu, enfim, quem é pai aí sabe a dificuldade desse período inicial. O sono

233 são picados, enfim. Então acaba sendo uma fase muito interessante aí de
234 aprender alguns limites. Então obrigado João aí pela dedicação, mesmo nesse
235 período inicial aí, com a chegada do seu filho. Dando sequência então na nossa
236 pauta, me parece que a conexão... Não sei se eu perdi a minha conexão aqui. Eu
237 estou com alguma instabilidade aqui na conexão, mas por favor, avisem qualquer
238 interrupção, está bem? Então, dando sequência a nossa pauta, vamos para o item
239 1.3. Agora é o item 1.3, não é João? Confirma?

240 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global) –**
241 Confirmando. Correto.

242 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa) –** Pode dar sequência.
243 João Lança, na escuta?

244 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global) –**
245 Estava fechado o meu áudio. Nós temos aqui a aprovação da Ata da 31ª RO.
246 Fazendo a Conferência aqui, a Ata foi submetida na pasta do driver, pergunto aos
247 colegas, presidente, colocar em votação aí ou alguma consideração.

248 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa) –** O documento foi
249 disponibilizado, como regra, foi disponibilizado antes da reunião, pergunto se há
250 alguma observação ou aprovamos por unanimidade a Ata da 31ª Reunião
251 Ordinária.

252 **Sra. Cândida de Souza (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) -** Eu
253 tenho uma questão, a Ata da extraordinária, que aconteceu depois da 31ª
254 ordinária, por que não está na pauta para gente aprovar?

255 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa) –** Cândida. Foi Cândida
256 não é?

257 **Sra. Cândida de Souza (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) -** Isso.
258 Bom dia Sávio, bom dia a todos e todas.

259 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Bom dia, Cândida. Da
260 reunião extraordinária nós conseguimos fechar? Alguma informação, João Lança?

261 **Sra. Luana** – Eu tenho, eu posso passar?

262 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Por favor, Luana.

263 **Sra. Luana** – A empresa solicitou um prazo maior porque eles tiveram problema
264 com os funcionários, alguns pegaram Covid e a empresa teve um problema no
265 quatro de funcionários e nós tínhamos dois documentos na fila. Então eles deram
266 prioridade para a 31ª Ordinária e a 13ª extraordinária e a 32ª estão para ser
267 entregues amanhã. Se forem entregues amanhã, a gente pode incluir na pauta
268 para aprovação, mas eu creio que não vai ficar pronto, provavelmente segunda-
269 feira, porque sempre tem um atraso na questão da Conferência, para ver se está
270 tudo certinho, se não está faltando nada. Então eles tiveram problema de saúde,
271 interno, problema interno da empresa e por isso não conseguiram entregar a
272 tempo.

273 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Obrigado Luana, pelo
274 esclarecimento. Então eu peço, assim que os documentos estiverem disponíveis,
275 compartilhar com todos os colegas do Pleno do CNPCT e naturalmente a gente
276 inclui para aprovação na próxima reunião. Esse é o possível. Esclarecido
277 Cândida? Perfeito então. Eu vou pedir para a coordenação executiva,
278 coordenação geral fazer o informe da Secretaria-Executiva, por favor.

279 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** -Sim.
280 Eu estou baixando aqui o documento. Informe da Secretaria-Executiva. Sobre o
281 andamento da seleção da sociedade civil, o edital foi publicado no dia 8, nós
282 enviamos para os membros a comunicação sobre a publicação do edital e o
283 formulário de inscrição. Em seguida aqui, nomeação das peritas, nós apuramos
284 com a coordenação geral de gestão de pessoas, o processo se encontra já
285 enviado para o Ministério da Economia que autoriza a nomeação. Da parte da
286 coordenação, todos os atos foram feitos, estamos aguardando o Ministério da

287 Economia dar esse retorno para que seja nomeadas as peritas nos cargos de
288 DAS104.4 para exercícios das suas funções. Prorrogação do edital do MNPCT...

289 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Para esse ponto, João,
290 são três peritos, correto?

291 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – Sim.
292 Correto.

293 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – A nomeação, não é?
294 Perfeito.

295 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** –
296 Perfeito. Prorrogação do edital do MNPCT, o edital foi prorrogado, nós enviamos o
297 comunicado aos membros, o processo seletivo então do MNPCT está válido até
298 junho de 2022. Surgiu esse questionamento também na mesa diretora quanto aos
299 mandatos dos membros do CNPCT. E é uma questão que estava em aberto
300 internamente, tendo em vista a manifestação da CONJUR de o prazo ser o prazo
301 da nomeação do Decreto e a questão ainda depende de uma avaliação decisiva
302 internamente.

303 **Sra. Cândida de Souza (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)** -
304 Desculpa João, eu queria pedir um informe mais elucidativo sobre essa questão
305 específica que eu não entendi. Um parecer da CONJUR, desculpa, eu só não
306 entendi sobre a questão...

307 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Cândida, eu vou já fazer
308 a sua inscrição, como a primeira após os informes para gente entrar em algum
309 detalhamento. Então a Cândida é a primeira inscrita aí já para tratar de um ponto
310 específico. Pode continuar João, para gente finalizar esses informes da
311 Secretaria-Executiva.

312 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – Da
313 Secretaria-Executiva, presidente, se encerra por aqui, os informes sucintos e

314 vamos prestar os esclarecimentos todos aí para sanar as necessidades aí dos
315 esclarecimentos.

316 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Eu vou passar aqui então
317 para finalizar a questão dos informes dos membros e convidados e aí a gente
318 entra na inscrição, a Cândida já foi a primeira aí e peço aos demais colegas que
319 quiserem se inscrever para colocar no chat para facilitar o registro aí da Luana.
320 Algum membro ou convidado hoje teria algum informe a apresentar ao Pleno do
321 CNPCT? Deixo aberto a palavra.

322 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – Nós
323 temos aqui inscrição da Silva.

324 **Sra. Silva Dias (ATP)** - Mas a minha inscrição é para perguntas sobre o que foi
325 dito pelo João.

326 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da Ordem de Advogados do
327 Brasil)** – Eu tenho uma inscrição para informes.

328 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Então Silvia e Vitória
329 depois da Cândida.

330 **Sr. Joviniano (Grupo Tortura Nunca Mais)** – Joviniano, Grupo Tortura Nunca
331 Mais, informe.

332 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Joviniano, por favor,
333 apresente o informe como previsto na pauta.

334 **Sr. Joviniano (Grupo Tortura Nunca Mais)** – Agora ou não?

335 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – É, o informe agora, por
336 favor.

337 **Sr. Joviniano (Grupo Tortura Nunca Mais)** – É um informe rápido. O CEPET
338 está organizando um evento no dia 26 de junho, dia internacional de apoio às
339 vítimas contra a tortura. A reunião de amanhã, talvez mude a data exatamente

340 porque, de novo, no nordeste apesar desse ano estar proibida as festas públicas
341 de São João e suspensão, inclusive, o transporte municipal, continua havendo uma
342 movimentação grande que desvia a atenção. Esse evento está sendo organizado
343 pelo dos membros do CEPET, pela OAB, pela Defensoria Pública e pelo Conselho
344 Regional de Psicologia sob nossa Coordenação e hoje, hoje na Bahia nós
345 estamos sediando a reunião de reorganização do Movimento Nacional dos
346 Direitos Humanos na Bahia. É só.

347 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Perfeito. Obrigado
348 Joviniano, vocês vão manter a data no dia 26, conforme registrado aí, agradeço
349 pelos informes. Então, passando já para a inscrição, a primeira a Cândida sobre
350 os informes apresentados pela Secretaria-Executiva. Ou, enfim, se quiser
351 comentar o informe do convidado, fique à vontade. Por favor, Cândida.

352 **Sra. Cândida de Souza (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)** – Não,
353 só mais uma vez, solicitar esclarecimentos porque eu não entendi o que João
354 falou sobre mesa diretora, recondução e parecer da CONJUR. Ficaram três
355 palavras soltas que eu não sei... Eu só não entendi e aí eu queria informações.

356 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Perfeito. Perfeito então,
357 João Lança, pode fazer o esclarecimento?

358 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** –
359 Cândida, eu também não consegui entender exatamente o que você entendeu da
360 minha fala, quando você colocou essas três questões. Exatamente sobre qual
361 ponto da pauta aqui dos informes?

362 **Sra. Cândida de Souza (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)** – A
363 sua última fala, João, eu posso acessar a pauta aqui, mas você falou: “Tivemos
364 reunião da Mesa Diretora e falamos alguma coisa de recondução...” E aí na
365 sequência você fez tal coisa o parecer da CONJUR.

366 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – Pelo o
367 que eu entendi foi sobre o último ponto, pelo o que eu entendi foi sobre o último

368 ponto. Mandatos membros do CNPCT. Que aí entra a questão do parecer da
369 CONJUR, prazo, enfim. Por favor.

370 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – Isso.
371 Eu disse que teve essa questão dessa dúvida também surgiu na Mesa Diretora,
372 nós colocamos aqui na pauta, internamente, ainda há a pendência de análises,
373 uma decisão concreta que não cabe a coordenação de apoio sobre o final desse
374 mandato. Tendo em vista que essa decisão leva em consideração ou o parecer ou
375 outra estratégia com relação a prorrogação desses mandatos. Se da posse ou da
376 data do Decreto.

377 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Esse parecer, João, foi
378 compartilhado no driver, ou se não foi compartilhado eu vou pedir para
379 compartilhar com os colegas para que possa analisar com mais calma. Eu vou
380 passar a palavra agora para Silvia Dias da ATP.

381 **Sra. Silva Dias (ATP)** – Olá Sávio, olá João, olá a todas e todos, bom dia. João,
382 eu queria só também alguns esclarecimentos, mas sobre alguns pontos que você
383 trouxe na sua fala, primeiramente sobre o processo de nomeação dos novos
384 peritos e peritas do mecanismo, só para entender melhor as datas. Assim, você
385 falou, por exemplo, que foi enviado algum tipo de encaminhamento ao Ministério
386 da Economia, se eu não me engano. Então assim, quando isso foi enviado e qual
387 expectativa, por exemplo, de resposta, só para gente entender melhor em termos
388 de tempo assim, para quando a gente pode prever, ao menos, esperar que esses
389 novos peritos e peritas sejam efetivamente nomeados, tomem posse. Segunda
390 pergunta, sobre o Edital do CNPCT, de chamamento público para essa
391 organização da sociedade civil, talvez seria bom até você colocar aqui no chat, se
392 possível o link, porque como tem, inclusive, entidades convidadas aqui, eu acho
393 que é uma forma também de disseminar esse edital. Se você puder copiar e colar
394 aqui no chat seria bom. Depois eu queria trazer uma pergunta, que na verdade,
395 assim, não é diretamente a um desses informes, mas assim tem a ver com o
396 posicionamento do mecanismo e bom, todo o trabalho aí da CGCT que é a

397 questão da nacional LGBT que ficou meio que paralisada em razão da pandemia,
398 mas também parte em razão da falta de orçamento, para revisão terminar o
399 término da isenção nacional sobre as prisões das pessoas LGBTI+ no Brasil.
400 Isso foi resolvido, a questão do orçamento? Foram liberadas para essa área?
401 Como é que está essa questão para que o mecanismo possa retomar essas
402 atividades. Obrigada.

403 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Obrigada Silvia. A Silvia
404 fez algumas perguntas. Então eu vou pedir para o colega João, se tiver essas
405 informações, primeiro com relação a nomeação do peritos. Isso foi para SAJ, João
406 Lança? Qual que foi o encaminhamento?

407 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – Foi
408 para o Ministério da Economia, no final de maio, a data aqui... eu estou tentando
409 resgatar o processo, nós falamos com a CGGP, que é a Coordenação Geral de
410 Gestão de Pessoas, no final da semana passada. Silva, foi enviado por volta do
411 dia 28 de maio, para o Ministério da Economia e o prazo que eles informam como
412 padrão é o prazo de 15 dias.

413 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Então seria já na próxima
414 semana, não é? Seria na próxima semana.

415 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – Eu
416 estou resgatando aqui o processo para dar a atualização dele de hoje e eu
417 consigo...

418 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – João, nós estamos
419 perdendo a sua conexão um pouco.

420 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – Oi,
421 está me ouvindo?

422 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Agora retornou. Por
423 favor.

424 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – Eu
425 disse que eu estou levantando aqui, se tivemos novidades aí de ontem para hoje,
426 informo.

427 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Então, com relação a
428 esse ponto, viu Silvia...

429 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da Ordem de Advogados do**
430 **Brasil)** – Sávio, posso aproveitar essa dúvida?

431 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – A Vitória já é a próxima
432 inscrita, só com relação a esse ponto então, esse mês ainda ou quem sabe
433 próxima semana já teremos alguma informação sobre essa efetivação dos peritos.
434 Por favor, Vitória, já a próxima inscrita, por favor, Vitória.

435 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da Ordem de Advogados do**
436 **Brasil)** – É que eu acho que a Silva tem outras dúvidas que o João não
437 respondeu. Eu só queria aproveitar para perguntar sobre esse ponto mesmo da
438 nomeação, quais são os próximos passos, o envio para esse Ministério é o último
439 passo antes da efetivação deles ou ainda tem que enviar para outros Ministérios,
440 outras assinaturas? Só para gente ter uma perspectiva de quanto realmente eles
441 vão ser empossados.

442 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Me parece que, como é
443 por Decreto, tem que encaminhar realmente lá para Presidência da República. E
444 aí passa pela SAJ, o João pode... Conhece melhor esse procedimento aí, ou
445 talvez o Marco possa esclarecer os colegas.

446 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – Antes
447 aqui, eu quero pedir a minha equipe de apoio, eu estou procurando aqui o
448 processo aqui das peritas para gente dar a informação atualizada e dividindo as
449 tarefas aqui eu não estou conseguindo com facilidade. Peço aí, por favor, a
450 Natália que passe aqui para mim internamente para gente já monitorar isso.
451 Vitória, o Decreto já foi publicado, que designa pelo presidente, agora é o tramite

452 interno de nomeação a um cargo. Esse tramite de nomeação a um cargo ele
453 acontece assim, é colhida o banco de talentos, os documentos e declarações
454 sobre análises de dados da pessoa. Manda para o Ministério da Economia que faz
455 a análise com relação a orçamento, se pode ou não nomear aquele cargo e tal,
456 esse Ministério da Economia então dá o ok, quando o Ministério aqui nosso tem o
457 Ok, a Secretaria-Executiva publica a portaria de nomeação e aí as peritas vão ter
458 30 dias para entrar em exercício. Apresentar os documentos para entrar em
459 exercício.

460 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Obrigado João pelo
461 esclarecimento, até retificando o que eu disse, o João acabou de esclarecer, então
462 já passou pela aquela fase de publicação do Decreto, então apenas está
463 verificando a questão da adequação com banco de cargos, enfim, lá da economia.
464 Então eu creio que realmente o prazo de 15 dias, eu creio que até o fim do mês aí
465 nós já termos as peritas queiram entrar em exercício. Eu vou pedir para
466 coordenação executiva...

467 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – Pode
468 abrir, presidente o seu áudio.

469 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Eu vou pedir para
470 coordenação executiva desativar o áudio dos demais colegas que não estiverem
471 com a palavra, até para facilitar o andamento dos nossos trabalhos. Então, todos
472 os demais que não estiverem com a palavra, eu vou pedir a gentileza da
473 coordenação executiva já desativar esse áudio. Bom, então finalizado esse ponto
474 aí, creio que até o fim do mês nós já temos alguma coisa com a possibilidade das
475 peritas entrarem em exercício. Então, o João retificou a informação aqui, já passou
476 pelo Decreto, enfim, então agora só falta essas adequação junto ao Ministério da
477 Economia aí, o banco de dados dos Cargos. Obrigado João. Tem o segundo
478 ponto que a Silvia perguntou, você tem algum dado, João sobre o segundo ponto?

479 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – Silvia,
480 o segundo ponto foi o edital, colocar no link?

481 **Sra. Silva Dias (ATP) –** É. Que já está, colocaram aqui o Edital. O link para o
482 edital do chamamento público para novo biênio, o novo biênio do CNPCT. Eu vi
483 que alguém compartilhou aqui já. Então isso já está e a terceira pergunta era
484 sobre o orçamento, os recursos solicitados pelo mecanismo para basicamente
485 poder levar a cabo suas atribuições, principalmente a questão da isenção
486 nacional LGBTI que ficou suspensa. Entendo, em partes pela pandemia, mas em
487 partes também porque não tiveram... estavam esperando a aprovação dos
488 recursos para comprar as passagens, bom, eu queria saber como é que está essa
489 questão do orçamento.

490 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa) –** Deixa eu só fazer um
491 complemento com relação a isso, viu Silvia? Na última reunião nós levantamos a
492 preocupação da imunização dos peritos, me parece que até agora nós não
493 conseguimos, enfim, existe uma fila muito grande de solicitações de prioridade.
494 Me parece que os peritos ainda não entraram também em uma fila de prioridade.
495 Isso registro porque ao meu ver tem uma relação íntima aí com o exercício de
496 forma integral da fiscalização prevista pelos peritos. Mas João, sobre esse ponto
497 levantado aí pela Silva, você tem algum dado aí, por favor?

498 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global) –** Eu
499 tenho as informações sim, Silva, o orçamento foi aprovado e o fluxo agora é uma
500 questão administrativa de reestabelecer as retiradas das passagens junto ao
501 gabinete da SNPG, o orçamento eu sei que foi aprovado e eu tenho aqui os dados
502 do orçamento do MNPCT e do CNPCT, da coordenação também, eu quero pedir
503 para amanhã, eu vou copilar aqui porque se eu não me engano o Caio, se eu não
504 me engano na 31^a na reunião de fevereiro quando pediu o histórico de 2018.
505 Então eu vou colocar isso em uma lista e amanhã eu lanço aqui no chat.

506 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa) –** Está certo. Obrigado
507 João. Passando para a última inscrição sobre os informes, a Vitória já fez uso da
508 palavra, mas eu gostaria de saber se tem mais alguma questão Vitória Buzzi, por
509 favor. OAB.

510 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da Ordem de Advogados do**
511 **Brasil)** – Tenho Sávio, obrigada. É uma dúvida em relação ao processo de
512 inscrição da sociedade civil, porque nos outros anos, a sociedade civil que tinha
513 interesse em concorrer de novo como Conselho Federal sempre ocupa a vaga
514 dele no Comitê, havia essa facilidade de que nós tínhamos reenviar aquela
515 documentação, apenas reafirmar que nós gostaríamos de permanecer no Comitê
516 e mandar o nome das pessoas que gostaríamos que fossem titular e suplente. Eu
517 lembro até que na última inscrição a Carol, que era nossa antiga coordenadora já
518 tinha toda a documentação do Conselho Federal da OAB, só pediu para gente
519 enviar uma carta reafirmando que nós gostaríamos de concorrer e com os nomes
520 das pessoas. Aí me pergunto se isso continuaria, se ainda é possível fazer dessas
521 maneira ou se temos que fazer o reenvio de toda a documentação?

522 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – João Lança, algum
523 esclarecimento sobre esse ponto? Eu não sei como é que está o banco de dados
524 do MMFDH, se nós temos esse histórico, ou enfim, se teria alguma atualização
525 documental...

526 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – Nós
527 temos aqui nos bancos internos, nos bancos de dados salvos já nos arquivos, ao
528 mesmo tempo o que nós projetamos para esse edital, para também termos uma
529 noção de uma organização agora com uma nova coordenação para que nós
530 recebamos novamente a documentação. Então, eu entendo que isso geraria uma
531 celeridade, uma facilidade e entendo isso, neste momento, nessa ocasião eu
532 quero pedir para que o entendimento foi esse e quero pedir a compreensão de
533 que seja feito dessa forma. Uma nova documentação.

534 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Perfeito, João. Obrigado.
535 Eu acho que é importante até para atualizar algum dado que estiver desatualizado
536 aí, enfim, e a gente mantém esse banco aí do Ministério de forma adequada. Bom,
537 sem mais inscrições, então eu passo já para o ponto 3.1 da pauta.

538 **Sra. Silva Dias (ATP)** – Sávio, perdão, posso fazer só um esclarecimento?

539 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Por favor, Silvia.

540 **Sra. Silva Dias (ATP)** – Porque eu acho que tem a ver com o ponto colocado.

541 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Por favor.

542 **Sra. Silva Dias (ATP)** – Sobre essa questão principalmente da vacinação que
543 você até trouxe, bem lembrado, mas houve uma resposta sobre isso? Eu queria
544 entender um pouco mais assim, não sei se talvez o Ministério da Saúde também
545 possa informar, porque a questão das prisões, assim, bom, tem situações
546 gravíssimas que a gente já conhece, o fato que já está havendo muito menos
547 isenção justamente porque muitas autoridades, muitos órgãos podem fazer
548 isenção somente não estão fazendo em relação a Covid. Então o mecanismo
549 realmente era um dos órgãos que estavam tentando manter uma rotina de
550 isenção. Então acho assim, é extremamente importante que eles se vacinem o
551 mais rápido possível. Então eu queria saber se houve uma resposta, sei lá,
552 digamos oficial naquela nossa recomendação, não sei se é recomendação o termo
553 técnico, mas aquela recomendação do Comitê Nacional, houve uma resposta do
554 Ministério da Saúde? Tem alguém que possa informar, porque seria importante
555 insistir sobre isso.

556 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Perfeito. Com relação a
557 esse ponto, me parece, entramos em contato com o GDF ou foi com o Ministério
558 da Saúde? A Coordenação Executiva tem alguma informação ou o Gabinete da
559 Ministra?

560 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – Salvo
561 engano houve um comunicado, tão logo a gente encerrou aquela reunião, foi feito
562 um comunicado, um pedido oficiado, se eu não me engando a GDF porque os
563 peritos estão lotados aqui em Brasília e me parece que, salvo engano essa
564 resposta foi negativa, foi negativa no sentido de admiti-los como prioridade nesse
565 momento. E aí ficamos nesse empasse aí com a própria Secretaria de Saúde do
566 GDF.

567 **Sra. Silva Dias (ATP)** – Desculpa, GDF é? Desculpe a ignorância.

568 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – É o
569 governo local.

570 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Governo do Distrito
571 Federal.

572 **Sra. Silva Dias (ATP)** – Ah, Governo do Distrito Federal. Entendi.

573 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Essa semana agora eles
574 estão anunciando a vacinação de 58, 59 anos, salvo engano, então essas faixa já
575 está diminuindo. Mas, de qualquer forma, talvez possamos pensar em uma nova
576 solicitação, talvez no âmbito do Ministério da Saúde, não sei se é possível, enfim,
577 ou até uma solicitação de inclusão junto com os agentes penitenciários, talvez até
578 pela intimidade da relação ali, mas de qualquer forma fica registrado na Ata, Silvia,
579 nos lembre então no final de amanhã para gente pensar em alguma outra
580 solicitação, por favor.

581 **Sra. Silva Dias (ATP)** – Algum tipo de encaminhamento. Obrigada Sávio.

582 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Obrigado. Dando
583 sequência então.

584 **Sr. Caio César Klein (SOMOS - Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Com
585 licença, é que eu tinha me inscrito aqui no chat pendido para falar também.

586 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Ah, perdi. Por favor, Caio
587 Klein da SOMOS, por favor.

588 **Sr. Caio César Klein (SOMOS - Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Certo.
589 Obrigado Sávio, bom dia. Era só sobre esse ponto das nomeações, só para avisar
590 aos colegas que eu enviei um e-mail, copiei alguns de vocês, enviei esse e-mail
591 para essa coordenação de RH, de gestão de pessoas do Ministério pedindo
592 informações sobre o andamento do processo, agora o João nos informou que já

593 saiu então do Ministério e daí eu queria era pedir uma certa colaboração, assim
594 um acompanhamento mais próximo disso, verificar inclusive, qual seria a sua
595 possibilidade Sávio, agora na Secretaria Geral da Presidência para mim
596 acompanhar esse processo de perto assim, levando em conta que o Decreto
597 presidencial já saiu, que é uma nomeação para cargos que estão há bastante
598 tempo vacantes assim. Então pedir essa gentileza. E levando em conta a questão
599 que a Silvia colocou agora, eu acho que seria interessante a gente renovar esse
600 pedido da vacinação dos peritos e das peritas considerando inclusive que uma vez
601 que eles prestam trabalho de fiscalização do sistema penitenciário e entre, nesse
602 escopo da saúde prisional, deveriam ser incluídos então entre profissionais da
603 área da saúde para essa preferência aí de vacinação. Eu acho que a gente
604 poderia colocar na pauta só uma aprovação de uma reiteração desse pedido para
605 gente votar depois.

606 **Sr. Marco Vinicius Pereira de Carvalho (Ministério da Mulher, da Família e**
607 **dos Direitos Humanos)** - Eu já encaminho pela aprovação disso aí e a gente já
608 vai de forma unanime nesse negócio, porque são 11 doses no máximo, isso não
609 vai impactar a vacinação de ninguém, não vai fazer diferença nenhuma, até
610 porque a gente tem notícias de que alguns lugares, há pessoas que tomam a
611 primeira dose e nem volta para tomar a segunda. Então assim, tem uma série de
612 situações aí que, de fato, não impacta nada. São 11 pessoas só. São 11 pessoas
613 só. Eu acho que é um preciosismo, uma besteira, não tem nem como classificar
614 esse tipo de situação que o pessoal manda um ofício respondendo, que não vai
615 poder fazer. Nós estamos falando... E aí se a gente for ampliar para os outros
616 estados, eu não sei quanto. Não chega... Salvo engano, eu acho que não chega a
617 umas 50 pessoas. Se a gente for falar dos outros estados. Eu acho que já podia
618 deixar isso aí aprovado para gente reiterar e insistir nessa temática aí e mandar
619 para o GDF, mas mandar também para o Ministério da Saúde, ver o que a gente
620 pode fazer, nesse sentido.

621 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Perfeito, Marco.

622 **Sr. Caio César Klein (SOMOS - Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – É. A
623 minha sugestão seria reiterar e acrescentar esse componente, assim, o argumento
624 de que esses profissionais eles fiscalizam a saúde prisional.

625 **Sr. Marco Vinicius Pereira de Carvalho (Ministério da Mulher, da Família e**
626 **dos Direitos Humanos)** – Perfeito. Estamos de acordo.

627 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Perfeito. Obrigado aos
628 colegas aí. Então como encaminhamento, para facilitar, me parece que é um
629 entendimento comum aí do Pleno, então nós não teremos problema nisso. Solicito
630 para a Silvio e o Caio apenas fazer uma minuta dessa redação para o GDF
631 reiterando esse pedido, por que? Fazendo aquela fundamentação nos protocolos
632 internacionais, enfim. E a importância da fiscalização. E aí, me parece, Marco, que
633 tem que ser no âmbito, realmente do GDF de novo, eu não sei se o Ministério da
634 Saúde apenas trabalha com a distribuição, eu não sei se o Ministério da Saúde
635 poderia fazer uma inserção pontual. Então eu acho que nós temos que demandar
636 novamente ao GDF e solicitar uma reunião seja virtual e tratar da questão. Eu
637 posso participar também...

638 **Sr. Marco Vinicius Pereira de Carvalho (Ministério da Mulher, da Família e**
639 **dos Direitos Humanos)** – Eu também não sei. Talvez... eu não sei se o colega do
640 Ministério da Saúde já está aqui para ele também esclarecer, mas a gente pode
641 buscar esclarecimento também.

642 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – O Rafael, é o novo
643 membro do Ministério da Saúde se encontra?

644 **Sr. Rafael Ribeiro Bernardon (Ministério da Saúde)** – Bom dia, me encontro
645 aqui, vocês me escutam?

646 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Bom dia Rafael, só um
647 momento e até aproveitando, eu ia deixar um pouco mais para frente, mas nós
648 tivemos algumas atualizações, como normal, as pessoas acabam mudando, eu
649 também, hoje não represento mais o Ministério da Defesa, eu estou na Secretaria

650 Geral da Presidência e recebi um convite para, enfim, para assumir uma função
651 junto a um órgão, então represento a secretaria geral. (Ininteligível) o Rafael que
652 entra agora no Ministério da Saúde, se apresente e se tiver algum dado sobre
653 essa questão de vacinação e a possibilidade de um pedido específico pelo GDF.
654 Por favor, Rafael, se apresente.

655 **Sr. Rafael Ribeiro Bernardon (Ministério da Saúde)** – Bom dia novamente, eu
656 sou Rafael Bernardon, (ininteligível) e atualmente estou na coordenação, sou
657 coordenação (ininteligível) do Programa Nacional de Imunização. De pronto, eu
658 digo que o Ministério não faz a prestação direta do serviço porque ele não está
659 vacinando, os entes federados dos municípios é que estão à frente da vacinação.
660 Então eu acho que o caminho é do GDF. Inclusive o próprio corpo técnico do
661 Ministério da Saúde não foi priorizado para vacinação, foram vacinados os
662 funcionários semana passada, não foram grupos prioritários, pelo menos não no
663 começo. E ainda há pessoas, como (ininteligível) pessoas, pacientes com
664 patologias que as colocam em risco maior, que ainda estão na fila da vacinação.
665 Então eu acho que o Ministério está seguindo tanto os critérios, Ministério, estados
666 e os municípios, tanto critério de idade, quando o critério de risco para ir
667 priorizando essa vacinação. Por isso, talvez que o GDF não tenha concedido essa
668 prerrogativa aos peritos.

669 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Perfeito. Obrigado Rafael
670 por nos esclarecer, (ininteligível) esse entendimento, realmente. Eu acho que
671 devemos... Eu já vou abrir a palavra, Silva, realmente marcar uma... Um despacho
672 com a secretaria específica do GDF, para pondera, destacar algumas questões
673 importantes relacionadas a imunização dos peritos. Silvia Dias, ATP, por favor.

674 **Sra. Silva Dias (ATP)** – Oi Sávio, obrigada. Era só para entender se o Ministério
675 da Saúde, eu entendo essa questão que claro, que a vacinação está... quem está
676 à frente são os governos estaduais, municipais... Bom. Mas eu queria só entender
677 se o Ministério da Saúde, tem, digamos assim, diretrizes, se recomenda, por
678 exemplo para que tais e tais profissionais... O Ministério da Saúde lança esse tipo

679 de orientação ou não? Porque poderia ser uma orientação que saísse do
680 Ministério da Saúde. Não sei, estou perguntando aqui. Vocês orientam,
681 (ininteligível) prioritário, por exemplo, se poderia ser prioritário por fazer a
682 fiscalização das Unidades prisionais ou não?

683 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Entendi. Eu não sei se o
684 colega Rafael, como ele disse ele é de uma outra área. Mas Rafael, teria alguma
685 informação sobre diretrizes que o Governo Federal poderia apresentar?

686 **Sr. Rafael Ribeiro Bernardon (Ministério da Saúde)** – Sim. Existem as diretrizes
687 do Programa Nacional de Imunização e tem sido um processo dinâmico, fica
688 disponível online, tanto nas páginas do Ministério da Saúde, como nos governos
689 locais. Eu acompanhava o Estado de São Paulo antes de vir para cá, então
690 haviam informes praticamente diário da Prefeitura de São Paulo orientado a
691 questão da vacinação, ficou bem dinâmico e tem as orientações, evidente que
692 elas vão se sobrepondo, a diretriz geral nacional e a diretriz local.

693 **Sra. Silva Dias (ATP)** – Obrigada.

694 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Perfeito. Obrigado
695 Rafael. Obrigado Silvia. Então vamos encaminhar dessa forma, se a Silvia e o
696 Caio puderem apresentar uma minuta com aquela fundamentação dos protocolos
697 internacionais das importância da atividade exercida pelo perito, enfim. E do risco
698 da não imunização e do exercício da previsão legal dos peritos da fiscalização
699 sem imunização. Então a gente encaminha com o GDF e desde já me coloco a
700 disposição para tratar do assunto por meio de uma reunião com a Secretaria
701 específica ou com o próprio governador. Dando sequência a pauta. João Lança,
702 por favor.

703 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – Sim.
704 Encaminhamentos pendentes. É a próxima pauta.

705 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Exato. 3.2.

706 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** –Hum
707 hum. Debates sobre encaminhamentos CNPCT e encaminhamentos pendentes
708 Resolução para fluxo de controle e proposta de GT para tema de capacitação. Nós
709 levantamos as Atas, os encaminhamentos das Atas das reuniões passadas e
710 identificamos um dos encaminhamentos de uma das reuniões, se eu não me
711 engano, meados do ano passado, que a coordenação de apoio fizesse um fluxo
712 de comunicação quinzenal aos membros sobre a respeito dos encaminhamentos.
713 E aí nós estamos já implantando uma planilha que nós enviamos, atualizando os
714 encaminhamentos e eu pedi também e nós fizemos aqui um boletim que é o
715 resumo das pendências para facilitar a análise. Nós enviamos dia 2 de junho,
716 cumprindo aqui um calendário quinzenal e nós submetemos também no drive.
717 Nesse boletim de encaminhamentos que eu vou projetar aqui, nós discutimos
718 sobre ele na reunião da Mesa Diretora para destacar (ininteligível) para consulta
719 do plenário (ininteligível) monitoramento também. Então nós temos esse boletim,
720 todos estão vendo? Espero que sim, estão vendo?

721 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Perfeito João. Está
722 separado por reunião não é?

723 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – Isso.
724 Então nós estamos fazendo nesse formato, aceitamos aí sugestões para
725 aperfeiçoar e aí por reunião, da reunião da 25ª nós identificamos em resumo aqui
726 a situação dos encaminhamentos por conta da isenção no Ceará, do MNPCT,
727 ficou de ser agendada uma missão conjunta a partir de respostas enviadas.
728 Estamos reiterando os ofícios e ao mesmo tempo consultamos aqui ao
729 mecanismo também e ao Comitê sobre a oportunidade e a estratégia com relação
730 a esse encaminhamento, uma vez que nós não recebemos devolutivas lá das
731 instituições locais. Também o encaminhamento da solicitação do PNAESP a
732 Secretaria de Saúde do Pará, também pensamos aqui encaminhar o ofício sobre a
733 reavaliação disso como mecanismos, uma vez que o CNPCT nos ofícios nós não
734 tivemos respostas. Aqui, oficiar as entidades e convidar para audiência pública no
735 Estado do Pará para monitoramento das medida de relatório ou isenção. Então

736 está em andamento, nós reiteramos o ofício, ao mesmo tempo fica essa consulta,
737 como eu coloquei anteriormente. A 26ª nós identificamos aqui que ficou pendente
738 encaminhar uma... A sociedade civil para fazer uma espécie de audiência pública
739 a respeito dos espaços de saúde mental, representantes de hospitais,
740 enfermagem, terapia ocupacional para audiência pública de um dia de debate.
741 Convidar também a sociedade civil, Conselho Federal de Medicina, Associação
742 Brasileira de Psicologia. Identificamos também aqui esse encaminhamento do
743 CNPCT promover capacitações para comitês estaduais sobre direitos humanos,
744 tortura e saúde mental. E aí a sugestão do GT que é um ponto de pauta que foi
745 incluído aí. Proposta de recomendação do CNPCT sobre tortura em LGBT,
746 observando a Resolução do CND e do CNPCT 2014. Incluiria a recomendação
747 que a administração penitenciária autoriza o ingresso da organização da
748 sociedade civil para trabalho em população LGBT que está em privação de
749 liberdade. Que o DEPEN verifique a possibilidade de recomendar os estados a
750 criação de mecanismos que facilitam a inserção da sociedade civil que trabalha
751 com a temática LGBT no sistema prisional. Consta no registro que foi enviado
752 solicitação de proposta de texto e ainda está pendente. Na 12ª RE identificamos
753 aqui o pedido de que fosse reiterado os encaminhamentos do Pará e na Mesa
754 Diretora (ininteligível) relacionada aquela... Deverá o fluxo de Resolução
755 relacionada aos procedimentos de monitoramento dos atos CNPCT. Então é algo
756 que a gente está trazendo agora no ponto de pauta. A minuta está pronta, não foi
757 discutida no plenário, inclusive seria um ponto de pauta da reunião anterior, da 33ª
758 RE. Tem essa minuta, foi inclusive submetida aí no driver. A situação de
759 andamentos e encaminhamentos da (inteligível) e aí, qual que é a proposta, nós
760 também atualizarmos os andamentos das reuniões mais recentes. Então, os
761 encaminhamentos da 13ª com relação a solicitações de informações ao Ministério
762 da Saúde e Cidadania com relação as ILPI's, no contexto da Covid, dados de
763 vacinação, óbitos e contágio, as minutas foram enviadas e eu recebi a informação
764 de que recebemos resposta. Confirma Luana, recebemos resposta?

765 **Sra. Luana** - Confirma. Eu vou encaminhar ao plenário hoje à tarde. Como a
766 gente estava organizando a reunião, ainda não tive tempo de encaminhar, mas eu
767 encaminho ainda hoje a resposta, a resposta desse encaminhamento.

768 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – Isso.
769 Você sabe de qual unidade que veio a resposta?

770 **Sra. Luana** - Só um minuto, que eu não sei de cabeça, eu vou dar uma olhadinha.
771 Só um instante.

772 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – Levar
773 para a reunião da mesa diretora, Resolução com os prazos para definir fluxos,
774 então, essa é a Resolução de fluxos de monitoramento que a minuta está pronta
775 no driver. Ficou pendente da 31ª a questão das comunidades terapêuticas e
776 participação de crianças e adolescentes e da 32ª reunião ordinária que foi a
777 anterior, solicitação dos dados demográficos pela SOMOS ao DEPEN. Foi
778 encaminhada a resposta, tivemos aqui então algo concluído. Com relação a
779 vacinação dos peritos, nós discutimos agora, os e-mails, os ofícios foram enviados
780 e formalmente no processo ainda não recebemos o retorno, paralelamente ao
781 gabinete, como o Marco apresentou, fez estas tratativas também. Recomendação
782 sobre o apoio a coordenação geral do MNPCT, a recomendação foi publicada que
783 é aquela relativa ao apoio administrativo ao MNPCT. Publicar Resolução que
784 regulamento do chamamento público da Resolução, a Resolução que foi
785 publicado. E aí, nós quinzenalmente atualizaremos esse boletim e a planilha de
786 moto a contar com a cooperação do Comitê nessa tarefa. Temos aqui então, em
787 seguida, foi colocado como ponto de pauta a Resolução para fluxo de controle,
788 essa Resolução nós temos a minuta no driver, eu vou projetar aqui para nós e a
789 proposta de GT para tema de capacitação, aquele capacitação lá que ficou
790 pendente elaborar o plano de trabalho para que ela ocorra. A minuta de
791 Resolução, já adiantando...

792 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – João, antes de entrar na
793 Resolução, você vai projetá-la aí para o Pleno... Está me escutando?

794 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – Sim.

795 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Está bem. Primeiro
796 registrar que eu acho que nós evoluímos nesse registro pontual, eu acho que é um
797 bom trabalho, um bom início, pelo menos para gente ter esses encaminhamentos
798 de forma pontual, sistematizados. Eu lembro que isso é uma demanda da... do
799 CONECTAS, tem um tempo a CONECTAS sempre (ininteligível) então nós temos
800 esse primeiro extrato aí. Como o João falou, está aberto a sugestões aí, algum
801 aprimoramento aí dos colegas. E acho que o próximo passo agora é a gente
802 evoluir para um GT específico, um GT, talvez dois membros da Sociedade Civil,
803 dois membros do Governo apresentando de forma bem objetiva a sequência
804 desses encaminhamentos não efetivados. E até uma apresentação de conclusão
805 dos encaminhamentos efetivos. Então a minha sugestão é que para o próximo
806 semestre a gente tenha esse GT constituído apenas para tratar questões
807 relacionadas aos encaminhamentos, está bem? Então é uma Resolução simples
808 criando nesse GT. O João vai apresentar uma Resolução, já que nós estamos
809 tratando já um tempo sobre fluxo de controle e caso os colegas entendam
810 pertinente, nós já podemos aprovar essa Resolução. Por favor, João.

811 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – Só
812 um momento. Fernanda, doutora Fernanda, nós enviamos um ofício sobre as
813 audiências de custódia no Estado de Goiás, a gente marcou como concluído na
814 planilha porque o ofício foi enviado, vamos conferir aqui se tivermos alguma
815 resolutiva, alguma devolutiva formal e eu te informo.

816 **Sra. Fernanda (NADEP)** - Está ótimo, obrigada. Até sobre esse ponto, João. Eu
817 deveria ter feito um informe na parte adequada de informes, eu tinha até feito uma
818 referência, salvo engano, na última reunião sobre uma pesquisa que estava sendo
819 realizada em relação a outros estados em que foram identificadas a mesma
820 problemática de audiências de custódia realizadas só na forma por escrito. Mas
821 enfim, já passou o ponto, depois a gente pode discutir isso no momento
822 adequado.

823 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global) –** Sim.

824 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa) –** Doutora Fernanda da
825 NADEP. Até aproveitando, foi até uma falha minha aqui, eu não registrei porque
826 nós acordamos na última reunião que realmente seria encaminhado para o
827 Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, isso foi feito, viu Fernanda? Até Registro
828 aqui, eu vou pedir para equipe de apoio compartilhar com os colegas, em especial
829 com a doutora Fernanda, Defensora do Estado de Goiás, nós solicitamos
830 realmente que o Estado de Goiás apresentasse alguma informação sobre o
831 retorno das audiências de custódias. Presencial. Então é destacando que o ponto
832 principal é que o Estado estava, inclusive, havia retirado audiência de custódia
833 virtual, admitindo apenas uma apresentação de uma petição escrita, está bem?

834 **Sra. Fernanda (NADEP) -** Obrigada.

835 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa) –** Então, isso foi feito.
836 Registro para os colegas.

837 **Sra. Fernanda (NADEP) –** Muito obrigada, Sávio e João pela deferência, pela
838 explicação, pelo retorno da solicitação que foi apresentada. Realmente um tema
839 muito importante, lembro de conversar isso com o Doutor Mateus também e de ele
840 ter reportado essa realidade, esse cenário infelizmente também configurado em
841 outros estados. Eu ao sei se Mateus ainda está presente e quer fazer algum
842 informe sobre a pesquisa, Mateus, rapidamente, que foi feito nos outros estados,
843 de repente a possibilidade de estender esse ofício.

844 **Sr. Mateus –** Sávio, na linha do que a... se me permite Sávio, na linha do que a
845 Fernanda colocou.

846 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa) –** Por favor, Mateus.

847 **Sr. Mateus -** Agradeço. Na reunião do mês passado, agora eu não sei se foi mês
848 passado ou retrasado, mas na reunião anterior que a gente participou, a gente
849 debateu um pouco isso, que a situação de Goiás ela se repete em vários outros

850 estados, então havia dez estados que faziam presencialmente. Se a gente pegar o
851 exemplo aqui de São Paulo, por exemplo, é o Estado em que o Judiciário tem o
852 maior orçamento do Brasil e ele não investiu, enfim, nos equipamentos, enfim, nas
853 performance para adequar sanitariamente os fóruns locais. Então aqui em São
854 Paulo, por exemplo, a gente tem uma população carcerária que faz uma custódia
855 presencial de forma como projeto piloto apenas na cidade de Guarulhos. Então, eu
856 não sei como vocês querem encaminhar, mas se quiserem eu posso me
857 comprometer a mandar para o Sávio, para o João algum e-mail com esse
858 levantamento e talvez na próxima reunião a gente deliberar, eu não sei se amanhã
859 ou na próxima deliberar distender esse ofício não só para Goiás, mas para todos
860 os estados que não estão fazendo a custódia, ou que estão fazendo
861 presencialmente, está bom Sávio? Estou à disposição.

862 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Perfeito. Obrigado
863 Mateus. Eu vou pedir para que esse encaminhamento realmente seja
864 disponibilizado para o Pleno do CNPCT, esse, na verdade esse levantamento que
865 foi feito pela ANADEP, peço apenas que passe por um membro do Pleno para que
866 ele encampe eventual relatoria sobre o assunto, está bem? Pode escolher
867 qualquer membro, seja da sociedade civil aí para presente para o Pleno e
868 disponibilize esses dados para entrar na próxima pauta. A Mesa Diretora já é
869 cinte, a gente já inclui na próxima pauta. Dando sequência, peço para o João
870 Lança apresentar a minuta de Resolução de fluxo de controle.

871 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da Ordem de Advogados do
872 Brasil)** – Sávio, eu pedi inscrição, por favor.

873 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Eu perdi o chat aqui,
874 porque como estava publicado, então, Vitória Buzzi, OAB, inscrição, por favor.

875 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da Ordem de Advogados do
876 Brasil)** – Obrigada Sávio, é só uma dúvida que esse (ininteligível) que a
877 coordenação de apoio fez, para saber se está disponível para gente, porque eu
878 achei muito interessante a gente conseguir esse resgate do que ficou de

879 pendência, para saber, inclusive, organizar GT, esse tipo de ação que agora a
880 plenária deveria fazer. Ele está disponível (ininteligível) João?

881 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Foi no driver, não é?

882 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – Nós
883 enviamos no dia 2, que foi o último... tem uma agenda quinzenal, o cronograma e
884 aí a gente envia o link de uma planilha que está disponível, essa planilha tem
885 todos os encaminhamentos, todos, todos. E a gente estamos enviando esse
886 arquivo Word que a gente chamou de boletim para resumir o que está ficando de
887 pendência.

888 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da Ordem de Advogados do
889 Brasil)** – E aí João...

890 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – Isso
891 está número o... Sim,

892 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da Ordem de Advogados do
893 Brasil)** – Eu pergunto se essas pendências não poderiam até vir para nossa pauta
894 para tentarmos resolver coisas que seriam, por exemplo, criação de GT,
895 acompanhamento, etc. se isso poderia vir até para a pauta para gente conseguir
896 resolver, saber as pendências ou dar andamento necessário, buscar informação,
897 esse tipo de coisa.

898 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – Sim.
899 Concordo que é... Seria algo até natural da gestão desse encaminhamento.

900 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da Ordem de Advogados do
901 Brasil)** – Está bem. Então fazer a sugestão de na próxima ordinária nossa, isso já
902 vir como um ponto de pauta também, não na parte de informes mesmos, na pauta
903 para gente conseguir deliberar sobre os encaminhamentos necessários.

904 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** –
905 Perfeito.

906 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Obrigado Vitória. Eu
907 acho que incluir na pauta é importante até para que os membros possam debater,
908 mas é uma ação casada importante também, ter esse GT específico que o GT vai
909 trazer um extrato já com algumas sugestões, porque senão nós vamos ter a
910 demanda e talvez amplia aquele debate e a gente não consiga chegar a algumas
911 conclusões com relação a alguns encaminhamentos. Então o GT ele tem um
912 papel importante de trazer o extrato e as sugestões de encaminhamento para o
913 Pleno. Mas a gente já... Mesa diretora ciente aí, já busca a inclusão de um ponto
914 ou outro para próxima reunião ordinária. Lembrando que essa Resolução...

915 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da Ordem de Advogados do**
916 **Brasil)** – Sávio, mas a gente vai deliberar o GT, a criação desse GT?

917 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Esse GT a gente precisa
918 de uma minuta simples, daquela minuta do GT, da criação de GT para tratar sobre
919 os encaminhamentos. Eu vou pedir para nossa coordenação aí o apoio, a Luana
920 para ver se tem alguma minuta anterior que possa já atualizá-la, se tiver disponível
921 amanhã, a gente coloca já para essa votação, viu Vitória?

922 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da Ordem de Advogados do**
923 **Brasil)** – Obrigada, Sávio e João.

924 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Então, dando sequência,
925 lembrando que essa Resolução aqui ela já vem desde o início do ano, a gente
926 tratando sobre colocar prazos dos encaminhamentos, ausência de resposta dentro
927 de um prazo (ininteligível) uma solicitação de audiência (ininteligível) disso aí, um
928 diálogo com os estados. João Lança, por favor.

929 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – Eu
930 estou abrindo, eu identifiquei que a que está no driver era a que... anterior a
931 correção, aí eu já identifiquei aqui que estava na pasta da 32^a. Presidente, nós
932 identificamos, se identificarmos esse modelo ainda hoje, a coordenação de apoio
933 tem interesse em trabalhar com o GT para que a gente possa aperfeiçoar o

934 encaminhamento por sugestão das questões levantadas no CNPCT. É importante
935 para coordenação, importante para o CNPCT, é importante para o sistema, então
936 farei essa tarefa de casa hoje à tarde e amanhã, se tudo ocorrer bem, a gente
937 pode já colocar o plenário deliberação disso, caso entenda que é a estratégia
938 melhor.

939 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Perfeito. É uma
940 Resolução simples, apenas criando o GT. E acho pertinente sim a coordenação de
941 apoio participar desse GT até para facilitar esse compartilhamento de dados aí.
942 Por favor.

943 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – A
944 Resolução agora, eu coloquei aqui, então a ideia é institucionalizar em Resolução
945 interna um fluxo de acompanhamento dos encaminhamentos. Ou seja, do
946 monitoramento posterior ao envio dos ofícios, ao início dos impulsos dos
947 encaminhamentos. A sugestão inicial é essa, alterar a Resolução 4, Resolução 4
948 do CNPCT, de 9 de maio de 2016, que dispõe sobre deliberações, fluxos de
949 informações e notas públicas relativos à prevenção e ao combate à tortura e
950 outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes, no âmbito do
951 Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. Nós temos a Resolução e no
952 Artigo 3 aqui da Resolução, a Resolução passa a vigorar com as seguintes
953 alterações, eu faço então a sugestão de colocarmos... Um minutinho, deixa eu
954 liberar o Frei Davi aqui. De colocarmos o parágrafo 4º com a seguinte proposta de
955 texto. “Em caso de ausência de resposta, após esgotado o prazo de 30 dias, os
956 ofícios deverão ser reiterados e em persistindo a ausência de respostas, passados
957 60 dias do segundo ofício, a coordenação informará o plenário do CNPCT que
958 desde já solicitará reunião de audiência com a entidade destinatária.” Então é uma
959 proposta que surgiu na mesa diretora. Há a necessidade de colocar a Resolução 4
960 aqui? Eu vou abrir ela. Resolução 4 para que o contexto da alteração fique.
961 Poderia ter colocado isso, inclusive, já no texto, mas enfim, não foi. Vamos lá,
962 compartilhar aqui, Resolução 4. O próprio diário, pessoal dessa Resolução 4, dos
963 encaminhamentos. Capítulo 2, encaminhamentos. Aí no Artigo 3º diz assim: “Os

964 encaminhamentos adotados...” Estão conseguindo lê pessoal? Porque está
965 pequeno, eu posso colocar no chat.

966 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Eu consigo ver, João, eu
967 não sei se os demais colegas, mas está visível.

968 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – “Os
969 encaminhamentos adotados nas reuniões e registrados em Ata, inclusive os
970 referentes ao planejamento do CNPCT, são efetivados pela Coordenação-Geral
971 do CNPCT - CGCNPCT. Artigo 4º. As minutas dos ofícios relacionadas aos
972 encaminhamentos adotados nas reuniões do CNPCT serão apresentadas pela
973 CGCNPCT à Mesa Diretora para aprovação e envio aos órgãos e entidades
974 competentes. As minutas poderão ser sugeridas pelos membros do CNPCT e pela
975 CGCNPCT. Após aprovação da Mesa Diretora, a CGCNPCT deverá solicitar a
976 assinatura do ofício pelo Presidente ou Vice-Presidente do CNPCT e enviar aos
977 órgãos e entidades competentes conforme deliberado pelo Plenário do CNPCT.
978 Os ofícios.” Então, o que nós temos feito é a coordenação faz os ofícios, conforme
979 aprovação no plenário, essa etapa meio, de aprovação da minuta do ofício na
980 mesa diretora hoje ela não tem ocorrido dessa forma, a coordenação faz os
981 encaminhamentos do plenário, é algo que por um lado você ganha celeridade,
982 tendo em vista aguardar as reuniões da mesa diretora pode gerar um atraso, isso
983 também nós podemos aprimorar, podemos trazer esse feito a ordem que está aqui
984 ou a outra que a gente puder, pensar em propor e aqui então, no parágrafo 3º diz:
985 “Os ofícios enviados, serão encaminhados.” Então nós enviamos os ofícios,
986 colocamos na planilha quando for enviado, vamos colocar no boletim agora as
987 reuniões mais recentes para ter esse acompanhamento e eu faço a proposta do
988 parágrafo 4º aqui colocando um prazo de 30 dias para reiterar, caso não haja
989 resposta e na reiteração passado os 60 dias, convocar uma audiência com as
990 autoridades destinatárias.

991 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da Ordem de Advogados do**
992 **Brasil)** – Inscrição, Sávio.

993 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Ok. Quando o João já
994 finalizar a gente já passa Vitória Buzzi da OAB. Eu acho que não vi nenhuma...

995 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – Essa
996 parte eu já finalizei.

997 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Está bem. Não tem mais
998 inscrição, por favor, Vitória.

999 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da Ordem de Advogados do**
1000 **Brasil)** – Obrigada Sávio. João, uma dúvida, que eu perdi o início, quando você
1001 está no cabeçalho do documento. Lá, é esse documento que você nos
1002 apresentou, que você lei e fez a sugestão de inclusão de um parágrafo 4º, é o que
1003 existe hoje, é isso? É o que está vigente?

1004 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – Isso.
1005 Lá na Resolução 4. Exatamente.

1006 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da Ordem de Advogados do**
1007 **Brasil)** – Isso. Essa Resolução é de 2016, é isso não é?

1008 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** –
1009 Perfeito.

1010 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da Ordem de Advogados do**
1011 **Brasil)** – E a sua sugestão seria o parágrafo 4º, que dá quase que como uma
1012 forma de prosseguir caso a gente não tenha respostas dos nossos ofícios, é isso
1013 não é?

1014 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – Exato.

1015 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Apenas um
1016 esclarecimento, Vitória, a ideia da Coordenação Geral foi não ampliar o número de
1017 normativos, porque senão a gente vai fazendo vários normativos, daqui a pouco
1018 fica aquela dificuldade de compressão. Foi então atualizar a Resolução 4 que já

1019 trata de alguns fluxos, inclusive de notas, enfim. E aí incluir lá um dispositivo
1020 colocando prazos. Então para efeito apenas de consolidar no ato. Essa foi a
1021 sugestão da coordenação geral, eu achei pertinente. Eu tinha sugerido um novo
1022 ato, mas depois com essa apresentação, achei pertinente.

1023 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da Ordem de Advogados do**
1024 **Brasil)** – Também fico de acordo, eu achei ótimo não criar uma nova Resolução,
1025 mas acrescentar uma que a gente já usa.

1026 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Perfeito. Alguma
1027 ponderação de algum outro colega? O texto está adequado? Podemos
1028 encaminhar com aprovação dessa atualização, enfim e colocar um prazo para
1029 essas cobranças relacionadas aos encaminhamentos? João, se puder colocar na
1030 tela de novo.

1031 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** - Doutor
1032 Jorge levantou a mão aqui. Jorge Mendes.

1033 **Sr. Jorge Mendes (Ministério da Defesa)** -É só João, me parece que o parágrafo
1034 ele deve ser inserido no Artigo 4º, não no Artigo 3º, o Artigo 3º na verdade, da
1035 Resolução, pelo o que foi projetada, não tem parágrafo, o 4º seria inserido o
1036 parágrafo então seria inserido no Artigo 4º e não no 3º.

1037 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** –
1038 Correto, correto alterei aqui.

1039 **Sr. Jorge Mendes (Ministério da Defesa)** - E outra ponderação, João, outra
1040 ponderação é que o parágrafo 4º quando ele fala que passados mais de 60 dias
1041 de ofício não houver resposta, já se fala em solicitar reunião de audiência com a
1042 entidade destinatária, não deixando aí um campo de oportunidade ou
1043 conveniência para ver se essa reunião realmente ela é necessária. Nós estamos
1044 nos obrigando a fazer, de repente o que na oportunidade poderia não ser
1045 oportuno. De repente poderia ou reiterar ou se houver conveniência e

1046 oportunidade solicitará reunião de audiência, não é? Não sei, não sei se me fiz
1047 entender. Mas a gente acaba nos amarrando, assim, na minha visão.

1048 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Obrigado Mendes. Pelo
1049 ajuste ali no texto. E realmente, parece que também tem um Artigo 2º no fim,
1050 Artigo 4º e depois vai para o segundo. Eu acho que tem que ter uma alteração ali
1051 na parte final. Mas...

1052 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – O
1053 Artigo 2º da nova Resolução que vai alterar o Artigo 4º.

1054 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Perfeito. Com relação a
1055 essa sequência, Mendes, a ideia dos colegas do Pleno foi que se fizesse um
1056 primeiro contato, uma primeira formalização em 30 dias e aguardasse a resposta
1057 com relação a solicitação de informações do CNPCT, passados 30 dias, caso não
1058 respondido, uma reiteração, aí já viria um segundo momento de formalização do
1059 CNPCT. E aí, passados 60 dias, aí nós já temos então 90 dias de não resposta
1060 pelo órgão responsável do Estado, aí sim seria dado ciência para o Pleno e
1061 solicitar uma audiência, seja virtual ou presencial. A ideia é que se pergunte para
1062 as autoridades locais, respeitando claro o Pacto Federativo, se existe alguma
1063 dificuldade no levantamento dessas informações, enfim, se colocar à disposição
1064 inclusive para auxiliar. Então essa previsão de audiência seria uma provocação
1065 presencial. Então essa foi a ideia. Eu não sei se eu me fiz compreender, se o
1066 colega mantém a posição de a gente sempre rever a questão da definição pela
1067 provocação presencial.

1068 **Sr. Jorge Mendes (Ministério da Defesa)** – Não, eu estou de acordo. Estou de
1069 acordo. Obrigado pelos esclarecimentos aí.

1070 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Mais alguma observação
1071 com relação ao texto? Eu vi que o Frei estava pedindo para entrar, já conseguiram
1072 incluir o Frei na nossa reunião? O Frei David.

1073 **Sra. Daniel Leão Sousa (Ministério das Relações Exteriores)** - Sim. Sávio...

1074 **Sr. David Raimundo Santos – (Francisco de Assis Educação, Cidadania,**
1075 **Inclusão e Direitos Humanos – FAECIDH)** – Sim. Já estou na reunião. Bom dia
1076 para todos e todas.

1077 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Bom dia. Quem fala? Eu
1078 perdi agora.

1079 **Sra. Daniel Leão Sousa (Ministério das Relações Exteriores)** – Daniel Leão do
1080 MRE.

1081 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Por favor, Daniel.

1082 **Sra. Daniel Leão Sousa (Ministério das Relações Exteriores)** – É só uma
1083 observação formal, eu acho que falta a palavra “dias” aí no parágrafo 4º, após o
1084 número 30.

1085 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Ah, excelente. Obrigado
1086 Daniel, realmente “prazo de 30 dias”. Realmente. Obrigado Daniel.

1087 **Sr. Caio César Klein (SOMOS - Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Sávio,
1088 eu também... A minha questão era parecida também.

1089 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Por favor, Caio.

1090 **Sr. Caio César Klein (SOMOS - Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – A
1091 ausência de resposta após esgotado o prazo, no singular. E só para entender
1092 melhor assim, eu imagino Sávio, que esgotado esse segundo prazo de 60 dias, a
1093 nossa Secretaria-Executiva ela deveria ter a prerrogativa de ela mesma marcar e
1094 conduzir a reunião sem precisar o Pleno deliberar a reunião, porque senão
1095 engessa demais. Na minha perspectiva, se a gente já pediu informações sobre
1096 algum aspecto de algum estado e a gente não está recebendo essas informações,
1097 poderia ser marcado uma reunião direto assim, a própria coordenação poderia
1098 fazer essa reunião.

1099 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Entendi Caio, eu entendi
1100 a sua ponderação para gente evitar burocratizar. A ideia talvez da coordenação
1101 geral de passar isso para o Pleno é para talvez verificar a intensidade dessa
1102 reunião com Estado que nós precisaremos, talvez até autoridade específica
1103 porque nós temos algumas questões com impacto maior e nós temos outras
1104 questões de uma relevância talvez, menor. Então essa talvez tenha sido a ideia da
1105 coordenação geral de apresentar isso para o Pleno para o Pleno deliberar
1106 realmente o que seria estendido sobre o assunto. Aí eu não sei se nós temos
1107 outra alternativa, talvez dentro desse GT, O GT que a gente pretende criar, o GT
1108 fazendo esse filtro inicial das autoridades, enfim, da extensão ou até de uma pauta
1109 viu, porque nós precisamos de pauta para conversar, se a gente começar a
1110 mandar os pedidos de audiência de reunião e a gente não tiver uma pauta
1111 construída, talvez até a efetividade fique prejudicada.

1112 **Sra. Fernanda (ANADEP)** - Presidente, eu fiz só uma observação também. Se me
1113 permite. Ali no chat.

1114 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Por favor. Só se
1115 identificar, Fernanda para gente registrar na Ata, Fernanda, ANADEP, por favor.

1116 **Sra. Fernanda (ANADEP)** – Isso. Obrigada. Só ali no final, uma questão mesmo
1117 de português, não sei se é solicitará reunião/audiência? Eu acho que as duas
1118 palavras ali eu não sei se tem o mesmo significado, para não ficar reunião de
1119 audiência... reunião/audiência... Eu acho que elas ali estão um pouco...

1120 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Perfeito.

1121 **Sra. Fernanda (ANADEP)** – Com a entidade destinatária. Ou só reunião ou só
1122 audiência, tem mais ou menos ali o mesmo sentido. Obrigada.

1123 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Perfeito. Obrigado,
1124 Fernanda. Eu acho que também melhorou a nossa redação aí. Mais alguma
1125 observação? Podemos caminhar para a votação dessa Resolução? Bom, sem
1126 manifestação, então eu vou pedir para a Luana para que faça a votação verbal

1127 para registro na Ata sobre a aprovação dessa Resolução. Por favor, Luana,
1128 Iniciando pelos colegas da Sociedade Civil.

1129 **Sra. Luana** – Só um instante, doutor Sávio, só um minutinho é porque eu estava
1130 com a lista aqui e o meu computador deu uma travada. Só um instante.

1131 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – João Lança, pode voltar,
1132 tirar a tela da Resolução que aí facilita aqui, eu vou até chamando e a Luana vai
1133 controlando aí também. Quem eu estou visualizando aqui. Vitória Buzzi, da OAB.

1134 **Sra. Luana** – Pronto, achei, posso começar?

1135 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Por favor.

1136 **Sra. Luana** – Eu vou começar pelos membros de Governo. Ministério da Mulher...

1137 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Sociedade Civil, por
1138 favor, Luana.

1139 **Sra. Luana** – Ah, está bom. Desculpa.

1140 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Sociedade Civil, por
1141 favor.

1142 **Sra. Luana** – Conselho Federal da OAB.

1143 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da Ordem de Advogados do
1144 Brasil)** – De acordo.

1145 **Sra. Luana** – Conselho Federal de Psicologia.

1146 **Sr. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (Conselho Federal de Psicologia)** – De
1147 acordo.

1148 **Sra. Luana** – Justiça Global.

1149 **Sra. Isabel Costa Limam (Justiça Global)** – De acordo.

1150 **Sra. Luana** – RENILA.

- 1151 **Sra. Andressa de França Alves Ferrari (RENILA)** – De acordo.
- 1152 **Sra. Luana** – Movimento Negro Unificado.
- 1153 **Sr. Wanderson Pinheiro de Oliveira (Movimento Negro Unificado)** – De
1154 acordo.
- 1155 **Sra. Luana** – CONECTAS.
- 1156 **Sr. Henrique Hollunder Apolinário de Souza (Conectas Direitos Humanos)** –
1157 De acordo.
- 1158 **Sra. Luana** – SOMOS.
- 1159 **Sr. Caio César Klein (SOMOS - Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – De
1160 acordo.
- 1161 **Sra. Luana** – (ininteligível)?
- 1162 **Sr. David Raimundo Santos – (Francisco de Assis Educação, Cidadania,**
1163 **Inclusão e Direitos Humanos – FAECIDH)** – De acordo.
- 1164 **Sra. Luana** – COAD.
- 1165 **Sr. Rodrigo Sérvulo da Cunha Vieira Rios (COAD)** – De acordo.
- 1166 **Sra. Luana** – CUT.
- 1167 **Sra. Verginia Dirami Berriel (Central Única dos Trabalhadores)** – De acordo.
- 1168 **Sra. Luana** – UBM. Ok. Sociedade Civil todos votam de acordo. Representantes
1169 de Governo. Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos.
- 1170 **Sr. Marco Vinicius Pereira de Carvalho (Ministério da Mulher, da Família e**
1171 **dos Direitos Humanos)** - De acordo.
- 1172 **Sra. Luana** – Secretaria Nacional de Proteção Global.

1173 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global) – De**
1174 **acordo.**

1175 **Sra. Luana – SNPIR.**

1176 **Sr. Esequiel Roque do Espírito Santo (Secretaria Nacional de Políticas de**
1177 **Promoção da Igualdade Racial) – SNPIR de acordo.**

1178 **Sra. Luana – SEGOV.**

1179 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa) – SEGOV nós temos a**
1180 **ausência hoje do representante da SEGOV.**

1181 **Sra. Luana – Secretaria Geral da Presidência da República.**

1182 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa) – De acordo.**

1183 **Sra. Luana – Ministério da Cidadania.**

1184 **Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania) – De acordo.**

1185 **Sra. Luana – Ministério da Defesa.**

1186 **Sr. Jorge Mendes (Ministério da Defesa) – De acordo.**

1187 **Sra. Luana – Ministério das Relações Exteriores.**

1188 **Sra. Daniel Leão Sousa (Ministério das Relações Exteriores) – De acordo.**

1189 **Sra. Luana – Ministério da Educação.**

1190 **Sr. Fabrício Storani de Oliveira (Ministério da Educação) – De acordo.**

1191 **Sra. Luana – Ministério da Justiça. Ministério da Saúde. Ministério da saúde...**

1192 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa) – Perfeito.**

1193 **Sra. Luana - Não votaram o Ministério da Justiça, Ministério da Saúde e**
1194 **Secretaria de... SEGOV.**

1195 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Perfeito. Como regra,
1196 vamos colocar sempre duas chamadas, está bem? E caso finalize, se os colegas
1197 aparecerem no fim, ainda sem encerrar a votação a gente dá mais uma
1198 oportunidade. Então, diante da manifestação de todos, aprovado por unanimidade,
1199 atualização da Resolução do fluxo das demandas. Dando sequência agora na
1200 nossa pauta, nós temos o item 4.1, nós estamos no horário. Então, com relação a
1201 esse item, nós vamos conforme já ocorreu em diversas outras ocasiões, é uma
1202 deliberação do Pleno do CNPCT. Então uma deliberação importante sobre os
1203 nossos peritos do mecanismo. Então nós vamos permanecer nesse momento
1204 apenas os integrantes, sejam titulares ou suplentes para essa votação. Vou
1205 agradecer os colegas convidados que participam dessa reunião, enfim, ou peritos
1206 que estejam acompanhando e nesse momento eu vou pedir para coordenação
1207 geral apenas a permanência nessa sala de reunião virtual dos colegas para o
1208 debate sobre os peritos do mecanismo nacional de prevenção e combate a tortura.
1209 Após a desconexão... Eu vou, na verdade, deixar cinco minutos aqui, 10h22, eu
1210 vou fazer uma pausa até 10h27. Peço que os colegas titulares e suplentes
1211 permaneçam com a conexão enquanto a coordenação geral faz a desconexão dos
1212 convidados ou eventuais peritos do mecanismo. Então 10:27 a gente retorna. Ok?
1213 (Ininteligível). A finalidade, Mateus dar liberdade para que os membros se
1214 posicionem sobre trabalho dos peritos. Então o resultado ele é um resultado
1215 público, será apresentado, inclusive, amanhã, antes de a gente iniciar a próxima
1216 reunião, isso já pode ser até difundido para o colegiado como um todo. Amanhã
1217 nós temos uma reunião, continuidade da nossa reunião. Então entendo a posição
1218 do colega, mas permaneço com a posição (ininteligível) já e a votação apenas
1219 (ininteligível). Obrigado, 10h30 aqui, na sequência. Bom 10h30, pelo meu registro
1220 aqui. Colega... Está me escutando João?

1221 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** –
1222 Escuto.

1223 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Perfeito. Então nós
1224 demos cinco minutos de intervalo aí, até que se procedesse as questões

1225 administravas pertinentes, solicito que confirme os integrantes do CNPCT que
1226 permanecem na nossa sala de reunião. Enfim, todos os integrantes para efeito de
1227 apreciação do item 4.1 – Debate sobre a designação de vagas dos peritos do
1228 mecanismo. Por favor, João Lança, faça uma leitura aí dos que permanecem na
1229 sala.

1230 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global) –**
1231 Permanecem na sala, João Lança, Sávio Andrade, Andressa de França Alves,
1232 Caio Klein, Cândida Souza, Cristiano Torquato, Daniel Leão, Frei David, Henrique,
1233 Isabel, Ismael César. Ismael, eu peço que, por gentileza, coloque a entidade no
1234 nome.

1235 **Sr. Ismael César (CUT) –** Eu sou da CUT.

1236 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global) –** Por
1237 gentileza. Ismael, Luana PCT, Marco Carvalho, Gabinete, MMFDH, Mariana FF.
1238 Mariana eu peço também que renomeio, por gentileza, dá UBM. Pedro Bicalho, do
1239 Conselho Feral de Psicologia. Quirino Cordeiro do CENAPRED. Rafael Bernardon,
1240 eu peço também que renomeio, Rafael, Ministério da Saúde, Rodrigo de Faria,
1241 SNPIR, Rodrigo Sérvolo, COAD, Storani, peço ao colega também que renomeio. É
1242 do MEC. Vitória Buzzi, CFOAB. Wanderson Pinheiro, peço também que renomeio,
1243 por gentileza. Do MNU.

1244 **Sr. Wanderson Pinheiro de Oliveira (Movimento Negro Unificado) -** Senhores,
1245 só uma questão de ordem, que eu acredito que seja conveniente.

1246 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa) –** Por favor, Wanderson,
1247 até chamando a sensatez que o nosso presidente sempre teve nas conduções do
1248 trabalhos, eu confesso que não entendi o motivo da retirada dos convidados
1249 permanentes da reunião, a contribuição deles é de suma importância durante todo
1250 esse biênio e acredito que nos biênios anteriores também. Falo isso mais em
1251 razão de se tratar do primeiro biênio da nossa entidade, então queria colocar aqui
1252 a submissão da votação da entrada, da participação dos convidados permanentes

1253 em uma pauta tão sensível do Sistema Nacional de Proteção e Prevenção da
1254 tortura.

1255 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Perfeito. Obrigado
1256 Wanderson, eu já tinha pensado em fazer uma fala inicial aí até para gente alinhar
1257 alguns entendimentos, enfim, para evitar algum ruído. Talvez o colega Mateus ele
1258 tenha apresentado esse (ininteligível) alguma ponderação sobre a leitura do texto
1259 e os peritos falam: “não, pretendo continuar.” Eu não vi nenhum perito falando que
1260 na gostaria de continuar, os que não queriam continuar (ininteligível) naturalmente
1261 da função de perito do mecanismo. Eu vou... Eu não sei se temos inscrições aqui
1262 para esses debates iniciais ou nós já podemos... Bom, aqui pelo chat aqui eu não
1263 vejo. Eu vou pedir para a colega Vitória, tem uma (ininteligível) com essa função
1264 dos peritos, o Caio Klein que participou da comissão, inclusive como presidente,
1265 eu vou pedir para os colegas manifestarem manifestações iniciais. E lembrando
1266 que a não participação do perito nessa fase do CNPCT ela tem também a questão
1267 da isonomia. Vitória Buzzi, poderia fazer algumas considerações iniciais. O colega
1268 João Lança já colocou aqui, são quatro peritos, Adriana, Bruno, Daniel e Tarsila,
1269 são quatro peritos que tem o mandato que termina agora no mês de junto. Por
1270 favor, Vitória Buzzi, OAB.

1271 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da Ordem de Advogados do**
1272 **Brasil)** – Obrigada Sávio. Eu falo aqui na verdade, enquanto participante da
1273 comissão de seleção, do último processo seletivo dos peritos. É claro, entendo
1274 que até talvez Caio e Cândida tenham muito a acrescentar nesse sentido, mas é
1275 apenas para atestar a legitimidade, a competência com que esse último processo
1276 seletivo foi encaminhado. Nós conseguimos uma lista com excelentes nomes,
1277 para comporem o mecanismo (ininteligível) inclusive (ininteligível) outros são muito
1278 ligados a temática, que já trabalharam, essas três peritas que já iram entrar agora,
1279 os três peritos que (ininteligível) porque sobre o perito não chegou nenhuma
1280 (ininteligível) essas quatro vagas elas seriam preenchidas por peritos e peritas
1281 extremamente competentes, afinados com a temática, com energia para entrar
1282 agora nesse mecanismo envolvendo tanto (ininteligível) nesses últimos meses,

1283 então com uma energia que eu considero renovada para compor o mecanismo e
1284 continuar os trabalhos. Então eu falo do processo seletivo mesmo, atesto a
1285 qualidade dos peritos que a gente selecionou junto com o Governo, claro o Sávio
1286 estava junto, o Marco também e Ezequiel se eu não me engano, então atesto pela
1287 qualidade e (ininteligível) sobre isso e conseguirmos (ininteligível), mas enfim, fala
1288 dessas perspectiva, de uma perspectiva de um edital que está vigente, de um
1289 edital (ininteligível) específica, não temos uma forma de avaliar qualitativamente
1290 as pessoas que querem a recondução. Inclusive eu iria trazer para essa reunião
1291 uma proposta que é uma proposta já feita no Rio de Janeiro, se eu não me
1292 engano, que os peritos e as peritas que tem interesse na recondução, eles devem
1293 se inscrever no processo seletivo e passar pelo processo seletivo. E aí, se eles
1294 passam, eles podem ser reconduzidos. Não haveria... Eu não entendo muito de
1295 administração pública, vocês vão me perdoar, mas não haveria necessidade eu
1296 acho que de uma nova posse...

1297 **Interlocutor não identificado** – Isso é automático, Vitória?

1298 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da Ordem de Advogados do**
1299 **Brasil)** – Ele se inscreve, passa e aí seria automaticamente prorrogado o mandato
1300 dele. É isso que acontece no Rio de Janeiro. Então haveria como atestar que essa
1301 pessoa continua competente e tudo que ela fez no mecanismo viria como
1302 documentação, valeria ponto, etc. quem tem mais afinidade com o Rio de Janeiro
1303 pode até esclarecer como funciona, eu achei muito interessante essa metodologia
1304 deles. Mas nós não temos essa metodologia atualmente, então usaria os
1305 princípios básicos de conveniência e oportunidade. Atualmente nós temos uma
1306 lista de peritos prontos para ingressar, a demora de nomeação, de posse é a
1307 mesma, não é porque o perito vai ser reconduzido que não tem que passar pelos
1308 tramites burocráticos de governo, tem que passar sim, mas então não haveria
1309 esse medo (ininteligível) parte da demanda de nomeação e posse porque nós
1310 sabemos que a recondução também exige burocracia.

1311 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Perfeito. Obrigado
1312 Vitória. Nós temos a inscrição do Marco na sequência. Apenas uma ponderação
1313 com relação a fala da Vitória, inclusive, no nosso caso isso aconteceu, mesmo não
1314 sendo formalizado como no Rio de Janeiro, talvez a Isabel possa trazer algum
1315 dado a mais sobre isso, a Isabel da CONECTAS, a Isabel... perdão, não é
1316 CONECTAS, perdão Isabel, mas enfim...

1317 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global) -**
1318 **Justiça Global.**

1319 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Justiça Global. Perdão. A
1320 Vitória colocou a questão, no nosso caso a Bárbara, ela foi reconduzida, ela
1321 participou do processo seletivo e ficou em primeiro lugar. Então foi uma questão
1322 similar. Então passo a palavra para inscrição. Os demais que quiserem colocar,
1323 por favor, no chat. Marco, Gabinete da Ministra.

1324 **Sr. Marco Vinicius Pereira de Carvalho (Ministério da Mulher, da Família e**
1325 **dos Direitos Humanos)** – Bom dia, pessoal. De fato, a gente que participou do
1326 processo seletivo, a gente tem como aferir, pelo menos em tese porque uma coisa
1327 é a... Uma coisa são aqueles atributos, objetivos foram avaliados durante a
1328 seleção, em tese essas pessoas de fato são qualificadas, veremos isso durante o
1329 decorrer dos trabalhos. Mas não é isso... Nós tivemos uma reunião onde acho que
1330 se eu não me engano foi até uma proposta minha que a gente pudesse aferir os
1331 trabalhos dos peritos. Havia uma certa desconfiança quanto à questão de alguns
1332 trabalharem, porque de fato, eu, particularmente, eu não sei se isso vai tocar a
1333 todos vocês, eu particularmente conheço poucos e já estive em uma isenção no
1334 Rio Grande do Sul, onde a Vitória estava participando, se eu não me engano a
1335 Tarsila, me corrija, Vitória se foi Tarsila mesmo.

1336 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da Ordem de Advogados do**
1337 **Brasil)** – Adriana que estava.

1338 **Sr. Marco Vinicius Pereira de Carvalho (Ministério da Mulher, da Família e**
1339 **dos Direitos Humanos)** – Ah, está bem. Eu confundo. Adriana então o nome
1340 dela. Teve aquele outro menino que está sempre presente, teve aquele outro
1341 senhor Ribamar (ininteligível) e os demais. Que eu fiz uma proposta para gente
1342 verificar se, de fato, a efetividade, porque havia chegado ao nosso conhecimento
1343 que alguns, de fato, não estavam fazendo trabalho condizente. Eu não sei quem
1344 são esses alguns. Então, na ausência de critérios objetivos, aí eu quero trazer
1345 uma questão de justiça, como nós... Para que a gente possa aplicar o mesmo
1346 critério que aplicamos com relação a Bárbara e para que possamos agir com
1347 equidade e com justiça e com isonomia, dada a manifestação que eu não sei se
1348 foi de todos, mas noticiado pelo Sávio que, de que houve uma manifestação de
1349 vontade de continuar. Eu encaminharia, eu sugeriria que a gente aquecesse com
1350 essa manifestação de vontade, para que a gente não tenha aqui, não possa
1351 incorrer em um problema de dois pesos e duas medidas. Porque com a Bárbara
1352 houve a recondução, embora ela tenha participado do processo seletivo e se eu
1353 não me engano havia uma discussão da CONJUR naquela época sobre a
1354 impossibilidade de recondução, e que precisaria ser deliberado por nós, o
1355 colegiado precisava decidir sobre a possibilidade ou impossibilidade de
1356 recondução, quando nós decidimos pela possibilidade de recondução. A partir
1357 daquele momento então, há essa possibilidade, se eu não me engano, por uma
1358 única vez a pessoa ser reconduzida. Então nós estabelecemos que pode sim ser
1359 reconduzido. Então na ausência de critérios objetivos para que a gente possa
1360 indeferir essa manifestação, esse pedido de recondução e para que a gente possa
1361 ter o mesmo critério como que nós agimos com a Bárbara, volto a dizer, sobre a
1362 questão de equidade e questão de justiça, eu sugeriria que a gente pudesse
1363 deliberar aqui pela recondução deles. Porque, de fato, eu não gostaria de ser
1364 injusto com um ou outra pessoa. Não sei aqui nomear, se todos esses de fato vem
1365 desenvolvendo um bom trabalho ou se alguns desses não vem desenvolvendo.
1366 Então para não ser injusto com ninguém, a minha questão se pauta justamente
1367 pela questão da justiça. Tratarmos as pessoas de maneira igual e aí dispensarmos
1368 o mesmo tratamento que nós dispensamos a Bárbara e que a Bárbara sim, sem

1369 sombras de dúvidas vem desenvolvendo um bom trabalho e eu volto a dizer, não
1370 sei dizer sobre o restante. Então, a minha dúvida é com relação a não praticar
1371 injustiça contra nenhum desses quatro aí.

1372 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Perfeito. Obrigado Marco
1373 pelas ponderações, passo na sequência a inscrição, Cândida. Por favor.

1374 **Sra. Cândida de Souza (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)** – Oi
1375 gente. Então, eu só participei desse Biênio, eu acho que a gente tem mais gente
1376 aqui que participaram de Biênios anteriores, tipo (ininteligível) o próprio Sávio
1377 estava também, (ininteligível), mas eu lembro muito bem que o critério que a gente
1378 utilizou em relação a recondução de Bárbara, (ininteligível) aliás, para ela poder a
1379 degravação, desse tema tão delicado. É bom que esteja gravando. Pronto, voltou
1380 aqui. Sim, eu lembro de mais que o nosso debate da recondução da perita
1381 Bárbara tinha a ver com a questão do tempo de mandato dela que foi prejudicado
1382 por causa das demoras nas tramitações, enfim, naquele período que a gente
1383 passou um tempo sem ter reunião, entre 2018 e 2019. Que teve a ver, inclusive
1384 com o nosso próprio atraso de começo dos trabalhos desse biênio. E isso me
1385 parece diferente, me parece não, é diferente da situação das outras pessoas
1386 agora e assim, eu acho muito delicado, de fato, nós não somos uma instância
1387 superior, digamos assim ao mecanismo, então, eu particularmente, enquanto
1388 membra do Comitê, me sinto desconfortável de avaliar em uma posição
1389 hierárquica qualquer tipo de trabalho desenvolvido e tal se a gente não tem uma
1390 metodologia para isso. E eu acho, inclusive que não deveria ter, assim, a opinião,
1391 pelo menos a princípio aqui para contribuir com o debate, é de que a gente não
1392 necessariamente precisaria estabelecer uma regra que fosse unanime e para
1393 sempre, porque muitas vezes depende do caso a caso e tal, só que para isso
1394 dependeria também de um acompanhamento maior nosso, da própria atuação do
1395 mecanismo, como o próprio Marco está colocando, mas a minha fala era para
1396 lembrar dessa questão de Bárbara e também assim, porque especificamente foi
1397 diferente com sentido (ininteligível) aos peritos que (ininteligível) da avaliação das
1398 pessoas e aí a gente pode sim, avaliar essas pessoas que vão entrar, do mesmo

1399 jeito... E aí só para dizer que essas questão da justiça, lembrando que a situação
1400 de Bárbara foi diferente da situação da recondução dos peritos de agora. Pelo
1401 menos que foi a única que eu acompanhei. É isso, obrigada.

1402 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Obrigado Cândida. Muito
1403 bem lembrado essa questão, a Bárbara teve uma particularidade do prazo de
1404 início dela, uma questão burocrática formal, então acabou tendo um prejuízo. E
1405 você lembrando essa particularidade realmente isso foi considerado nessa
1406 recondução e somando a questão também dessa participação no processo
1407 seletivo. Passo a palavra agora para o Caio Klein, da SOMOS. Por favor.

1408 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** -
1409 Presidente.

1410 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Por favor, João Lança.

1411 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** - Só
1412 uma questão aqui de ordem administrativa. A minha conexão está oscilando muito
1413 no computador, por isso que está dando essa baixa aí de gravação e não
1414 gravação. Eu quero consultar aqui, Luana, se vocês está com o computador aí
1415 legal. Eu vou salvar a gravação até então e passar o hoste para você, para você
1416 gravar o restante, para gente fazer um teste. É possível Luana?

1417 **Sra. Luana** – É sim. Pode passar.

1418 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Por favor, vamos
1419 executar então essa questão administrativa para...

1420 Dia 10-06-2021 - zoom 2

1421 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Perfeito. Registrado.
1422 Então dando sequência eu passo a palavra para o Caio Klein, da SOMOS, por
1423 favor, Caio.

1424 **Sr. Caio César Klein (SOMOS - Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Ah,
1425 obrigado Sávio. Eu estava considerando aqui as questões que os colegas
1426 colocaram, eu acho que é sempre uma posição complicada fazer esse tipo de
1427 avaliação, porque no final das contas a gente está avaliando o trabalho de outras
1428 pessoas e, muitas vezes, a gente não tem todas as informações necessárias e os
1429 critérios muito bem estabelecidos para fazer isto. Eu estava pensando no que o
1430 Marco colocou, isto também é um ponto sensível para mim assim, evitar qualquer
1431 tipo de julgamento precipitado, de injustiça com o trabalho dos colegas, afinal de
1432 contas, todos atuamos na mesma pauta, no mesmo assunto. E, de uma forma ou
1433 de outra, temos uma relação de trabalho. Essa questão dos critérios objetivos eu
1434 tenho entendido na verdade, Marco, de uma forma inversa que a tua, tu falou
1435 assim que: “Na falta dos critérios objetivos, talvez fosse mais justo que a gente
1436 reconduzisse essas pessoas por não ter um melhor termo assim, de avaliação.” e
1437 eu tenho entendido ao contrário, eu tenho entendido justamente que na falta
1438 desses critérios objetivos, fica uma dificuldade tremenda para a gente cancelar a
1439 recondução destes profissionais. Entendendo também que a recondução ela não é
1440 a regra, ela é uma prerrogativa nossa, mas ela não é a regra, a princípio ela é a
1441 exceção, ela seria conseguida por conveniência e pela oportunidade, por
1442 requerimento do perito e pelo reconhecimento do mérito do seu trabalho. A gente
1443 vive uma situação hoje aqui nessa relação entre o Comitê e o mecanismo em que
1444 nós temos uma dificuldade bastante objetiva de avaliar e de monitorar o trabalho
1445 dos peritos, não no sentido de que a gente tenha alguma forma de controle sobre
1446 esse trabalho, não é isso assim, mas nós somos, enquanto colegiado, uma
1447 instância que monitora, que verifica a qualidade do trabalho, do mecanismo. Então
1448 hoje, por exemplo, nós não teríamos critérios muito básicos para avaliar se o
1449 trabalho desenvolvido nesses últimos anos por três pessoas, lembrando que são
1450 quatro, a gente está falando de quatro peritos, mas três pediram, três
1451 manifestaram interesse. Então a gente não teria informações muito básicas para
1452 avaliar o trabalho dessas pessoas, por exemplo, presença, folha ponto, presença
1453 nas reuniões de Pleno que o mecanismo tem. A única informação que a gente
1454 teria e que daí eu fico um pouco estranhado, que isso não tenha vindo nos

1455 pedidos de recondução, a única informação objetiva que a gente teria seria a
1456 participação dessas pessoas na escrita de relatórios que são documentos
1457 públicos, e o mecanismo pública. Embora das minha experiência, o que eu tenho
1458 verificado, das inspeções que eu participei junto com os mecanismos é de que,
1459 nem todas as pessoas que assinam o relatório participaram das inspeções, da
1460 atividade principal assim. Então eu acho que a gente tem um cenário muito pobre
1461 de dados para avaliar o trabalho destas pessoas. Então debatendo isso com os
1462 meus colegas eu tenho pensado, que se por um lado a gente tem essa escassez
1463 de dados para avaliar o trabalho destas pessoas, a gente tem um conjunto de
1464 informações muito importante para avaliar o trabalho das pessoas que foram
1465 aprovadas no 5º processo seletivo. Aí nesse ponto, eu me filio ao que a Vitória
1466 colocou, foi um processo longo, foi um processo que foi fruto de muito debate aqui
1467 entre nós e mesmo nesse clima turbulento que, muitas vezes nós temos aqui, de
1468 embate, de discussão da sociedade civil e governo, os colegas novos que estão
1469 chegando agora não acompanharam assim, mas esse processo seletivo ensejou
1470 muito o debate. Mesmo nesse clima a gente teve sucesso neste processo seletivo.
1471 Daí só recapitulando assim, eu presidi a comissão seleção e éramos seis pessoas,
1472 éramos Cândida, Vitória e eu pela sociedade civil e pelo governo, Marco, Ezequiel
1473 e Sávio. E a minha sensação é tipo, o processo foi muito bem sucedido assim, a
1474 gente teve uma participação meio igualitária assim, sociedade civil e governo, nós
1475 tivemos uma lista final de pessoas muito qualificadas. Como a Vitória colocou,
1476 todas elas tem experiência prévia, algumas já atuam como peritos em órgãos
1477 estaduais, mecanismos estaduais e muitos tem experiência junto ao Programa
1478 Fazendo Justiça, que era o antigo Justiça Presente que é aquele programa entre o
1479 PNUD, o Ministério da Justiça e Segurança Pública e o Conselho Nacional de
1480 Justiça. Então do meu ponto de vista, pensando aqui nas nossas atribuições, eu
1481 tenho me posicionado para a gente privilegiar o resultado do processo seletivo.
1482 Inclusive, considerando que as questões os nossos obstáculos burocráticos, são
1483 os mesmos. Então tanto a nomeação de novos peritos, quanto a recondução de
1484 peritos atuais obedecem um rito muito semelhante que depende do Decreto do
1485 Presidente da República e depois de Portaria, Ministério para a nomeação. Então

1486 para eventuais atrasos e prazos que a gente tiver que enfrentar, eles vão ser os
1487 mesmos. E daí então nesse espírito da gente poder basear a decisão em
1488 informações que a gente detém e também no sentido de renovação do pessoal da
1489 equipe, o meu entendimento aqui vai no sentido de a gente privilegiar o processo
1490 seletivo e não na recondução destas pessoas.

1491 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Perfeito. Obrigado Caio.
1492 Com relação... O Caio presidiu a comissão de seleção, fez um excelente trabalho
1493 lá nessa... Enfim, até a conclusão da comissão de seleção. Eu acho que o Marco
1494 fez uma inscrição na sequência. Marco, por favor.

1495 **Sr. Marco Vinicius Pereira de Carvalho (Ministério da Mulher, da Família e**
1496 **dos Direitos Humanos)** – Sim. É só dentro desta fala aí que a gente até... eu fico
1497 com uma sugestão não sei se para a próxima reunião, para a gente poder fixar
1498 algumas coisas. Eu lembro que eu tinha pedido lá atrás para a gente verificar a
1499 frequência deste pessoal do Ministério, tem como... e aí isso foi rechaçado na
1500 época. Tem como verificar se esse pessoal acessa o SEI, qual é a frequência que
1501 acessa, porque eles têm que trabalhar no SEI, o sistema que é utilizado é o SEI.
1502 Então tem como verificar os acessos, tem como verificar o próprio acesso ao
1503 prédio e essa coisa que eu falo, que o Caio colocou da participação das reuniões
1504 entre eles, a participação efetiva nas inspeções, enfim. Isso tudo a gente poderia...
1505 a gente vai passar o tempo, serão outras pessoas aqui e alguns até podem
1506 continuar, mas vai permanecer o mesmo problema. Então a gente poderia sim,
1507 pensar em deixar alguma coisa já objetiva para a avaliação dos trabalhos dessas
1508 pessoas. A avaliação mínima, critérios mínimos, se a pessoa nunca frequenta o
1509 prédio do... Vamos supor, eu não sei se isto acontece, se a pessoa nunca
1510 frequenta o prédio do Ministério, onde ela tem que estar prestando expediente, se
1511 ela nunca acessa o sistema, ah, tudo bem estamos em trabalho remoto agora,
1512 mas ela nunca acessa o sistema, ou se ela pouco acessa o sistema, isso pra mim
1513 são indícios de que a pessoa não está trabalhando, está só assinando os
1514 relatórios. De alguma forma a gente trás o mínimo de objetividade. Então eu faço
1515 essa sugestão que talvez não hoje, mas que a gente possa avançar para ter uma

1516 resolução a esse respeito e a gente ir como colegiado estabelecer as balizas para
1517 que a gente possa sim fiscalizar o trabalho deles. É só nesse sentido que eu
1518 gostaria de colocar para a gente pensar e evoluir neste tema, está bem? Porque a
1519 gente já falou sobre isso, a falta de critérios e tal e eu volto a dizer, eu, para mim
1520 gente e aí na falta de critério para mim é muito pesado penalizar alguém que eu
1521 não tive critério para avaliar. Isso poderia até, lógico essa reunião aqui hoje, ela
1522 está fechada, eu não sei se a gente for conduzir para não... Encaminhar para a
1523 não recondução se eles vão ajuizar a ação, enfim, eu não sei como é que vai
1524 acontecer isso, mas eu tenho receio de que se evoluir para esse nível de
1525 discussão que eles possam justamente bater na falta de critérios pela não
1526 recondução. Então, no meu entender, entender já compreendendo a visão de Caio
1527 e de Vitória, mas no meu entendimento a falta de critérios para que possamos
1528 avaliá-los pesa até contra nós em uma não recondução, está certo? Mas eu
1529 gostaria que a gente evoluísse neste raciocínio para a gente fixar os critérios. E
1530 para mim está sendo muito tranquilo discutir isso, porque aqui a gente está em um
1531 colegiado e a gente está tentando olhar para que o melhor trabalho, para que o
1532 trabalho do mecanismo ele seja desenvolvido a contento e da melhor forma
1533 possível. Eram só essas colocações.

1534 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Obrigado Marco pelas
1535 ponderações. Eu também entendo muito pertinente, o Comitê tem que evoluir sim
1536 para critérios objetivos, toda avaliação ela é feita com base em dados o que nós
1537 temos hoje são informações esparsas sobre um trabalho adequado ou não
1538 adequado dos peritos. Por exemplo, tem perito aqui que eu não conheço, eu não
1539 tive contato ainda, desses quatro aqui tem um colega que eu não tive contato
1540 enfim, ainda. E isso até é um outro ponto que eu coloco aqui que foi colocado que
1541 três peritos, a Adriana, o Daniel e a Tharcília apresentaram a manifestação no
1542 sentido de que gostariam da recondução e um outro perito não apresentou. Aí eu
1543 questiono aos colegas se o CNPCT deixaria de apreciar uma recondução ou não
1544 do perito Bruno. Creio que nós temos um pacote de quatro finalizações e está
1545 dentro das competências formais normativas do CNPCT a recondução ou não dos

1546 peritos. Ou ainda, digo o processo seletivo para a escolha dos peritos está dentro
1547 da competência do Pleno do CNPCT. Então nós temos que definir essa questão
1548 do pacote são quatro peritos, três peritos que nós estamos tratando e isso é
1549 importante. Mas eu passo a inscrição aqui para a Vitória Buzzi.

1550 **Sr. Marco Vinicius Pereira de Carvalho (Ministério da Mulher, da Família e**
1551 **dos Direitos Humanos)** – Rapidinho, rapidinho, só quanto a esse que não pediu
1552 eu acho que a gente podia já resolver já, porque se ele não pediu, pra mim está
1553 implícito que ele não quer ser reconduzido. Então quanto a esse o senhor podia
1554 resolver essa questão aqui.

1555 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Mas outra coisa, nós não
1556 temos fluxo, se essa solicitação não dá pra ser, ao meu ver tem que ser formal, foi
1557 apresentada uma solicitação formal? Eu lembro de manifestações: “Ah, eu
1558 pretendo continuar...”, tal, talvez tenha ficado registrado em uma ata da reunião
1559 do CNPCT. Mas João Lança, nós temos alguma manifestação formal pela
1560 continuidade nos trabalhos? Essa é uma dúvida que eu tenho.

1561 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – Não.
1562 De ninguém.

1563 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – De nenhum dos peritos?

1564 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – Não,
1565 não saiu...

1566 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Eu vou passar a
1567 palavra... Por favor, João.

1568 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – É
1569 isso. Não saiu o ofício da coordenação de apoio para consultar sobre isso e não
1570 foi recebido oficialmente nenhuma manifestação dos peritos sobre isto.

1571 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Nem por e-mail...

1572 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global) –**
1573 (ininteligível).

1574 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa) –** Nem por e-mail, por
1575 favor.

1576 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global) –** Sávio,
1577 só se me permite, eu recebi no meu e-mail pessoal, mensagens de três peritos,
1578 que seriam no caso Adriana, Daniel e Tarsila, do Bruno eu não recebi e acredito
1579 que da mesma forma outros colegas receberam pedidos da Adriana, Daniel e
1580 Tarsila, mas não... só para salientar, eu não recebi nenhuma comunicação oficial,
1581 eu acho que esse pedido ele não foi para a coordenação e ele também não foi
1582 para a coordenação do mecanismo, eu não... Assim, como o Flávio coloca nós
1583 não temos o fluxo, mas eu imagino que o mais natural seria o pedido sair de uma
1584 forma mais contundente, mais formal assim, um pedido oficial, ao Pleno, seria
1585 através da coordenação ou a coordenação do órgão, do mecanismo.

1586 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa) –** Verdade assim, essa
1587 provocação individual Caio, ao meu ver, tem um equívoco na forma. Os peritos
1588 sabem que no dia 12 de junho, que agora no sábado venceria o prazo, foram
1589 quatro anos. Todos exerceram o período de quatro anos do mandato. Então eu
1590 achei que tinha chegado alguma coisa realmente formal na coordenação no
1591 sentido de continuidade, então não chegou e-mail, e não chegou documento pelo
1592 SEI neste sentido não é João.

1593 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global) -** Não.

1594 **Sr. Marco Vinicius Pereira de Carvalho (Ministério da Mulher, da Família e**
1595 **dos Direitos Humanos) -** Então nesse sentido, então eu vou falar uma coisa.
1596 Neste sentido já... Como a gente está falando aqui de critérios, objetivos, neste
1597 sentido, como não houve manifestação formal deles, aí eu paro para pensar se a
1598 gente deve até discutir a questão da recondução. Porque se não é um pedido, não

1599 há o que ser debatido. Nós estamos falando de serviço público, estamos falando
1600 de administração pública e aí se não há um pedido formal deles, pelo menos a
1601 coordenação informa que não recebeu o pedido formal à presidência também não
1602 pediu, o gabinete, por exemplo, também não recebeu pedido formal e aí se não há
1603 pedido, não há nem objeto a ser apreciado. Essa é minha opinião. Eu estava
1604 discutindo essa situação partindo do pressuposto que havia um pedido formal
1605 deles.

1606 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** - Só
1607 passando, só antes de passar para o Caio aqui na sequência, porque nós temos a
1608 inscrição da Vitória que está aguardando também.

1609 **Sr. Marco Vinicius Pereira de Carvalho (Ministério da Mulher, da Família e**
1610 **dos Direitos Humanos)** - Desculpa, desculpa.

1611 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** - O
1612 Marco coloca como preliminar essa questão, essa preliminar realmente de uma
1613 provocação formal. Eu também não tinha ciência disso eu achei que tinha uma
1614 provocação para a coordenação mais me parece, pelo menos pelo esclarecimento
1615 não aconteceu. Eu vou passar primeiro para a Vitória e depois eu retorno para o
1616 Caio aqui na sequência para não ficar prejudicado. Tem Vitória e Fabrício na
1617 sequência. Se os colegas permitirem pela ordem aí eu acho que o Caio, como
1618 estava com a palavra conclua de forma rápida para a gente passar para as demais
1619 colegas.

1620 **Sr. Caio César Klein (SOMOS - Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Sim,
1621 seria uma aparte ao Marco. Eu entendo a análise dele é super pertinente, afinal
1622 questão formal, mais mesmo se a gente não for fazer essa análise tão jurídica de
1623 preliminar e mérito assim, o que me toca também são os e-mails que eu recebi.
1624 Por exemplo, semana passada eu fiz uma aplicação a um trabalho, uma vaga de
1625 trabalho e enviei um relatório de atividades mesmo em determinada área que eu

1626 atuo e daí isso para mim me causa certa falta assim. Eu recebi um e-mail
1627 explicando da intenção, mas eu não recebo relatório do que a pessoa fez esse
1628 tempo todo, informações e conteúdo que eu pudesse avaliar o mérito daquele
1629 trabalho entende nesse tempo. Então eu acho que além da questão mais formal,
1630 do e-mail não ter ido para o setor correto me causou um pouco de surpresa isso
1631 também assim, não ter vindo em formado, o pedido não ter vindo em formado,
1632 enfim.

1633 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global) -**
1634 Perfeito Caio, obrigado. O Rodrigo colocou esclarecimento aqui que o mandato foi
1635 três anos, pelo período indicado pelo João Lança. Eu vou dar sequência aqui
1636 então Vitória Buzzi e depois Fabrício Storani, por favor.

1637 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da Ordem de Advogados do**
1638 **Brasil) –** Sávio, só uma questão de ordem o Wanderson está esperando para
1639 entrar.

1640 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global) –**
1641 Perfeito. Por favor, executem a entrada do Wanderson na reunião, eu acho que
1642 caiu a conexão dele.

1643 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global) -** Luana,
1644 você está de rosto aí agora.

1645 **Sra. Luana -** Já, já admitiu já. Ele está entrando.

1646 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global) -** Então
1647 tá bom. Então dando sequência a Vitória.

1648 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da Ordem de Advogados do**
1649 **Brasil) –** Obrigado Sávio. Era só um lembrete, mas eu acho que acabou sendo
1650 abordado pelos colegas que já falaram é de que a questão do perito Bruno é mais
1651 fácil de ser resolvida, porque inclusive, na última reunião plenária do mecanismo,
1652 ele manifestou o desinteresse na recondução. Então isso foi abordado a planária

1653 do mecanismo e ele também não acionou ninguém sobre a recondução. Então
1654 claro que a questão dele é mais simples, ele não só não manifestou desejo da
1655 recondução, como ele manifestou o interesse na não recondução. Como o Marco
1656 disse a questão dele é mais fácil de ser resolvida e aí sobre os demais peritos eu
1657 também preferiria tirar aqui um posicionamento colegiado, eu acho que fica mais
1658 simples, é um debate de luta de meandros assim, nós realmente não temos
1659 Resolução, não temos um processo formal para que seja feito. Eu posso falar,
1660 enquanto memória do CNPCT, porque eu acho que eu e Sávio, somos dois dos,
1661 talvez mais antigos aqui e também CONECTAS as Justiça Global nas
1662 reconduções de Ribamar, Magnata, Deise e Lúcio, se não me engano, foi uma
1663 questão de oportunidade porque nós achávamos que o governo, até então, não
1664 iria dar abertura a novo processo seletivo, iria fazer com que o mecanismo
1665 acabasse e aí resolvemos reconduzir eles. Eu acho que foi na última reunião
1666 extraordinária até do biênio foi uma coisa bem emergencial. Então novamente não
1667 foram avaliados critérios de produção, nada disso, foi feito assim, a toque de caixa
1668 mesmo porque avaliando o critério assim de conveniência e oportunidade
1669 achamos que teríamos, que era necessário conduzir, sendo muito sincera, foi isso.
1670 Ninguém foi ver se o perito conduzia, qual era... como ele se comportava nas
1671 inspeções, como eles se comportava nas missões, qual era o relacionamento dele
1672 no mecanismo porque isso era importante também, um ambiente saudável de
1673 trabalho é muito importante, não se avaliando disso. Na recondução da perita
1674 Bárbara também, ela apesar de ter se inscrito no processo seletivo e passado no
1675 primeiro lugar, nós decidimos pela recondução dela, primeiro porque todo mundo
1676 aqui conseguiria atestar o bom trabalho dela, porque ela está à frente do
1677 mecanismo hoje em dia, então é mais fácil mensurar este trabalho, mas fora isso
1678 foi uma questão também de que nós havíamos entendido que a demora na posse
1679 dela havia prejudicado o mandato, então decidimos pela recondução. Novamente
1680 esse foi o critério, assim, o critério decidido no momento. E aqui, nesse terceiro
1681 momento de recondução, o critério também é estabelecido agora, qual será o
1682 critério? Não temos critério? Novamente é uma dificuldade. O que infelizmente
1683 parece que tem virado regra é que basta passar no processo seletivo de perito

1684 para ser garantida a sua recondução, porque todo mundo que pediu até hoje
1685 ganhou, levou e isso acaba virando uma infelicidade para as pessoas que querem
1686 integrar o mecanismo, que não estão no mecanismo, porque são pessoas... é
1687 sangue novo, é energia nova, mas que tem que esperar aí 06 anos para requerer
1688 a entrada porque aparentemente basta passar no processo seletivo, para ter
1689 recondução garantida. E isso para mim se torna uma infelicidade porque o critério
1690 não é esse e a pessoa não basta entrar para garantir 06 anos lá dentro até porque
1691 acaba ficando 05, 06 anos sem nenhuma forma de avaliação.

1692 **Sr. Marco Vinicius Pereira de Carvalho (Ministério da Mulher, da Família e**
1693 **dos Direitos Humanos)** - Você me permite uma parte Vitória?

1694 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da Ordem de Advogados do**
1695 **Brasil)** – Sim, Marco.

1696 **Sr. Marco Vinicius Pereira de Carvalho (Ministério da Mulher, da Família e**
1697 **dos Direitos Humanos)** - Até dentro do que você está falando, porque se a
1698 pessoa está sendo reconduzida ela acaba pontuando mais, inclusive no processo
1699 seletivo.

1700 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Hum hum.

1701 **Sr. Marco Vinicius Pereira de Carvalho (Ministério da Mulher, da Família e**
1702 **dos Direitos Humanos)** - Não é?

1703 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Exatamente, por tempo
1704 de exercício de mandato. Exatamente.

1705 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da Ordem de Advogados do**
1706 **Brasil)** – Exatamente. É uma pessoa que tem além de domínio do tema, tem
1707 inspeção nas costas. Então assim, se fosse entrar em um novo processo seletivo,
1708 é uma pessoa que levaria muita vantagem, ela estar no meio, ela está
1709 trabalhando, ela tem os contatos, etc.... Mas fora isso, nós estamos vendo de que

1710 é uma garantia de 06 anos de um cargo, de um cargo que deveria tomar 03 anos
1711 da pessoa, então é uma garantia que durante 06 anos a pessoa vai estar lá dentro
1712 usando escusas de autonomia, de independência inclusive, para se ligar, para ser
1713 avaliada pela própria coordenação. Então vira um problema isso lá dentro
1714 também, vira uma pessoa que ela não pode ser avaliada por ninguém, que ela não
1715 pode ser cobrada por ninguém, que o trabalho dela não pode ser mensurado,
1716 qualificado por ninguém durante 06 anos. E é claro que vira um cargo muito
1717 confortável, que durante 06 anos não há ninguém que possa te avaliar, não há
1718 ninguém que possa te demitir, não há ninguém que possa dizer que você faça um
1719 mau trabalho e por isso não deveria continuar no mecanismo. É muito delicado,
1720 são 06 anos garantidos, com uma remuneração muito boa, sem prestar qualquer
1721 tipo de feedback, qualquer tipo de esclarecimento para esse Comitê, inclusive, que
1722 é o Comitê responsável, essa plenária é responsável por nomear, por afastar e ir
1723 até no limite, por fazer com que essa pessoa responda algum tipo de trabalho
1724 formal pelo mau trabalho. Então é necessário que esse Comitê permaneça
1725 vigilante das atribuições do mecanismo, assim como, quando foi necessário esse
1726 Comitê inteiro se voltou a preservação do mecanismo, é necessário que a gente
1727 se mantenha também agora que o mecanismo funciona, atentos ao bom
1728 funcionamento do mecanismo. Não basta subsistir, é necessário que produza um
1729 trabalho de qualidade no mínimo, enfim. Não é a nossa intenção entrar aqui em
1730 uma avaliação pessoal de cada perito, mas sim da... Eu acho que do quadro
1731 maior, na necessidade de recondução ou da não necessidade e para, além disso,
1732 desse quadro que tem ficado cada vez mais evidente que basta passar do
1733 processo seletivo para garantir os 06 anos dentro do mecanismo. E isso é muito
1734 lamentável, porque tem sangue novo querendo entrar para fazer um excelente
1735 trabalho também.

1736 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Perfeito. Obrigado
1737 Vitória pelas ponderações. E lembrando que nós chegamos até a debater que os
1738 peritos eles estão ocupando um cargo de AS4, e isso chegou a ser judicializado
1739 em algum momento. Então eles estão no exercício da função pública, eles são

1740 servidores e aí em algum momento, nós tivemos algumas ocorrências que foram
1741 questionadas se estariam no escopo da comissão de ética, enfim, para avaliar a
1742 conduta desses peritos, eu creio que sim. Como servidores eles têm que, como
1743 todos os servidores públicos tem que prestar enfim, alguns esclarecimentos e
1744 informações. Então eu passo a palavra... Mas registro aqui, me parece que todas
1745 as falas são nos mesmos sentidos, precisamos de critérios objetivos, sejam os
1746 exemplificados pelo colega Marco ou outros criados por... Enfim, por esse
1747 colegiado, nós precisamos de critérios objetivos para tratar sobre as futuras
1748 avaliações do Pleno sobre os peritos. Então eu passo a inscrição agora para o...
1749 Passo a palavra agora para o colega Fabrício Storani que fez a inscrição, por favor
1750 Fabrício.

1751 **Sr. Fabricio Storani de Oliveira (Ministério da Educação)** - Bom dia. Obrigado
1752 Sávio. Eu queria questionar essa situação da formalidade do pedido de
1753 recondução ou não, já foi explicado aí. E eu fico temerário da gente tomar algum
1754 tipo de ação justamente por a gente estar tratando de situações envolvendo cargo
1755 público, DAS, então eu acho complicado a gente pensar em alguma coisa relativo
1756 a isso e não ter nada formal. A gente está tratando de admissão pública, recursos
1757 dos pagadores de impostos e isso aí é muito caro para a gente. O segundo ponto
1758 eu vou fazer coro aqui com a Vitória e com o Marco é a questão da avaliação, a
1759 gente não pode deixar de avaliar o trabalho do pessoal do mecanismo e, como a
1760 Vitória colocou, já estão esperançosos contando com a renovação e isso é
1761 complicado. Nós precisamos pensar em critérios de avaliação, nós temos como
1762 avaliar, para que a gente possa acompanhar o trabalho e aí sim, com base no
1763 material que a gente colher nessa avaliação, poder discutir sobre uma eventual
1764 recondução ou não. Eu acho importante a gente pensar, a gente trabalhar em
1765 cima dessa avaliação para que a gente não fique passando tanto tempo por isso,
1766 em toda renovação tem que saber se foi discutido ou não, se ele quis ou não e
1767 ficar na subjetividade da escolha. Apesar da gente não estar trabalhando aqui
1768 nominalmente, acaba sendo uma escolha subjetiva, porque nós não temos
1769 parâmetro algum para poder tomar a decisão. E aí eu fico preocupado

1770 principalmente com a situação que nós não temos a formalização do pedido deles.
1771 Obrigado.

1772 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Perfeito, Fabrício,
1773 obrigado aí pelas palavras. Eu acho que todas estão no mesmo sentido,
1774 independente da apreciação hoje, nós temos que evoluir, realmente em critérios
1775 objetivos aí para as futuras situações. Eu não vejo mais inscrição aqui...

1776 **Sr. Marco Vinicius Pereira de Carvalho (Ministério da Mulher, da Família e**
1777 **dos Direitos Humanos)** - Presidente, eu queria pedir o encaminhamento para
1778 gente ir logo para votação desse tema e eu gostaria de sugerir como ponto de
1779 enfrentamento, com ponto até de objetivo de votação, eu gostaria de encaminhar
1780 pela prejudicialidade do pedido de análise de uma possível recondução, ante a
1781 ausência dos pedidos de recondução formais.

1782 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Perfeito. Perfeito, Marco,
1783 eu acho que realmente essa sugestão é a mais prudente porque nós não tivemos
1784 uma provocação formal, eu não sei se outro colega teria outra ponderação...

1785 **Sr. Caio César Klein (SOMOS - Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Eu só
1786 gostaria para avaliar o pedido do Marco, porque como eu coloquei, Sávio, eu
1787 recebi e-mails, no meu e-mail pessoal e daí eu só gostaria que a gente certificasse
1788 com a coordenação. Eu acho que isso já foi feito, mas só reiterando, de que não
1789 houve o pedido para o órgão, para o Comitê, ou através do mecanismo para o
1790 Comitê.

1791 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Conforme o Caio
1792 colocou, a Coordenação já manifestou, peço uma nova checagem, Luana que está
1793 nos acompanhando e João Lança para gente certifica isso aí que é um ponto
1794 importante para definição agora. Lembrando que, Caio, essa provocação
1795 individual para um membro do CNPCT, ela não é uma provocação formal. O perito
1796 ele pode trabalhar com você, apresentar algumas... Enfim, fazer até a sustentação
1797 dele de enfim, do motivo da permanência, mas não é uma provocação formal.

1798 **Sr. Marco Vinicius Pereira de Carvalho (Ministério da Mulher, da Família e**
1799 **dos Direitos Humanos)** - Está mais para articulação política.

1800 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Exato. Exatamente.
1801 Quase que uma campanha. Perfeito. Colegas, não tenho...

1802 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** - Sávio?

1803 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Quem fala? Que eu não
1804 estou visualizando aqui.

1805 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** - Sou
1806 eu, João.

1807 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Por favor, João Lança.

1808 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – Da
1809 Coordenação. Eu pensando sobre essa questão da formalização, nós não
1810 recebemos. Eu peço até para Luana olhar a caixa do e-mail aí, confirmando, não
1811 recebi nenhum repasse até hoje, não sei, também. Nós não recebemos. Ao
1812 mesmo tempo, pela falta de fluxo com relação a essa manifestação, eu fico
1813 preocupado se uma decisão terminativa em relação a isso, ou seja, negando a
1814 recondução pela ausência de formalização, um processo, um fluxo de
1815 formalização que não está transparente. O que está transparente é que cabe ao
1816 Comitê deliberar a recondução. E aí, criar uma regra assim condicionando, uma
1817 regra formal a não recondução, talvez nós traríamos aí um problema que não
1818 existe, se nós mantivermos, se o Comitê mantiver a sua prerrogativa de avaliar a
1819 conveniência e a oportunidade de reconduzir ou não. É um pensamento que me
1820 ocorreu. E aí, uma sugestão dentro desse pensamento, é que essa decisão da
1821 formalidade ocorra em tese, uma vez configurada a manifestação, a não
1822 manifestação após o ofício, determinado ofício, não ocorrerá recondução, ou algo
1823 do tipo. Isso encaminhando um fluxo de consulta, ou não entrar nisso no momento
1824 e fazer a análise da decisão plenária, não criando uma regra que não está

1825 transparente para fins decisórios. E aí, em um segundo momento, amadurecer em
1826 um determinado fluxo para os próximos peritos. Minha opinião.

1827 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Obrigado, João, pela
1828 ponderação. Tem inscrito na sequência Marco e Vitória. João eu até entendo essa
1829 ponderação sua viu? Porque realmente, dentro da legalidade administrativa, nós
1830 temos que ter aquela regra bem definida e da legalidade geral o cidadão já tem
1831 uma outra lógica de aplicação. Mas o servidor público ele sabe que existem
1832 procedimentos mínimos no exercício da sua função ali e o formal ele, como boas
1833 práticas, ele sempre aconteceu. Você manifesta em qualquer situação, seja por
1834 meio de relatórios, seja por meio de, enfim, o servidor público como prática isso já
1835 está bem... Com raízes bem firmes. Mas passo a palavra para o colega Marco que
1836 fez a inscrição e, na sequência, Vitória Buzzi.

1837 **Sr. Marco Vinicius Pereira de Carvalho (Ministério da Mulher, da Família e**
1838 **dos Direitos Humanos)** - É bem rapidinho. A mim parece básico eu discutir a
1839 questão de recondução se houvesse um pedido para recondução, como não
1840 houve um pedido para recondução, eu não me vejo como a gente julgar a
1841 recondução nesse momento. Que para mim, não houve para o colegiado,
1842 formalmente, não houve essa manifestação. Então não há o que gente julgar, não
1843 há o que a gente deliberar sem um pedido que inaugure essa discussão. Eu acho
1844 que a gente teria uma... E agora, se quiserem encaminhar para gente,
1845 objetivamente, até porque a gente nem sabe mesmo se todos esses aí vão querer
1846 ser reconduzidos. Em tese a gente não sabe disso. O Caio está dizendo lá e ele
1847 recebeu um e-mail mais uma articulação política do que qualquer outra coisa.
1848 Agora, formalmente, o colegiado não sabe que essas pessoas tem intensão de ser
1849 reconduzidas. Formalmente isso não aconteceu. Então, para mim, não há o que
1850 ser julgado se não há pedido. O que inaugura, trazendo para o direito, o que
1851 inaugura o processo, a manifestação da... faz com que a inércia da justiça,
1852 jurisdição seja startada, a jurisdição saia da inércia é o pedido. No final das contas
1853 tem ação, eu não vou aqui falar sobre essas teorias, mas no final das contas tem
1854 o pedido em uma ação que faz com que o juiz se manifeste. Nesse caso não há o

1855 pedido. Então não há sobre o que se manifestar. Se não tivéssemos reunião hoje,
1856 daqui dois dias esse mandato se expiraria e estaríamos com a questão resolvida.
1857 Dia 12 de junho se encerra o mandato. Se a gente, se por algum motivo
1858 acontecesse agora de suspender a reunião e a gente remarcar para semana que
1859 vem, se acontecesse isso, esse assunto não fosse enfrentado, formalmente essas
1860 pessoas estariam fora dos seus cargos. Então, como não há um pedido, eu me
1861 sinto muito confortável para colocar a situação de que não há nem porque a gente
1862 discutir isso. Mas me submeto ao colegiado, a maioria do colegiado. Está bem?
1863 Só gostaria de fazer essa ponderação.

1864 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Perfeito Marco, obrigado.
1865 Registrado. Vitória Buzzi.

1866 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da Ordem de Advogados do**
1867 **Brasil)** – Sávio, é só uma ponderação muito sincera minha de um receio de que
1868 esse desfecho pelo não conhecimento dos pedidos, na verdade porque não foi,
1869 não foi uma formalidade de mandar para a plenária, isso eu acho que ensinaria
1870 mandato de segurança por parte dos três peritos porque não há como, o João
1871 falou, fluxo para pedido de recondução. A gente não tem, eu acabei de olhar,
1872 inclusive a nossa legislação e Decreto, não existe uma formalidade pré
1873 estabelecida em relação ao pedido de recondução. Então, se não existe
1874 formalidade, a gente interpreta que qualquer tipo de pedido basta, eu também não
1875 sei, eu fico nessa dúvida, mas como houve a manifestação de vontade por e-mail,
1876 eu entendo que não para toda a plenária, mas para aqueles meios que eles
1877 tiveram acesso, será que isso não seria o suficiente. Eu não sei, pergunto para
1878 vocês. Porque o meu medo aí seria empacar essas vagas, não traz as pessoas
1879 novas e nem eles assumem, continuam na vaga porque vai ter mandado de
1880 segurança pendente para resolver essa questão, sabe? Eu acho que poderia criar
1881 um problema.

1882 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Perfeito. Obrigada
1883 Vitória.

1884 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da Ordem de Advogados do**
1885 **Brasil)** – Então para gente fechar a questão aqui. Não encaminhar... deixa eu
1886 reformular. Já até para gente fechar dentro do que a Vitória está falando aí para
1887 não ter esse problema. O meu encaminhamento e o meu posicionamento vai ser o
1888 mesmo. Só que ao invés de a gente deixar registrado de que ante a ausência de
1889 pedido a gente não vai nem analisar, a gente vai analisar, eu encaminharia então
1890 para análise das reconduções, mas eu votaria, já vou até antecipar aqui, votaria
1891 pela não recondução justamente pelos motivos que eu... justificando o meu voto
1892 contrário a recondução, justamente pela falta desse pedido. Mas então,
1893 objetivamente, presidente e demais colegas. A gente votaria a possibilidade ou
1894 não de recondução. Sem a gente entrar nessa questão preliminar. Acho que aí a
1895 gente fecharia a porta para forma que a Vitória falou aí.

1896 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Perfeito, Marco. Pelo
1897 esclarecimento. Poderíamos talvez em que pese a não formalização da solicitação
1898 de recondução, enfim, o Pleno pode apreciar, porque está dentro da nossa
1899 autonomia, reconduzir ou não reconduzir, selecionar os peritos, enfim, está dentro
1900 da competência, autonomia é a competência. Então passo a palavra agora a Caio
1901 e Fabrício na sequência para gente finalizar, salvo mais alguma ponderação para
1902 gente encaminhar uma votação. Por favor, Caio Klein.

1903 **Sr. Caio César Klein (SOMOS - Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Eu
1904 compartilho do receio da Vitória de que isso possa causar algum imbróglio jurídico,
1905 assim. Então, só salientando. Eu entendo a colocação do João de que o fluxo não
1906 existe, mas como eu faria isso, se eu estive nesse papel, salvo melhor juízo, eu
1907 enviaria uma comunicação oficial, um e-mail, no meu e-mail funcional para o
1908 órgão, seja para o mecanismo, seja para o Comitê, uma comunicação dirigida a
1909 presidência do Comitê pedindo, manifestando o meu interesse na recondução,
1910 levando informações do porquê eu deveria ser reconduzido e pedindo que isso
1911 fosse incluído na pauta. E lembrando, não precisaria ser nessa reunião, poderia
1912 ser na anterior ou na antes da anterior. Então também porque deixar para o
1913 apagar das luzes? Mas considerando essa possibilidade de a gente ter esse tipo

1914 de problema, eu acho que a gente então decide no mérito pela não recondução,
1915 ou faz uma decisão em duas etapas, diz que preliminarmente não houve pedido e
1916 no mérito não reconduz. E aí eu não sei como fica na redação assim, mas também
1917 não me oponho a gente só analisar no mérito pela não recondução.

1918 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Perfeito Caio. Eu acho
1919 que a sua fala é, inclusive, no mesmo sentido da do Marco, vocês estão
1920 reforçando a fala, então passo a palavra para o Fabrício Storani.

1921 **Sr. Fabrício Storani de Oliveira (Ministério da Educação)** - O Sávio, já foi posto
1922 aí pelo Caio e pelo Marco, eu ia nesse sentido aí. A gente não deliberaria pela
1923 recondução, pelo não pedido formal, mas analisaria o mérito.

1924 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Está bem. Perfeito.
1925 Então, como registro aí, me parece que não tem mais nenhuma manifestação e eu
1926 deixo aberto aqui para os colegas porque nós vamos encaminhar para votação.
1927 Então, como encaminhamento, em que pese a não formalização do pedido de
1928 recondução das atividades, o Pleno do CNPCT, considerando aí ausência de
1929 requisitos para recondução, encaminha pela não recondução dos peritos. Essa,
1930 nós podemos reformular aí essa frase, todas as manifestações foram nesse
1931 sentido. Não tive uma manifestação contrária, então se tiver alguma ponderação,
1932 que apresente agora e aí nós vamos fazer a nossa votação aqui. Eu não vi, algum
1933 colega, alguma...

1934 **Sra. Andressa de França Alves Ferrari (RENILA)** – Eu pedi inscrição, Sávio.

1935 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – A Andressa fez inscrição
1936 aqui? Eu não vi aqui no chat, Andressa. Mas vamos lá, Andressa, por favor. A
1937 conexão está cortando um pouco Andressa.

1938 **Sra. Andressa de França Alves Ferrari (RENILA)** – Estão me ouvindo?

1939 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Agora sim. Agora sim.

1940 **Sra. Andressa de França Alves Ferrari (RENILA)** – Me ouvem?

1941 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Agora sim.

1942 **Sra. Andressa de França Alves Ferrari (RENILA)** – Desculpa, é porque está
1943 tendo uma obra aqui do lado da minha casa, então pode ser que interrompa, está
1944 bem? É só essa questão da formalização, eu acho que é pela ausência de fluxo.
1945 Então tem que tomar cuidado na redação da frase, porque os peritos mandaram
1946 por e-mail e alguns deles me disseram que foram assim orientados. É a primeira
1947 vez que eu participo de qualquer processo de recondução, então eu não sei se
1948 escrever dessa forma que não foi formalizado, é o mais adequado, mas eu estou
1949 de acordo com todas as colocações. Que nós precisamos de critérios objetivos e
1950 formas também de acompanhar esse trabalho.

1951 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Então, talvez, revendo
1952 aqui, Andressa, veja se atende a sua manifestação. Considerando que a
1953 Coordenação Geral do CNPCT não recebeu nenhum pedido formal de
1954 recondução...

1955 **Sr. Marco Vinicius Pereira de Carvalho (Ministério da Mulher, da Família e**
1956 **dos Direitos Humanos)** - Sávio, eu acho que a gente deveria ser objetivo na
1957 questão só de não colocar esse considerando.

1958 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Por favor, Marco.

1959 **Sr. Marco Vinicius Pereira de Carvalho (Ministério da Mulher, da Família e**
1960 **dos Direitos Humanos)** – Dentro até do que a Vitória falou e o que a Vitória falou
1961 para não dar margem a esse tipo de situação.

1962 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Me ajude, por favor, na
1963 redação, fique à vontade.

1964 **Sr. Marco Vinicius Pereira de Carvalho (Ministério da Mulher, da Família e**
1965 **dos Direitos Humanos)** – Não, a redação seria no sentido de que o plenário
1966 decidiu, avaliando a possibilidade de recondução dos peritos, que tem o seu

1967 mandado expirado agora no próximo dia 12, optou por não reconduzir. Só isso. Se
1968 a gente for explicar demais, aí sim a gente vai dar margem a eles de judicializar.

1969 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Perfeito. Perfeito. Então
1970 nesse sentido.

1971 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da Ordem de Advogados do**
1972 **Brasil)** – Sávio, se eu puder fazer um adendo, é só porque a recondução ela é
1973 prerrogativa da plenária. Então a não recondução também. Essa plenária hoje
1974 decide pela não recondução, não exige a não recondução assim como a
1975 recondução não exige explicação. Não exige considerando nada. Então hoje a
1976 votação foi pela não recondução dos três pedidos de recondução... Não, eu acho
1977 que nem colocaria os três pedidos...

1978 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Não, pedidos não.
1979 Pedidos não. Dos peritos...

1980 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Dos quatro. Dos quatro.
1981 Não tira ninguém desse fluxo não.

1982 **Sra. Cândida de Souza (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)** -
1983 Eu não sei se tem pessoas inscritas, desculpa. É porque eu vi várias pessoas
1984 falando, é só um adendo.

1985 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Por favor, Cândida.

1986 **Sra. Cândida de Souza (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)** – É só
1987 um adendo rápido também, que é porque considerando a não recondução a gente
1988 precisa da convocação dos peritos. E aí talvez fosse o caso de a gente já colocar
1989 nesse encaminhamento também a não recondução e o encaminhamento para
1990 nomeação dos peritos classificados no processo seletivo, tal, tal, tal de acordo
1991 com o número de vagas. Tipo, de um encaminhamento só, porque aí a decisão,
1992 na verdade é sobre isso, não é sobre não reconduzir e não ficar ninguém. É não
1993 reconduzir e fazer a convocação dos que já es tão aprovados.

1994 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – O seu registro foi
1995 pertinente, Cândida. Realmente a gente... isso já seria uma consequência natural,
1996 mas a gente registrando aqui isso fica mais claro. Então eu não tive manifestação
1997 contrária, então me parece que esse é entendimento geral, quando tem alguma
1998 ponderação em sentido contrário a gente abre e peço a votação nominal, mas eu
1999 não tive nenhuma manifestação contrária. Então, por unanimidade eu vou registrar
2000 a votação do Pleno do CNPCT pela não recondução dos peritos e pelo
2001 prosseguimento na ordem do processo seletivo da chamada dos peritos que
2002 participaram da seleção. Correto?

2003 **Sr. Caio César Klein (SOMOS - Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – De
2004 acordo.

2005 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Perfeito. Nesse sentido,
2006 hoje nós vamos finalizar a nossa reunião um pouco antes do previsto, amanhã a
2007 gente continua, os colegas terão a margem hoje de almoço mais tranquilo, nas
2008 outras nós chegamos a avançar ali, prejudicando inclusive, o almoço, então
2009 vencemos a pauta de hoje, amanhã daremos sequência a reunião do CNPCT,
2010 inclusive até apresentando como informe essa decisão aqui do Pleno e seguindo a
2011 pauta.

2012 **Sr. Marco Vinicius Pereira de Carvalho (Ministério da Mulher, da Família e**
2013 **dos Direitos Humanos)** – Tem que registrar lá no final com letras garrafais,
2014 conseguimos vencer a pauta antes do horário. E que hoje nós vamos almoçar.
2015 Tem que ficar muito claro isso lá, grifado, negrito, itálico, tachado... Primeira vez
2016 eu acho, não é?

2017 **Sra. Luana** - Doutor Sávio, desculpa interromper, doutor Marco, desculpa.

2018 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Por favor, Luana.

2019 **Sra. Luana** - Só uma informação, porque como eu fiquei com o registro da pauta
2020 no início, a deliberação pela data da reunião do sistema fica para hoje ou fica tudo
2021 para o final da pauta de amanhã? Só para eu poder...

2022 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Vai ficar para amanhã. E
2023 solicito aos colegas já sugerirem datas. E a coordenação aí também pensar em
2024 datas possíveis para essa reunião do sistema. E aí, lembrando, quem tiver a
2025 melhora aí de reunião de sistema, eu acho que quase ninguém. Talvez o registro
2026 aí, para gente trazer mais dados amanhã para poder ponderar um pouco sobre
2027 essa reunião. Inclusive a Vitória, que está aí, se tiver algum dado para apresentar
2028 amanhã... João Lança, por favor.

2029 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – Eu já
2030 pedi para subir aí na pasta do driver, eu já identifiquei que já foi feito, a Ata do
2031 último encontro que foi em 2018.

2032 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Excelente. Se puder
2033 trazer alguns extratos aí também, quem sugeriu, sobre essa reunião, atores, para
2034 gente definir uma data aí para essa reunião. Então agradeço a todos...

2035 **Sr. Caio César Klein (SOMOS - Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Só um
2036 detalhe Sávio, desculpa.

2037 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Por favor, Caio.

2038 **Sr. Caio César Klein (SOMOS - Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Só
2039 lembrando que como a gente deliberou no início, eu comecei já a minutar com a
2040 Sílvia da APT, aquele documento sobre a vacinação dos peritos e daí a gente
2041 apresenta amanhã. Eu acho que daí amanhã a gente debate a forma, não sei se
2042 seria uma recomendação, se é um simples ofício, mas aí fica para amanhã a
2043 discussão, daí a gente apresenta os considerandos.

2044 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Perfeito. Amanhã a gente
2045 inclui esse assunto aí. Muito obrigado. Tem uma mão levantada aqui, é do Caio,
2046 não é? Já foi atendido. Então muito obrigado, boa tarde a todos, até amanhã,
2047 8h30 para início dos trabalhos.

2048 **Sr. Marco Vinicius Pereira de Carvalho (Ministério da Mulher, da Família e**
2049 **dos Direitos Humanos) – Boa tarde. Até amanhã.**

2050 **Dia 11/06/2021:**

2051 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global) - Eu**
2052 vou ler aqui até agora o quórum que foi registrado, as presenças para fins de
2053 contagem de quórum, registradas no chat. Jorge Mendes, do Ministério da Defesa,
2054 João Lança SNPG, Sávio Andrade, Secretaria Geral da Presidência, Cristiano
2055 Torquato, representante da MJSP, DEPEN, Fabrício Storani, representante do
2056 MEC, Matheus Moreira, representante do MRE, Ismael César, representante da
2057 CUT Brasil, Marco Carvalho, representante do Ministério da Mulher, Família e
2058 Direitos Humanos. Até o momento esses são os presentes para fins de contagem
2059 do quórum. Registro também a presença aqui do Ribamar Araújo, do MNPCT.

2060 **Interlocutor não identificado – Deixar claro que nós não vamos extrapolar o**
2061 **limite da reunião, que se eu não me engano é 12h30 porque a gente deveria estar**
2062 **começando no horário.**

2063 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global) –**
2064 Registro a presença para contagem do quórum, Rodrigo Sérvulo da COAD.
2065 Registro a presença do doutor Walber Rondon, Defensoria Pública da União.
2066 Inclusive, presidente, sugiro que a gente dê aí uma fala para o doutor Walber se
2067 apresentar. Ele é o novo indicado da DPU para representar a instituição no
2068 Comitê. Bom dia, peço aos colegas que entraram agora, que registrem a presença
2069 no chat, renomeei, por favor, também. Registro para contagem de quórum aqui, a
2070 presença do Pedro Paulo, Conselho Federal de Psicologia. Registro a presença de
2071 Caio Klein, da SOMOS, registro a presença no chat da Vitória Buzzi, do Conselho
2072 Federal da OAB, registro a presença da Cândida Souza da UFRN, registro a
2073 presença no chat da Isabel Lima, Justiça Global. Luana, por gentileza, qual é o
2074 quórum que nós temos?

2075 **Sra. Luana - 14. Já temos quórum.**

2076 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – Já
2077 temos quórum?

2078 **Sra. Luana** - Já.

2079 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – Então
2080 pode fazer a leitura, por gentileza?

2081 **Sra. Luana** - Posso sim.

2082 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – De
2083 quem está presente.

2084 **Sra. Luana** – Conselho Federal da OAB, Conselho Federal de Psicologia, Justiça
2085 Global, SOMOS, COAD, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, CUT, os
2086 membros de Governo, Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, SNPG,
2087 Secretaria Geral da Presidência da República, Ministério da Defesa, Ministério das
2088 Relações Exteriores, Ministério da Justiça e Ministério da Educação.

2089 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – Então
2090 temos 14?

2091 **Sra. Luana** - Isso. 14.

2092 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** –
2093 Presidente, temos quórum, sugiro que façamos a chamada dos convidados para
2094 que se apresentem, também, tendo em vista que ontem eles não se
2095 apresentaram. Vou passar aqui o... Foram convidados como permanente,
2096 representante do CNDH, temos alguém na sala do CNDH? Representante da
2097 DPU, doutor Walber Rondon? Por favor, doutor Walber, queremos conhece-lo,
2098 aqui na reunião, o senhor pode se apresentar?

2099 **Sr. Walber Rondon Ribeiro Filho (DPU)** – Bom dia a todos, bom dia a todas.
2100 Obrigado João, pela palavra, por franquear o espaço. O meu nome é Walber
2101 Rondon, eu sou defensor público federal, atualmente ocupo aqui na DPU, na

2102 gestão o cargo de secretário de atuação no sistema prisional, na secretaria
2103 administrativa que a DPU tem para tratar em nível de gestão as questões do
2104 sistema prisional. É a minha primeira reunião que eu acompanho com vocês aqui,
2105 indicação pela nossa direção máxima da instituição aconteceu recentemente. E é
2106 isso, só me apresento, quero dizer que espero manter e faz jus ao direito de voz
2107 que a DPU tem aqui nesse Conselho, como um direito seu de convidado
2108 permanente e, mais do que isso, manter aí as portas da DPU para as vindouras
2109 parcerias que forem necessárias. Seja com o próprio comitê, seja com as intuições
2110 que aqui estão representadas, então deixo aí os canais de comunicação
2111 totalmente abertos para qualquer dos senhores que queiram abrir um diálogo com
2112 a Defensoria Pública. O meu muito obrigado, bom dia a todos, eu me sinto
2113 honrado de estar aqui com vocês.

2114 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global) –**
2115 Obrigado doutor Walber. Quero pedir ao doutor que tenha realmente essa
2116 liberdade de se inscrever aqui na fala e contribuir, usar o direito a voz. Agradeço aí
2117 na condução, na cooperação dos trabalhos também. Estaremos juntos na
2118 comissão da seleção do edital da sociedade civil, então faço votos que tenhamos
2119 bons trabalhos. Obrigado. Doutor Sávio, só um momento aqui, tem mais...
2120 Convidado do MPF, Luciano Maris Maia, não identifiquei na sala, nós temos
2121 também os convidados especialistas e membros do SNPCT, do sistema. Nós
2122 temos a ANADEP, temos já algum colega da ANADEP? Ainda não. Nós temos
2123 também, como convidado especialista, APT, colega Silva Dias. Está presente?

2124 **Sra. Silvia Dias (APT) -** Sim. Bom dia João, bom dia a todos e todas, bom dia
2125 Sávio. Acho que, bom, já acompanho a CNPCT há alguns anos, só também dar aí
2126 as boas-vindas ao Walber, é muito importante ter a DPU aqui, que já está
2127 representada também nos últimos anos, muito importante também tê-lo aí, Walber,
2128 obrigada. E é isso. Silvia Dias, eu represento a Associação para prevenção da
2129 tortura no Brasil e estamos aí. Hoje eu vou ter que sair em algum momento da
2130 reunião, infelizmente outros compromissos, mas eu voltarei assim que puder.
2131 Desejo um bom trabalho a todos hoje. Obrigado João.

2132 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global) -**
2133 Obrigado também, Silvia. Presidente, eu optei por dar essa voz de apresentação
2134 aos convidados hoje, em primeiro lugar, porque ontem nós não o fizemos. Eu
2135 sugiro que a gente parta para a pauta, ontem nós fizemos a apresentação dos
2136 membros e eu também li aqui os membros que registraram presença no chat. Só
2137 complementando também, que registraram presença agora Márcia Lustosa da
2138 RENILA e Henrique Apolinário do CONECTAS. Algum outro colega membro do
2139 CNPCT? Se algum outro colega membro do CNPCT estiver presente, registre, por
2140 favor no chat para gente fazer o registro oral aqui para a gravação.

2141 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa) –** Ok. Obrigado João.
2142 Sejam bem-vindos os novos colegas aí. Eu estava fazendo alguns ajustes aqui na
2143 conexão. Eu não sei, João, nós já fizemos a contagem do quórum para instalação
2144 do Comitê?

2145 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global) -** Sim,
2146 fizemos a contagem do quórum, quer que repitamos?

2147 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa) –** Não, não. Se já foi feito o
2148 registro, então podemos iniciar os trabalhos, está bem?

2149 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global) –** Ok.

2150 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa) –** Foi feito o registro
2151 individual?

2152 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global) -** Foi
2153 feito o registro individual.

2154 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa) –** Está bem. Perfeito então.

2155 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global) –** A
2156 leitura do quórum pela Luana, mediante também o registro de cada presença
2157 marcada no chat.

2158 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Ok. Então, podemos sem
2159 maiores delongas, já na verdade com meia... vinte minutos aí de atraso do início,
2160 então vamos já para na pauta 2.1. Mecanismo. Pauta do Mecanismo Nacional.
2161 Lembramos que nós colocamos ontem aquelas solicitações de inclusão de pauta
2162 da OAB e da CONECTAS, então nossa pauta teve uma pequena alteração aí com
2163 a inclusão desses pontos. Quem do Mecanismo vai trabalhar nesse ponto 2.1 aí?
2164 A apresentação do Mecanismo.

2165 **Sr. Ribamar Araújo (MNPCT)** - Bom dia a todos e a todas, bom dia Sávio.
2166 Inicialmente sou eu. Eu queria lembrar e compartilhar com vocês que, sobretudo
2167 nessa pauta sobre a situação emergente do Amazonas, nós tomamos a liberdade
2168 de convidar alguns parceiros estratégico que tem alguns anos monitorado essa
2169 situação do Amazonas. Que não é uma situação nova, é uma situação que na
2170 verdade desde a nossa primeira visita em 2015, nós já lembramos que é uma
2171 situação que se agrava, aliás, quem tem boa memória, que não é o meu caso, vai
2172 lembrar que inclusive, o Fantástico de 2017, quando estourou aquele massacre
2173 que se desencadeou a partir do (ininteligível) registrou que o Mecanismo tinha
2174 estado lá e tinha sinalizado em relatório de 2015 que haveria um problema que
2175 veio acontecer dois anos depois. Estou registrando isso para dizer que nós temos
2176 uma dupla de convidados, um trio de convidados que não chegaram aqui ainda,
2177 que podem se habilitar. Talvez a gente invertesse a pauta, nesse sentido. Além da
2178 Tarsila que vai nos ajudar apresentar, deve estar também conosco dois
2179 representantes do... Perdão, estou saldando aqui... Dois representantes do CNJ.
2180 Está chegando o nosso defensor público estadual e assessor do CNJ, eu peço
2181 que o Matias se apresente. E como é de praxe aqui, se inscreva no chat. Junto
2182 com ele também, a doutora Mariana Camparelli, tropecei no sobrenome dela, ela
2183 já foi membra representante da ANADEP neste Comitê, então nos conhece bem.
2184 E também o professor Fábio Condotti, que representará nesse momento da pauta,
2185 à frente do desencarceramento do Distrito Federal. Queria registrar por início que
2186 a Bárbara que simbolicamente fez parte dessa primeira missão de que falei lá no
2187 Amazonas, hoje não vai poder estar aqui, a Bárbara apesar de aparentar que bem

2188 de saúde, ela tem um problema sério de coluna e justo nesses dias a coluna dela
2189 travou e ela tem tido sessões de exames e consultas entre ontem e hoje. Feita
2190 essa sugestão, eu acho que a gente podia... Eu quero compatibilizar com vocês,
2191 estou sentindo a falta de três outras pessoas, eu não sei se a gente inverte a
2192 pauta... O que nós tínhamos previsto para hoje? Talvez eu começasse fazendo o
2193 informe do Distrito Federal, porque esse sou eu que monitoro. Pode ser assim
2194 então, doutor Hugo? Eu não sei se o senhor quer se apresentar, por favor.

2195 **Sr. Hugo (CNJ)** – Bom dia a todas e todos, vou utilizar rapidamente da palavra
2196 para me apresentar. Agradeço as palavras carinhosas do querido Ribamar,
2197 cumprimento a todas e todos em nome da equipe do DMF, do CNJ, é uma honra
2198 poder participar do Comitê Nacional de Prevenção e Combate a Tortura. Sou
2199 defensor público no Estado do Espírito Santo e atualmente estou colaborando com
2200 a equipe da DMF. A reunião para nós é muito importante porque ela dialoga com
2201 diversos processos que tramitam no departamento e com os projetos que são
2202 executados pelo Programa Fazendo Justiça. Nós nos colocamos a disposição, me
2203 coloco à disposição em nome de toda a equipe e, novamente, agradeço pelo
2204 convite. Muito obrigado. Bons trabalhos para gente.

2205 Bons trabalhos. Eu queria saudar, eu não sei se eu estou acompanhando bem, a
2206 Patrícia Oliveira que já se inscreveu aqui no chat, ela também representa a Frente
2207 Nacional para Desencarceramento, a Agenda Nacional Desencarceramento, ela
2208 que é ex-perita do Mecanismo do Rio de Janeiro, também uma parceira histórica
2209 nossa e que vai poder contribuir um pouco para análise desse painel e desse
2210 fenômeno que se processa no Amazonas. No Distrito Federal também, mas é lá,
2211 especialmente no Amazonas. Queria saudar a nossa companheira.

2212 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** -
2213 Ribamar.

2214 **Sr. Ribamar Araújo (MNPCT)** - Pois não, João.

2215 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global) – É o**
2216 João. **Sr. Ribamar Araújo (MNPCT) -** Pois não, João.

2217 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global) – Peço**
2218 uma licença. Até para registrar um pedido da Vitória e algo que vai nos ajudar a
2219 conduzir aí a sua fala. Reforçar, os colegas que estão entrando agora, inclusive a
2220 doutora Mariana que você citou, Ribamar, entrou agora, reforçar que os colegas
2221 renomeie e coloque a instituição e também registre a presença no chat para que a
2222 gente possa registrar aqui, reconhecer a presença sempre que for... Aparecer
2223 essa oportunidade aqui nos trabalhos. Obrigado, Ribamar, pelo aparte.

2224 **Sr. Ribamar Araújo (MNPCT) -** Pois não. Obrigado. A doutora Mariana, já havia
2225 lhe saudado como membra desde Comitê há algum tempo. Eu lhe conheci neste
2226 Comitê. Por favor, doutora Mariana, se apresenta.

2227 **Sra. Mariana Capillari (DMF) –** Bom dia a todas e todos. O meu nome é Mariana,
2228 assim como o Hugo, o colega Hugo que está presente hoje, nós estamos aqui na
2229 oportunidade representando o DMF, o Departamento de Monitoramento e
2230 Fiscalização do Sistema Prisional e Socioeducativo do Conselho Nacional de
2231 Justiça e é uma satisfação poder acompanhar com vocês a reunião, considerando
2232 como o Ribamar colocou, que eu também já tive a oportunidade de integrar o
2233 Comitê, já que sou defensora pública no Estado do Rio Grande do Sul e
2234 representei o CONDEJ nesse Comitê.

2235 **Sr. Ribamar Araújo (MNPCT) –** Perdão, só uma retificação. Eu tinha dito da
2236 ANADEC, ela é do CONDEJ. Também temos aqui a Patrícia Oliveira. Se a Patrícia
2237 que eu estou pensando... podia se apresentar, Patrícia?

2238 **Sra. Patrícia Oliveira (Rede Contra a Violência) -** Sim. Sou eu, bom dia. Eu vou
2239 ficar só com a câmera fechada que a internet está com uma instabilidade. Bom dia
2240 a todos e todas. O meu nome é Patrícia Oliveira, sou integrante da Rede Contra a
2241 Violência, fui ex membra do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate a
2242 Tortura do Rio de Janeiro. E agora estou no Comitê, votei ao Comitê Estadual de

2243 Prevenção e Combate a Tortura do Rio de Janeiro também. É muito importante a
2244 participação de todos e muito importante a participação de todos e muito
2245 importante a articulação de todos. Bom dia.

2246 **Sr. Ribamar Araújo (MNPCT)** – Então bom dia. Eu acho que então podemos
2247 começar pelo Amazonas mesmo. Ou damos um tempo para a doutora do doutor
2248 Fábio, professor Fábio, é o tempo que eu lhes dou uma boa notícia, para não dizer
2249 que a gente só fala de má notícia. Infelizmente a nossa pauta atrai má notícia,
2250 mas falando do Distrito Federal, vocês recordam que nós temos uma subdivisão
2251 interna entre os oito remanescentes, infelizmente a partir de semana que vem, por
2252 força de cumprimento do mandado e da decisão de outra a qual nos respeitamos,
2253 nós seremos só quatro e eu faço esse registro inicialmente, para dizer que mesmo
2254 na pandemia, nós nos subdividimos os oito que estamos e nos subdividimos para
2255 monitorar virtualmente as 27 unidades da federação. E por que lhes trago por
2256 primeiro o Distrito Federal? Eu me encarreguei de monitorar quatro estados, sou
2257 testemunha do esforço desse comitê e da decisão cumprida deste Comitê de
2258 reunir com o Superior Tribunal de Justiça do Território, acho que também tivemos
2259 participação direta não só da ministra, mas recordo bem dos representantes da
2260 ANADEP. Acho que a Vitória também esteve conosco, não é Vitória? Me
2261 refresque a memória, na audiência que nós tivemos com o TJFD pelas graves
2262 situações que se... Não sei se a Silvia também, me ajudem aí, pelas graves
2263 situações que se agudizaram como em muitos lugares do país, no Distrito Federal.
2264 Aliás, o Distrito Federal tem uma singularidade para eu que fui ouvidor do Sistema
2265 Penitenciário de Segurança Pública no Maranhão, nós encontramos aí no Distrito
2266 Federal, um grave problema de violação de prerrogativas não só do Mecanismo,
2267 até do SPT que nos visitou em 2015 e 2016, tivemos um problema até de acesso.
2268 E esse problema se agudizou durante... antes da pandemia porque nós tínhamos
2269 uma missão agendada e por obstrução de prerrogativas, uma portaria da Vara de
2270 Execuções Penais, descumpria a Lei Federal que nos dá a prerrogativa de acesso
2271 irrestrito e tudo mais que vocês conhecem e nos ajudaram a criar em lei, a aprovar
2272 em lei e a defender no dia a dia da existência do Mecanismo. E não obstante isso,

2273 nós tínhamos o agravamento da situação na pandemia de violação, de denúncia
2274 de tortura e tínhamos o acesso negado. Isso motivou, lembrem, com justiça que
2275 foi uma iniciativa sugerida por nós, acolhidas pela ministra que intermediou o
2276 diálogo com o TJDF, infelizmente, apesar da grande representação das pessoas
2277 que ali estavam e quem sabe, me conhece, sabe que eu sofro de sincericídio, diria
2278 isso se eles estivessem aqui. Os Desembargadores, o Presidente, a Corregedora
2279 e todos que lá estiveram se limitaram a defender o indefensável, defender o
2280 indefensável significa defender que uma portaria da DEP rasgasse a Lei Federal.
2281 Mas nós insistimos, resistimos e o fato é que a situação se agravou a ponto de ser
2282 agora, mais recentemente flagrada, como muitos de vocês souberam, filmada e eu
2283 posso socializar depois a quem interessa, mas é de domínio público, é só jogar no
2284 Google, todas as violações que nós havíamos apontado. Uma delas, flagradas
2285 pelas câmeras da instituição, de torturas em que não se contentam em se praticar,
2286 mas que já, de certa forma, entendam bem o que eu quero dizer com muita
2287 tristeza nesse dia, compõe a grade de formação curricular dos agentes
2288 penitenciários do Distrito Federal. Sim, porque criaram lá uma música chamada...
2289 que plagia, ou paródia, ou parodia aquela música Despacito e essa música vai
2290 ensinando o modos operandis que os agentes, policiais prisionais devem agir.
2291 Como devem entrar, como devem torturar, como já devem entrar na pancada com
2292 o uso excessivo da força. Tudo isso para dizer que essa situação não só foi
2293 propagada, divulgada em vídeo, que eu não trago aqui, mas que vocês podem
2294 facilmente acessar pela internet, mas também foi flagrada. Quer dizer, uma aula,
2295 aonde não há, é a nossa experiência onde não há impunidade vira reincidência. E
2296 a reincidência dessa vez foi flagrada, foi filmada e mostrada. E há uma série de
2297 manifestações da (ininteligível) do Distrito Federal que integra entre outras
2298 autoridades, nós integramos a ela também, integram também grupo de familiares
2299 que tem toda uma mobilização pela apuração e efetiva punição. E o que nós
2300 queremos nesse momento aqui e eu iniciei dizendo que queria trazer uma boa
2301 notícia, é que uma das ações que veio em resposta por parte da Câmara
2302 Legislativa do Distrito Federal foi a criação, um projeto de lei de criação do
2303 Mecanismo distrital de prevenção e combate a tortura. Saudando o Frei David com

2304 essa boa notícia. E eu vou socializar através do João Lança para todos e queria
2305 pedir que nós não só em carta, motivássemos, reiterássemos a importância de
2306 que o PL que era do Deputado Fábio Felix, outro parceiro estratégico nosso no
2307 Distrito Federal, pudesse ser por este Comitê reforçado em uma carta de apoio,
2308 referendado e, mais do que isso, nós pudéssemos na nossa rede de mobilização
2309 ativar o sistema. É por isso que nós somos concebidos com o sistema. E fazer
2310 motivações para que ele seja aprovado, para que cria-se aquilo que tanto prevê
2311 assumido como compromisso do Brasil. Que só uma presença firme, vigilante,
2312 autônoma, interdisciplinar que um esforço que o Mecanismo a nível nacional tenta
2313 fazer, agora resistimos somente com quatro, na esperança que os outros três
2314 serão nomeado ainda... As outras três, são todas mulheres, se não me falhe a
2315 memória. Empoçados ainda esse mês, a gente possa dar conta de um
2316 acompanhamento, um monitoramento. Mas uma vacina, falando em tempo de
2317 vacina sim, seria a criação desse Mecanismo. E eu acho que é uma resposta que
2318 a Câmara Legislativa pode dar e vai ser votada quarta-feira. Eu gostaria que nós
2319 criássemos esse aspecto positivo de toda essa mobilização desse momento difícil
2320 que estamos vivendo no Distrito Federal. Já que a impunidade tem gerado
2321 reincidências e o que é pior, como tudo que... que acontece no Distrito Federal se
2322 espalha para todo Brasil, até mesmo onde não tem praia. Nós falaremos no
2323 capítulo posterior, quando falarmos do Amazonas, da intervenção solicitada pela
2324 força tática de intervenção penitenciária. A doutrina da força tática, iniciou já esse
2325 ponto de pauta, que é questionada inclusive em ações da DPU, estratégicas e
2326 dignamente aqui representada pelo doutor Walber, existe lá na 7ª Câmara
2327 Criminal, saudando o doutor Luciano Mais Maia que deve ainda somar-se a este
2328 grupo. Existem uma série de ações fruto da nossas inspeções e das nossas
2329 experiências com a força tática de intervenção penitenciária, que concebe a ideia
2330 de intervenção tática penitenciária como intervenção de Estado e acaba
2331 governando ao arrepio da lei, ao arrepio da Constituição Federal e muitas vezes
2332 ao arrepio do Governador do Estado. Foi o que nós pudemos ver em estados
2333 como o Ceará e o Pará que nós visitamos antes da pandemia, em março de 2019.
2334 Tudo isso para dizer da preocupação que nós agora trazemos. Então, o ponto

2335 concreto, fechando o Distrito Federal. Eu vou agora, nesse momento passando a
2336 palavra para as pessoas que eu aqui me sucedem do Amazonas, dizer que reitero
2337 o pedido de que todos nós seja como instituições que aqui representamos, seja
2338 como Comitê o colegiado desse sistema, reforçemos, monitoremos e
2339 acompanhemos essa PL que tramita e que deverá ser votada na quarta-feira na
2340 Câmara Distrital do... Câmara Distrital Legislativa. Muito transparentemente eu
2341 estou querendo ganhar tempo para ver se o professor Fábio entrou, mas ele não
2342 entrou. Eu vou, com ajuda do demais, Adriana que aqui está, minha companheira
2343 sempre presente.

2344 **Sr. Fábio Candotti** - Estou aqui Ribamar.

2345 **Sr. Ribamar Araújo (MNPCT)** – Ou, perdão, professor Fábio. Perdão.

2346 **Sr. Fábio Candotti** - É muita gente. Estou aqui. Priscila Serra também está.

2347 **Sr. Ribamar Araújo (MNPCT)** – Está certo. Então aqui temos a Priscila Serra
2348 também que é do grupo de familiares do Amazonas que vai nos ajudar a analisar
2349 esse fenômeno que nós estamos vivendo no Amazonas. Por que é importante da
2350 análise desse momento? Porque nós não estamos vivendo simplesmente motins e
2351 rebeliões, nós estamos vivendo, número reeditando um fenômeno que já resultou
2352 em um massacre e que o Mecanismo teve oportunidade de acompanhar,
2353 monitorar e oferecer recomendações que devem cumprir força de lei. E como elas
2354 não chegaram a esse ponto, elas tem o agravamento que ainda podem ter. Eu
2355 queria passar ao professor Fábio e a Priscila, lembrando que nós temos um limite
2356 de tempo, eu sei que como professor, você não vai dar o mal exemplo que eu dei
2357 e vai ser bem sintético. Mas a gente tem, talvez, dez, quinze minutos para fazer
2358 um rápido painel também para que possam reagir os nossos interlocutores. Pode
2359 ser professor? Pode ser Priscila?

2360 **Sr. Fábio Candotti** - Pode ser. Pode ser.

2361 **Sr. Ribamar Araújo (MNPCT)** – Muito Obrigado. A palavra está com vocês.

2362 **Sr. Fábio Candotti** - Obrigado Ribamar, bom dia a todos e todas. Priscila, você
2363 quer iniciar?

2364 **Sra. Priscila** – Pode iniciar Fábio. Tanto faz.

2365 **Sr. Fábio Candotti** - Pode ser você, pode ser você. Por favor.

2366 **Sra. Priscila** – Aqui no Amazonas, a gente enquanto coletivo de familiares, desde
2367 2019 a gente vem denunciado o GIP, pela intervenção que aconteceu logo após o
2368 massacre, mas a gente tem ciência que essas violações vem desde 2017, se
2369 intensificaram com a morte do agente penitenciário no COPAG em novembro de
2370 2018, em 2019 veio a intervenção pelo massacre de maio e eles criaram o GIP e
2371 desde então a gente vem denunciando fortes denúncias de tortura física e
2372 psicológica a ponto de eles entrarem no pavilhão contando música de terror com a
2373 caixa de som com música de terror e sequestrando as pessoas das celas para
2374 agredir. E essa denúncia foi feita por presos que saiu e a gente conseguiu levar a
2375 Defensoria Pública de Direitos Humanos. E eles denunciaram isso. Essa tortura,
2376 essa escolha de passar nas grades das celas, escolher um preso e tirar de uma
2377 das celas, no pavilhão. Então eles viviam já esse terror em 2019, hoje não mudou
2378 nada, a intervenção está sendo da mesma forma, final de 2019, na época de natal
2379 eles obrigaram as pessoas a cantarem a música Jingle Bells de natal e quando
2380 erravam, eles escolhiam um para agredir. Então eles, nas intervenções policiais,
2381 está acontecendo isso, a gente vem denunciando, essa situação, o rapaz que foi
2382 agredido com chuteira de futebol, society, que foi agredido com pau, que errou a
2383 música e teve que apanhar, da massa, ele teve que apanhar dos próprios presos,
2384 quem errava pelos próprios pesos. A esposa foi e denunciou na comissão de
2385 Direitos Humanos da AOB, denunciou na Defensoria Criminal, que a gente foi com
2386 todo mundo. Então assim, a gente vem desde 2019 denunciando essas fortes
2387 torturas dentro das unidades prisionais. Hoje não está sendo diferente porque a
2388 gente continua recebendo essas denúncias a gente continua recebendo essas
2389 violações até mesmo familiares. No COMPAJ por exemplo, quando a gente sai da
2390 unidade, após as visitas, a gente já sai com o GIP entrando e com os cachorros e

2391 a gente tem que andar em uma linha amarela tanto para entrar quanto para sair.
2392 Isso no COMPAJ. Então assim, a gente já tem medo até de quando está subindo
2393 o ramal, porque as unidades são no ramal, no quilometro 8 e a gente não sabe
2394 nem o que pode acontecer com a gente mesmo dentro das unidades. Então a
2395 gente tem denúncias internas do pavilhão de risco dessas unidades prisionais, que
2396 quando o GIP entra que eles tentam falar, aqui é o pavilhão de risco, é até pior
2397 porque aí são agredidos e fazem piadas. “Ah, vocês são do grupo de risco.” E
2398 chamam os outros agentes do GIP e agridem eles, se um falar que tem TB, eles
2399 pegam ele e faz cuspir na cara dos demais presos. Então assim, denúncia muito
2400 grave. A gente sabe, a gente vem denunciando, a gente vem informando essas
2401 coisas e ainda assim, não tem melhoria, não tem nada. Então assim, é muita
2402 agressão, a gente tem vários casos internos que sofrem agressão e a gente não
2403 pode levar nenhum tipo de medicamento, as pessoas vivem dentro da unidade
2404 com dores, porque é de perna manca que eles apanham, é bala de borracha, é
2405 bala armamento letal mesmo. Em janeiro desse ano, 18 de janeiro de 2021, dois
2406 presos foram... levaram tiro de arma letal, um foi parar no hospital, teve que ser
2407 operado, teve o rim atingido, o outro pegou dois tiros na perna, teve que voltar
2408 para unidade prisional e nada foi feito a gente denunciou essa questão sobre o
2409 uso do armamento letal na unidade prisional. E tudo, aqui no nosso Estado é visto
2410 como nada grave e é grave, as vidas estão correndo risco lá dentro por N coisas
2411 assim. A gente vê muitos de castigo pelas coisas que aconteceram antes e as
2412 pessoas que cometeram assim, eles já foram até transferidos das unidades daqui
2413 para a Parte Federal, mas o castigo continua. A gente teve a oportunidade de
2414 entrar no dia 03 de março uma inspeção no (ininteligível), após a gente receber
2415 uma denúncia que eles tinham colocado presos de um determinado grupo rival, de
2416 uma facção em um mesmo pavilhão com a outra facção. Só que dá outra facção
2417 tinha para mais de 100 homens e dessa tinha 24. A gente recebeu essa denúncia
2418 e por sinal foi até a única denúncia que a gente foi até atendido muito rápido
2419 dessas violações e a gente conseguiu acompanhar, a Defensoria Pública dos
2420 Direitos Humanos. Lá chegando, antes de... Passamos por toda a área
2421 administrativa, conseguimos falar com alguns internos que estavam aguardando

2422 atendimento e eles prontamente já foram falando, denunciando agentes,
2423 denunciando a própria secretaria por violência, por tortura e descemos a um dos
2424 pavilhões e lá só foi reafirmada a denúncia dos próprios presos. De tortura física,
2425 de tortura psicológica, que os rapazes tinham sido colocados lá para serem mortos
2426 sim e isso ficou muito claro porque a própria administração falou, deixou isso claro
2427 que eles estavam ali para eles fazerem o serviço deles. E isso foi denúncia de
2428 presos. A situação dessas torturas já estão tão graves que eles já perderam até o
2429 medo de denunciar porque nos acompanhando estavam um dos torturadores que
2430 é um auxílio, que é um agente e eles estavam falando dele, baixo mas estavam
2431 falando, não falaram só para mim, não falaram só para o Fábio, falaram para dois
2432 membros da Comissão de Direitos Humanos da OAB, falaram para o doutor
2433 Roger, para o auxiliar dele que estava lá. Então todo mundo ouviu essas
2434 denúncias de tortura lá dentro. Então essa isenção assim foi muito difícil para
2435 gente porque só reafirmou todas as denúncias que a gente vem recebendo dos
2436 familiares há muito tempo. Só reafirmou o que a gente vem falando nas
2437 Defensorias há muito tempo e ninguém toma uma atitude. Se a gente for analisar,
2438 para tudo que vocês forem pesquisar tem relatório. Tem, tem mesmo, mas
2439 nenhum relatório diz que teve 8ª com os presos, descendo o pavilhão, porque
2440 quando a gente desceu um pavilhão, os presos falaram que eles tinham sido
2441 informados pelo GIP que no Amazonas não existia nem mais Direitos Humanos,
2442 entendeu? E existem, direitos humanos não é um órgão, direitos humanos é o
2443 direito de toda pessoa e eles estão sendo informados que não tem. E não tem
2444 porque ninguém desce nas unidades prisionais para fazer fiscalização. Sobre o
2445 atendimento médico, a gente tem várias denúncias e denúncias graves de laudos
2446 forjados porque as médicas que atendem os presos nas unidades prisionais elas
2447 cumprem ordem. Terceirizaram tudo e elas tem que cumprir ordem. Se dá uma
2448 porcentagem de pressão elas tem que anotar o que a administração manda
2449 colocar, a gente recebeu essa denúncia o ano passado, levamos ao Comitê de
2450 Prevenção ao Covid 19 nas prisões, não foi feito nada. O que fazem é perguntar
2451 da CAAP, a gente precisa de isenção, a gente precisa que eles sejam ouvidos. E
2452 hoje, 2021 a gente está continuando recebendo as mesmas denúncias, com o

2453 agravante que eles estão há mais de ano sem visita, há mais de ano sem ter visita
2454 das famílias, mas não é para todos e é entorno de no máximo dois minutos
2455 supervisionadas para que eles não possam denunciar as coisas que estão
2456 acontecendo com eles lá dentro. Eu passo a palavra para o Fábio que ele tem
2457 mais para contribuir. E estou aqui para qualquer dúvida.

2458 **Sr. Fábio Candotti** - Obrigado Priscila. Então assim, eu acho... tem essa coisa do
2459 GIP, o GIP tem uma atuação que não é uma atuação pontual de repressão a
2460 casos problemáticos, é uma atuação cotidiano, então está só cotidiana armada
2461 dentro do sistemas, os presos para sair de cela, só saem de cela com a arma
2462 apontada na cabeça e despidos e humilhados todos os dias, isso foi o que a gente
2463 viu e a gente ouviu dos presos no instituto penal dentro da unidade, só para
2464 complementar o que a Priscila falou em relação a isenção que a gente participou
2465 em março. Eram presos que estavam em um pavilhão seguro que também aqui
2466 mistura um pavilhão de RDD que é para, digamos, lideranças, digamos que ali
2467 tinha uma facção majoritária em todas as unidades ade Manaus e outras duas
2468 facções até onde a gente sabia, naquele momento estavam no RDD, que é
2469 também uma espécie de seguro nessa mesma unidade, um pouco mais afastado,
2470 um pavilhão afastado. Então, 25 presos, mais ou menos, 24, 25 presos foram
2471 deslocados para um pavilhão de convívio no caso com a facção majoritária e isso
2472 foi confirmado pelo diretor, não foi dito pelos presos. Foi confirmado pelo diretor e
2473 passaram uma semana nessa situação. E com os agentes dizendo: "Comece os
2474 serviço que a gente vai terminar." Isso segundo as palavras das pessoas que
2475 estavam presas lá. Além disso, mais recentemente a gente recebeu denúncia de
2476 que haveria uma nova facção dentro do sistema em pavilhão de convívio. A gente
2477 tem uma nova facção na cidade que já tem algumas áreas da cidade e
2478 naturalmente, a gente acredita que essa facção vai aparecer dentro do sistema, já
2479 estava aparecendo na época que a gente fez a isenção, pelo o que a gente
2480 estava entendendo e agora a gente tem denúncia de que tem essa facção
2481 dividindo o mesmo pavilhão só que com alas separadas, dentro do Centro de
2482 Detenção Provisória, Mas. 1, 2 que é isso que está nos afligindo mais

2483 imediatamente. Agora, a questão é o que é a política de segurança que está
2484 sendo feita pela administração carcerária, a política de terror cotidiano. As
2485 pessoas que eu vi nas celas e nos pátios são pessoas absolutamente
2486 aterrorizadas. E a Secretaria de Administração Penitenciária, ela tem uma política
2487 de modernização, de reforma predial, de construção de novas enfermarias, se
2488 vocês observarem sites, redes sociais, todos os dias tem muitas coisas novas,
2489 projetos, ampliação de gente trabalhando, ampliação de gente estudando e
2490 ampliação de atendimentos médicos, 100% de ampliação, são 1.500... Não, não.
2491 100 mil, mais de 100 mil atendimentos por ano e o que a gente vê é em relação da
2492 vida daquelas pessoas é uma gestão do limite da vida para a morte. As pessoas
2493 estão ali precisando... Estar morrendo, morrer para poder ser atendido, quase.
2494 Isso não era uma denúncia que eu ouvia da Priscila quando começamos a atuar
2495 com ela e não paramos de ouvir o tempo todo. E nós verificamos fraldes. Ano
2496 passado tivemos uma rebelião por motivos de saúde, coisas que acontecem às
2497 vezes no Brasil, mas no auge da primeira onda da pandemia e depois, quando nós
2498 pedimos... Como tinha sido a atuação da repressão à rebelião, que a rebelião foi
2499 reprimida, não houve negociação. Passaram publicamente dez, doze, dezesseis
2500 nomes de feridos que eram todos digamos, de presos reféns, que são presos
2501 geralmente do pavilhão de trabalhadores, que se chama lá, que tem essa divisão,
2502 pavilhão dos trabalhadores do resto. E depois... E ficou por isso. E depois a gente
2503 foi acompanhando presos que foram espancados, tiveram fraturas e receberam
2504 balas de borracha, um deles recebeu bala de borracha na boca. E não constou
2505 entre a lista de feridos e quando nós pedimos para a Defensoria verificar a
2506 situação desse preso, não havia no prontuário dele sobre isso. Então assim, isso é
2507 absolutamente generalizado do nosso ponto de vista. O que a gente chega lá, há
2508 uma enfermaria bonita, por exemplo, no Instituto Penal, Antônio Trindade e presos
2509 com tuberculose ativa sem serem atendidos lá dentro. E a questão é, quando
2510 reclama, fazem o que eles chamam de um batidão nas celas implorando por
2511 atendimento médico, o que eles recebem é a intervenção desse grupo de... A
2512 intervenção do GIP que é o Grupo de Intervenção Penitenciária. O que também
2513 gostaria de... Indo para outro assunto, a gente, ao longo de... Desde 2019,

2514 principalmente desde 2020, 2019 o Coletivo Familiares oficiou, fez reunião com
2515 todos os órgãos, menos a vara de execução penal porque nós não foi atendido por
2516 elas, mas com o GME, todos os grupos da Defensoria Pública, todo o Ministério
2517 Público da Execução Penal, enfim, com o Comitê Estadual de Prevenção e
2518 Combate a Tortura na época também e apresentou denúncias e nunca essas
2519 denúncias foram levadas a diante. Nós, desde 2020, como frente Estadual de
2520 Encarceramento, apresentamos trinta e... Eu vou olhar aqui exatamente o número,
2521 36 ofícios para órgãos de fiscalização. Sendo que só seis foram respondidos. A
2522 maioria nem recebido, na verdade a gente teve. Inclusive, em um
2523 encaminhamento sobre presos baleados dentro da comunidade, o caso que a
2524 Priscila contou, é um caso em que o próprio Secretário veio a público dizer que
2525 haviam sido baleados, como digamos, como algo natural, normal, faz parte,
2526 estava em fuga então foram baleados. Eles não estavam em fuga, eles estavam
2527 encima de um telhado, provavelmente, pelo o que entendemos fazendo ligação de
2528 energia elétrica porque dentro das celas não tem energia elétrica, então também
2529 não tem ventilação dentro das celas. No meio do mato, com muito mosquito e
2530 dentro desses... Dentre as coisas que nós tentamos monitorar e oficial, está a
2531 situação por exemplo de Covid, no sistema carcerário. Então a gente oficiou em
2532 relação à situação de grupo de celas de risco que chegou até nós, oficiamos em
2533 relação ao uso de armamento letal, oficiamos em relação a presos feridos,
2534 oficiamos em relação a uma série de coisas. Uma dessas coisas também é a
2535 situação de saúde do controle da pandemia, a gente passou o ano de 2020 inteiro
2536 sem a SEP publicar nada sobre testes e óbitos, com um painel que apresentava
2537 de 240 casos em todo o Estado, apenas sete casos na capital, onde está se
2538 concentrado 75, 80% da população carcerária e um caso único, dentro das
2539 unidades masculinas daqui. As unidades masculinas daqui tem 5.000 pessoas e
2540 um único caso teria sido vindo de fora. A SEAP conseguiu confirmar, digamos,
2541 fazer valer a sua narrativa de eficiência absoluta, a gente está em Manaus, certo?
2542 Um dos piores lugares do mundo para viver a pandemia e com um único caso até
2543 hoje no registro do site esse único caso. Isso com a gente oficiando vários órgãos,
2544 pedindo a situação em relação a testes, a gente conseguiu certidões de óbitos que

2545 apontavam para a morte por insuficiência respiratória e por causa indeterminada
2546 logo na primeira onda da pandemia, pressionamos os órgãos e não tivemos
2547 resposta apenas em 8 de fevereiro deste ano, quando a Defensoria nos enviou
2548 documentos da SEAP, ofícios da SEAP explicando como foram feitos os testes,
2549 nós verificamos que os testes foram aplicados em agosto do ano passado, quando
2550 os casos estavam, absolutamente na maior baixa, com 10% de positivo. Em
2551 relação a servidores também, eles fizeram duas testagens, uma deu 70% de
2552 positivo, na outra deu 30% de positivo em também fora da primeira onda, todos os
2553 testes foram aplicados depois da primeira onda. E durante a segunda onda, a
2554 própria SEAP admite que começou a aplicar testes depois que começou a faltar
2555 oxigênio no Estado, isso apenas no setor de entrada do setor penitenciário. Eu
2556 estou dizendo isso para dizer, existe uma política muito liberal, muito assim óbvia
2557 de ocultação de dados em relação a pandemia que é algo muito grave e isso se
2558 junta com, digamos, uma ineficiência ou a ausência assim muito grande dos
2559 órgãos de fiscalização, porque por exemplo a Defensoria, digamos a gente teve
2560 que implorar para a Defensoria, pedir esses dados e pressionar SEAP para ter
2561 dados sobre a pandemia, dizia assim para ela, em vários lugares do Brasil a
2562 Defensoria está atrás de dados e não consegue, aqui a Defensoria parece que
2563 não se mexe nem para conseguir os dados. Então, quando nós conseguimos em
2564 fevereiro o que a Defensoria fez foi repassar para gente dados que demonstravam
2565 a ausência completa de competência, no mínimo, de gestão da pandemia e com
2566 dados que não são publicados no painel online e continuam não sendo
2567 publicados. Então assim e com dados de óbitos que pediram, segundo a gente
2568 insistiu para pediram dados de óbitos em relação ao ano passado inteiro e até
2569 agora o que a gente saiba, a SEAP nunca entregou os dados de óbitos relativos
2570 ao ano passado. Uma coisa chama atenção, parece que a SEAP não tem, por
2571 exemplo, uma tabela com os dados de óbitos, dentro do sistema carcerário. Uma
2572 vez o MP respondeu, uma única vez que o Ministério Público correspondeu para
2573 alguém, foi quando ele respondeu para (ininteligível) de São Paulo e apresentando
2574 e enviando, reencaminhando uma tabela de uma foto de uma tabela, não é nem
2575 uma tabela é uma foto de uma tela com uma tabela, com erro de 100% no caso de

2576 morte, porque havia na lista de unidades uma única morte, um único óbito por
2577 Covid e no total havia dois. Havia um erro na tabela, um erro assim, de um para
2578 dois, havia uma morte, mas havia dois no total. O que, enfim, o Ministério Público
2579 apresenta isso e não questiona esse dado. Enfim, isso depois de nós sabermos
2580 que nós ficamos insistindo com a investigação de alguns casos de morte. Enfim,
2581 isso para nós se junta com uma política de segurança, entre aspas, de tortura sem
2582 nenhum tipo de atuação incisiva dos órgãos de fiscalização. Por isso a gente está
2583 insistindo, insistindo com o Mecanismo Nacional, estamos realmente com receio
2584 de que ocorra algum massacre por conta da sanção de uma nova facção sim, mas
2585 também por conta do fato de que nós não conseguimos confiar nem na
2586 administração carcerária, como nós temos, já colocou preso para morrer um com
2587 o outro e também porque nós não conseguimos um diálogo contínuo e confiável
2588 com os órgãos de fiscalização da equipe. É isso e eu agradeço.

2589 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Obrigado, a participação
2590 do Fábio e da Priscila trazendo esse registro específico aqui do Estado do
2591 Amazonas, isso atende a solicitação da CONECTAS, que é membro do Pleno do
2592 Comitê...

2593 **Sr. Ribamar Araújo (MNPCT)** – Eu não sei se é só para mim, mas está travando
2594 muito e eu queria que o perito fosse concluindo para que a gente passasse para
2595 outra...

2596 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – Pode
2597 voltar com o seu som, Sávio.

2598 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Está bem. Me escutam
2599 agora? Estão me escutando?

2600 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – Sim.

2601 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Então, dando
2602 continuidade, ainda dentro da... Isso atende a solicitação da CONECTAS, que fez

2603 um pedido de inclusão de pauta e nós adequamos dentro desse período aí do
2604 Mecanismo nacional. Nós temos duas inscrições aqui, a Patrícia Oliveira e na
2605 Sequência a perita Tarsila. Então, Patrícia, você está com a palavra.

2606 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global) –**
2607 Patrícia.

2608 **Sra. Patrícia Oliveira** - Oi, bom dia. Desculpa. Então eu queria acrescentar...
2609 Vocês estão me ouvindo.

2610 **Sr. Ribamar Araújo (MNPCT) –** Sim. Sim Patrícia, eu queria pedir, lembrando que
2611 nós temos outros pontos de pauta, ainda dentro da pauta do Mecanismo.

2612 **Sra. Patrícia Oliveira** - Está bem, eu vou ser bem rápida.

2613 **Sr. Ribamar Araújo (MNPCT) –** Que a Patrícia e em seguida a Tarsila, que é
2614 aquela que, em nome do Mecanismo monitora dignamente aí a situação no
2615 Amazonas, desde a pandemia, a gente pudesse abrir aqui possíveis
2616 encaminhamentos, acolhendo a sugestões de vocês.

2617 **Sra. Patrícia Oliveira** - Oi, eu vou ser bem rápida. É importante reforçar também
2618 assim, a importância de reforçar junto a Defensoria Pública do Estado do
2619 Amazonas, o seu papel, o seu trabalho porque todas às vezes tem muita
2620 dificuldade de acesso a Defensoria Pública do Amazonas e o Ministério Público
2621 também. E cria também um certo conflito quando essas próprias autoridades ela
2622 são, de certo modo, homenageadas, recebem placas, recebem moção da
2623 Secretaria de Administração Penitenciária, eles também colocam elas em uma
2624 posição complicada. Então é importante reforçar tudo que foi dito por Priscila e
2625 Fábio, assim a situação no Amazonas é muito crítica é muito complicada e pode
2626 sim ter um novo massacre. Além, dentro da unidade prisional pode ter na rua
2627 também, já vi, várias pessoas vem sendo assassinadas também, então assim, a
2628 situação é muito crítica. Obrigada.

2629 **Sra. Tarsila** – Obrigada Patrícia, obrigada Ribamar que me deu essa
2630 oportunidade de estar aqui falando em nome desse monitoramento, esse
2631 monitoramento tem sido feito desde antes até da pandemia, ao longo de 2019 já
2632 iniciamos este trabalho de escuta dos familiares, de acompanhamento das
2633 situações. E só para deixar bem nítido para esse Comitê, nós fizemos todos os
2634 ofícios que o Fábio Candotti mencionou, o Mecanismo também fez também
2635 solicitou informações sobre Covid, também solicitou informações sobre
2636 medicação, consulta, fluxo de saúde. Encaminhamos o último relatório feito em
2637 2019 com gravíssimas denúncias sobre a situação de saúde. E a esse Comitê eu
2638 peço, aproveitando agora o final do meu mandato como perita e eu sei que
2639 aguerridos peritos que continuam, os quatro que continuam e os outros que virão
2640 e que a gente espera que realmente sejam empossados o mais brevemente
2641 possível, que não deixem essa pauta morrer e que também esse Comitê busque
2642 por todas as incidências possíveis e as impossíveis também, fazer com que nos
2643 ajude a fazer valer as nossas recomendações no Amazonas. Porque em 2015, a
2644 gente anunciou um massacre e ele aconteceu, em 2017 também, 2019 também.
2645 Ou seja, de dois em dois anos o Estado do Amazonas faz uma gestão da morte
2646 prisional. É um genocídio explícito e a gente não pode se calar perante a isso.
2647 Então a minha solicitação aqui é de urgência a esse Comitê que se organize e
2648 faça valer as recomendações do Mecanismo porque essa articulação política é
2649 atribuição do Comitê, a gente tem realmente pedido inspeções conjuntas
2650 justamente por esse motivo porque a tortura esse é o momento da tortura, é o
2651 momento onde ninguém entra, é o momento quando ninguém lá vai para saber o
2652 que está acontecendo, as famílias brevemente conseguem falar com os seus
2653 familiares, coisa de cinco minutos, às vezes até mesmos, três minutos por vídeo,
2654 agora as visitas presenciais estão voltando, mas existe um grande
2655 constrangimento, as pessoas ficam 24 horas sem se alimentar para conseguir
2656 passar por um body scan, que as pessoas, os técnicos da SEAP, entre aspas, não
2657 sabem ler as imagens e confundem todas as imagens que aparece, a pessoas
2658 tem que voltar e às vezes sofrer constrangimento de revista vexatória defronte
2659 alguns agentes ou algumas agentes. Então isso realmente não pode permanecer,

2660 há anos isso acontece e a há anos a gente v em denunciando e é preciso que se
2661 faça algo e a gente conta muito com esse Comitê. Agradecemos a presença do
2662 CNJ aqui conosco, agradecemos a presença das demais autoridades e
2663 solicitamos em nome principalmente dos familiares que sofrem a tortura junto com
2664 os seus parentes que estão em cumprimento de pena. Já em cumprimento de
2665 pena de privação de liberdade e não, pena de tortura porque isso é crime no país.
2666 Obrigada.

2667 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Agradeço Tarsila,
2668 agradeço Patrícia também, pela participação e devolvo a palavra ao perito
2669 Ribamar.

2670 **Sr. Ribamar Araújo (MNPCT)** – Agradeço, Sávio. E queria agradecer também a
2671 todos que contribuíram e contribuem diuturnamente esse pessoal que faz o
2672 trabalho de monitoramento permanente. Eu queria só resgatar duas coisas para
2673 propor encaminhamento e abrir a palavra entre vocês. Na verdade nesse quesito
2674 que o nós dissemos não é novo e a nossa grande preocupação é que esse
2675 fenômeno, a exemplo anterior, se arraste como tem se arrastado nas ruas e
2676 mesmo com a população que não está privada de liberdade, seja agravado agora
2677 com a chegada da FTIP. E porque digo isso? E não sou eu que digo, a FTIP tem
2678 sido vendido para muitos como parte da solução do problema e por onde ela
2679 passou ela tem um lastro de legalidade que só a DPU pode vir aqui me confirmar,
2680 quem acompanha esse Comitê há mais tempo, lembra do que foi a constante
2681 insistência do doutor Alexander (ininteligível), por exemplo, que aqui esteve,
2682 doutor Antônio que aqui também representa da DPU, saudando doutor Vargas e lá
2683 existem inúmeras ações propostas na 7ª Câmara Criminal primeiro porque a FTIP
2684 nunca nos forneceu um uso de protocolo da força. Isso foi motivo de reunião ainda
2685 antes de ontem entre eu e Bárbara e o DEPEN. Nós não conhecemos o uso do
2686 protocolo da força. Uma das tantas recomendações que nós fizemos lá para o
2687 Amazonas e depois fizemos uma reunião, uma visita de monitoramento que esse
2688 Comitê foi representado pela Márcia Badaró, digna antecessora do Pedro Paulo
2689 Bicalho representando o SFP aqui, como o Henrique que aqui está representando

2690 a CONCTAS, representou esse Comitê no monitoramento que nós fizemos lá no
2691 Monte Cristo e a Cândida representou esse Comitê no monitoramento que nós
2692 fizemos lá em Alcaçuz, tentando monitorar o cumprimento das nossas
2693 recomendações. E tudo que a gente viu, é que até mesmos recursos do
2694 FOMPEM, sob o qual a gente tem que estar bem vigilantes, foram liberados
2695 indiscriminadamente para compra de arma e utilização dentro do sistema prisional
2696 que não tem sido cumprido. Então, eu finalizo com a minha dificuldade de sintaxe
2697 e peço desculpas de todos, pedindo que aqui os pares aqui representados, que a
2698 DPU possa, resgatando essas ações múltiplas que existem sobre a FTIP
2699 remover o risco que nós vivemos de uma nova intervenção da FTIP sem a
2700 investigação sobre aquela denúncia já praticadas de excesso da FTIP. Que o CNJ
2701 aqui dignamente representado pudesse, a exemplo do que nós temos feito nas
2702 visitas durante a pandemia, reforçar o cumprimento da recomendação da
2703 denúncia 62. Porque parte desse público que hoje superlota o sistema carcerário,
2704 pela recomendação 62 poderia ter alternativas penais que não o cumprimento de
2705 pena em privação de liberdade. Poderia ter outras alternativas penais como está
2706 proposta na recomendação 62. E, quem sabe, a gente pensar a exemplo do que
2707 pensamos no passo anterior que, destacando um pequeno GT desse Comitê, me
2708 permitam essa sugestão, junto com quem monitora, sobretudo agora que seremos
2709 menos no Mecanismo, possamos monitorar mais de perto essa situação que,
2710 infelizmente, tende a se agravar. Eu queria colocar isso assim como proposta de...

2711 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Obrigado Ribamar. Com
2712 relações aos peritos eu quero registrar que a nossa ideia já é a recomposição
2713 imediata, do quadro. Já vi algumas falas aí que termos quatro peritos, mas não,
2714 nós já temos três que estão próximos de iniciar e a ideia é a recomposição integral
2715 do colegiado do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate a Tortura. Então,
2716 faço esse registro aqui para tranquilizar os colegas. Tem uma inscrição aqui do
2717 Frei David, passo para o Frei David antes de dar sequência na pauta. Por favor,
2718 Frei David.

2719 **Sr. David Raimundo Santos – (Francisco de Assis Educação, Cidadania,**
2720 **Inclusão e Direitos Humanos – FAECIDH)** – Primeiro elogiar, na pessoa do
2721 Sávio essa secretaria, esse Ministério por dar essa boa notícia para nós, de que
2722 vocês irão recompor a equipe de peritos, porque eu confesso a vocês que isso era
2723 o nosso grande medo. Uma vez terminando o mandato dos atuais peritos, fosse
2724 ficar um período vago onde as vítimas do Estado, seriam mais vítimas ainda.
2725 Temos consciência de quem está preso está pagando constitucionalmente os
2726 crimes e tem muitos ladrões soltos e que não estão pagando. Então, para nós,
2727 tratar mal quem está seguindo a constituição, que são os presos é uma violência
2728 do Estado e o Brasil não merece ser queimado com essa atitude desonesta de
2729 quem dirige o país. E contamos com Sávio e com todo mundo que representa o
2730 Ministério para realente conduzir com maior rapidez possível os novos peritos.
2731 Segundo, dizer da nossa alegria que tivemos com o Conselho Nacional de
2732 (ininteligível)... Desculpe, dizer da nossa alegria da reunião que tivemos com o
2733 Conselho Nacional de Justiça, acho que a Tarsila e dos demais vão colocar, se
2734 não já colocaram, foi uma reunião que nos deu esperança e segundo, dizer que
2735 participamos daquela reunião enquanto Comitê e também enquanto entidade e
2736 dizer que nós acreditamos que, além da nossa atuação enquanto Comitê,
2737 precisamos ter cada vez mais atuação enquanto cada uma das nossas entidades.
2738 E nesse linha aí, estamos somando com o Comitê na incidência no Conselho
2739 Nacional do Ministério Público, bem como ontem já entramos no Conselho
2740 Nacional do Ministério Público enquanto entidade EDUCAFRO. E coloco ai, vou
2741 ler aqui para vocês um trechinho do documento que entregamos ao Conselho
2742 Nacional de Ministério Público. Deixa eu pegar aqui. “É do conhecimento de todos
2743 e todas que no Estado do Amazonas e de quase 100% dos estados brasileiros, os
2744 governadores e as Assembleias Legislativas perderam o controle sobre as polícias
2745 quando não estão ligados a facções ou milícias, essas polícias. Isso é gravíssimo
2746 para nossa sociedade. A sociedade está em perigo, prova a total ineficiência do
2747 Conselho Nacional do Ministério Público nos trabalhos da comissão de controle
2748 das atividades policiais. A estrutura em geral é super precária e outros possíveis
2749 envolvimento, o que deixa a sociedade abandonada aos interesses de alguns por

2750 dinheiro fácil, vejam o caso de Pernambuco, Rio de Janeiro e outros, nos
2751 perguntamos o quanto a culpa, o quanto de culpa tem o Conselho Nacional do
2752 Ministério Público através dos seus órgãos de controle das atividades policiais,
2753 bem como os controles estaduais, dos ministérios públicos estaduais, ambos
2754 intencionalmente...” Eu vou repetir. “Ambos intencionalmente desaparelhados e eu
2755 pergunto, quem ganha com isso? Onde quer chegar o Ministério Público tanto
2756 nacional, quanto estadual em abandonar o povo na mão de milícias e da polícia
2757 descontrolada.” A carta foi muito dura, está aí, coloquei no chat para vocês todos
2758 terem acesso e, por favor, divulguem se vocês acharem que convém. Um abraço.

2759 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Obrigado o representante
2760 da EDUCAFRO, Frei David. Ribamar, eu não sei se dentro da previsão você já
2761 finalizou ou gostaria de fazer algum complemento. Talvez também a CONECTAS
2762 que solicitou a inclusão do ponto na pauta, deseje fazer o uso da palavra, mas por
2763 favor, Ribamar.

2764 **Sr. Ribamar Araújo (MNPCT)** – Perdão, perdão. Eu vejo que auditora está
2765 inscrita e a sugestão agora é fazer alguns encaminhamentos na linha do que ela
2766 está propondo ali.

2767 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Está bem. Então,
2768 Ribamar já encerrou, podemos passar para inscrição da Vitória Buzzi, da OAB.
2769 Por favor, Vitória.

2770 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da Ordem de Advogados do**
2771 **Brasil)** – Obrigada Sávio. Bom dia a todos e todas. Eu queria perguntar primeiro
2772 para o Riba se vocês estão em articulação com o Comitê Estadual porque eu sei
2773 que agora eles estão com novas presidenta e vice presidenta, eu até mandei para
2774 elas o link da nossa reunião de hoje, mas não sei se elas estão aqui... Se elas
2775 estão aqui na nossa reunião ordinária. Então, perguntar se vocês já estão em
2776 articulação com o Comitê Estadual para pensar nessas estratégias de
2777 monitoramento, porque seria bacana, a minha sugestão de encaminhamento é

2778 justamente um GT, Riba, porque eu sei que a perita Tarsila que é responsável
2779 pelo monitoramento desse Estado e ela... E agora com a saída dela eu acho que
2780 nós precisamos de mais gente, de mais força para fazer esse monitoramento. A
2781 minha sugestão seria justamente destacar pelo menos dois membros aqui do
2782 Comitê Nacional, de convidarmos o Comitê Estadual e aí, é claro, vocês que estão
2783 com esse monitoramento mais de perto podem sugerir nomes de pessoas que já
2784 estão acompanhando, não é Tarsila, há mais tempo essa situação local, para
2785 realizarmos um monitoramento mais de perto, evitar que o massacre novamente
2786 se repita. Como, é uma tragédia já anunciada e nós estamos vendo isso sem
2787 poder fazer nada.

2788 **Sra. Tarsila** - Se me permite, colega...

2789 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da Ordem de Advogados do**
2790 **Brasil)** – Fale, Tarsila, fique à vontade.

2791 **Sra. Tarsila** - A sua questão, me permita, desculpe te interromper. Estamos em
2792 contato sim com a nova presidente do Comitê Estadual de prevenção e combate a
2793 tortura, a senhora Graça ela representante do CRP e ela esteve em reunião
2794 conosco na sexta-feira passada e mais parte dessa equipe aqui, o Frei David
2795 estava presente, o Fábio, Priscila, Ribamar, enfim, todo esses contatos eles estão
2796 à disposição e eu me faço sempre presente assim que for necessário também,
2797 para somar com informações, caso preciso. Mas a ideia era essa mesmo, fazer
2798 um GT para esse acompanhamento. E também, como encaminhamento e já
2799 aproveitando a deixa, realmente um ofício do comitê fazendo menção a todas as
2800 recomendações anteriores do Mecanismo e cobrando isso do Estado, cobrando
2801 isso da SEAP e do Governo do Estado, porque as recomendações são palavras
2802 ao vento, nunca foram cumpridas e se tivessem sido, todas essas mortes
2803 poderiam ser evitadas. Então, a sugestão que eu deixo e essa e me coloco a
2804 disposição sim sempre que possível, enfim, continua os diálogos, continuo o
2805 atendimento às famílias mesmo não estando mais como perita. Obrigada.

2806 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Obrigado Tarsila,
2807 obrigado Vitória.

2808 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da Ordem de Advogados do**
2809 **Brasil)** – Sávio, posso concluir?

2810 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Sim. Sim. Só para gente
2811 firmar, tem uma sugestão então de um GT, um GT para gente acompanhar a
2812 questão. E informo para os colegas que ontem foi aprovada uma Resolução do
2813 CNPCT com fluxo, até então a gente não tinha esse fluxo de cobrança. A ideia é
2814 que os encaminhamentos serão acompanhados com uma proximidade maior, com
2815 prazo agora. Então ontem nós aprovamos essa Resolução de reiteração inclusive
2816 de marcar audiências com as autoridades locais. Então, essas demandas que
2817 serão apresentadas a partir desse momento já seguirão o fluxo lá. Devolvo a
2818 palavra para Vitoria Buzzi e depois, na sequência, a inscrição da Isabel, Justiça
2819 Global.

2820 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da Ordem de Advogados do**
2821 **Brasil)** – Obrigada Sávio, eu ia pedi, na verdade, para o João já ir sintetizando os
2822 nossos encaminhamentos. Então nós temos até agora, Sávio, duas propostas de
2823 encaminhamentos, uma é o GT para monitoramento, a segunda proposta de
2824 encaminhamento é o que a Tarsila falou, nós fazemos uma retomada das
2825 recomendações anteriores do Mecanismo que estão nos relatórios e pensarmos
2826 agora, e oficializar as instituições que estão no relatório com pedido de dois pontos,
2827 na verdade, um qual é a porcentagem de cumprimento dessas recomendações e
2828 se eles não tem essa análise, por que as recomendações não estão sendo
2829 cumpridas? Então seria um ofício com dois pontos e aí entraria no nosso fluxo,
2830 para em 30 dias se não responderem, reenviar. Mas assim, eu sugeriria um tempo
2831 de resposta menor, porque nós não temos 30 dias para esperar eles responderem
2832 se estão cumprindo recomendações ou não. Então eu sugeriria um prazo assim
2833 de 24 horas, de 48 horas um prazo bem curto. João, duas propostas até agora, só
2834 para gente ir sintetizando para voltar no final da plenária.

2835 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa) –** Então Vitória...

2836 **Sr. Marco Vinicius Pereira de Carvalho (Ministério da Mulher, da Família e**
2837 **dos Direitos Humanos) -** Eu acho que já tem acordo nisso aí, Sávio. São coisas
2838 urgentes mesmo, não é? Eu acho que talvez Vitória, eu não sei se em 48 horas se
2839 não é muito pouco, mas 72 horas e tal, entendeu?

2840 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da Ordem de Advogados do**
2841 **Brasil) –** Está certo, Marco, eu concordo.

2842 **Sr. Marco Vinicius Pereira de Carvalho (Ministério da Mulher, da Família e**
2843 **dos Direitos Humanos) -** Eu acho que essa temática já foi objeto de discussão há
2844 muito tempo, de fato foram feitas várias recomendações, de fato também não sei
2845 se ocorreram, se veio a resposta, mas aí, se eu não me engano, foi feita a
2846 recomendação, foi feita a reiteração e aí a gente está extrapolando aquele limite
2847 daquilo que a gente discutiu ontem. Então por isso a urgência. Então eu concordo
2848 com todas essas propostas de encaminhamento, eu acho que a gente nem
2849 precisa esperar para ir para o final não. Vamos fechar a questão disso aqui? Eu
2850 proponho que a gente já feche a questão disso aqui e já resolva logo.

2851 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da Ordem de Advogados do**
2852 **Brasil) –** É porque eu acho que vão surgir mais propostas, Marco de
2853 encaminhamentos.

2854 **Sr. Marco Vinicius Pereira de Carvalho (Ministério da Mulher, da Família e**
2855 **dos Direitos Humanos) -** Mas essas duas já estão resolvidas.

2856 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da Ordem de Advogados do**
2857 **Brasil) –** Entendi.

2858 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa) –** Deixa eu só fazer
2859 algumas ponderações. A Isabel retirou a inscrição, não temos mais a inscrição da
2860 Isabel, ela manifestou que está contemplada já com os encaminhamentos. Me
2861 escutam?

2862 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da Ordem de Advogados do**
2863 **Brasil) –** Sim, Sávio.

2864 **Sr. Marco Vinicius Pereira de Carvalho (Ministério da Mulher, da Família e**
2865 **dos Direitos Humanos) -** Sim.

2866 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa) –** Está bem. Eu estou
2867 tendo alguns picos aqui de conexão, mas a minha sugestão é que apresentamos
2868 um prazo de cinco dias. Lembrando que nós queremos uma resposta, porque às
2869 vezes a gente coloca um prazo muito curto, não vai retornar, naturalmente.
2870 Lembrando até o contexto de pandemia, eu acho que cinco dias é o prazo para o
2871 órgão receber, acionar enfim, internamente os demais setores, buscar um pouco
2872 mais de uma... Eu sei que a situação é grave, urgente demanda uma ação
2873 imediata, mas também temos que pensar em um prazo de resposta. Apenas como
2874 sugestão para os colegas. E também tem uma sugestão já de marcar uma reunião
2875 imediata lá com... João Lança poderia talvez até, poderia tratar um pouco disso aí,
2876 desse fluxo nosso de reuniões, mas podemos já decidir isso de imediato também,
2877 não deixar para o fim da pauta, porque nossa pauta aqui, inclusive tem mais
2878 aquelas inserções que foram solicitadas ontem. Por favor, João Lança?

2879 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global) –** Isso.
2880 Faça a sugestão de encaminharmos também imediatamente um pedido de
2881 reunião com o Secretário de Administração Prisional do Amazonas, como
2882 representante aí a minha proposta e pedido que tenha representante do Gabinete
2883 do Ministério e do Comitê. Pode ser que seja junto com o grupo de trabalho.

2884 **Sr. Marco Vinicius Pereira de Carvalho (Ministério da Mulher, da Família e**
2885 **dos Direitos Humanos) -** Pode ser que seja a data da próxima sexta-feira, quem
2886 sabe dia 18 aí, para dar um prazo aí para fazer contato com o Governo do
2887 Amazonas aí, com os representantes deles, já sugiro que seja na próxima sexta-
2888 feira. Teremos aí uma semana para marcarmos essa reunião. E eu sugiro que
2889 haja o consenso também para essa marcação de reunião e retomando essas

2890 outras duas sugestões que Vitória colocou que a gente também apoia, talvez aí
2891 modulando esse prazo, pensando no tempo de resposta, mas para mim, são
2892 questões que nem se discute.

2893 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa) –** Ok. Obrigada.

2894 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global) –**
2895 Vitória, fez inscrição?

2896 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da Ordem de Advogados do**
2897 **Brasil) –** A Fernanda fez antes

2898 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa) –** Então na sequência aqui,
2899 eu não vi no chat a da Fernanda, mas na sequência a Fernanda e depois Vitória.
2900 Por favor Fernanda.

2901 **Sra. Fernanda (ANADEP) –** Obrigada Sávio e Vitória. Bom, primeiro parabenizar
2902 o Mecanismo pela apresentação que foi realizada aqui na pessoa da Tarsila,
2903 realmente o papel do Mecanismo é essencial. E a gente que trabalha com a
2904 prevenção e combate a tortura a gente fica muito feliz de ver trabalhos como o de
2905 vocês que realmente são penosos, são doloridos, vocês sofrem juntos e ficam de
2906 pé para fazer frente a essas violações, então a gente tem que expressar aqui a
2907 nossa gratidão, primeiro pelo trabalho de vocês, não é Tarsila? Está se
2908 despedindo do Mecanismo, mas coloco aqui primeiro a minha gratidão e segundo
2909 o meu parabéns pelo trabalho todo realizado que eu sei que excepcional e
2910 essencial para a nossa população. Segundo, fazer uma sugestão, a partir do que
2911 foi dito aqui pela Tarsila e pelo Ribamar sobre a questão da intervenção dos
2912 grupos nas atividades dentro dessas unidades prisionais. Realmente é uma
2913 preocupação muito grande sobre como esses protocolos são executados. Então
2914 eu não sei se seria possível, presidente Sávio, incluir no ofício uma solicitação
2915 quanto ao POP, quanto ao Protocolo Internacional do Grupo de Intervenção
2916 dessas unidades. Sobre como se atua, como se executa, a partir de que medidas
2917 são convocadas essas forças, qual é o procedimento utilizado para que a partir

2918 dessas informações se tenha... O Ribamar até ali colocou, protocolo de uso
2919 progressivo da força. Para que a gente possa ter informações sobre o inteiro teor
2920 do que realmente se tem a nível de regulamentação e o que está sendo
2921 implementado. E a partir daí fazer esse controle de forma mais efetiva. O segundo
2922 pedido, não sei eu vi ali no encaminhamento da Vitória, a solicitação para inclusão
2923 das instituições locais, não sei se seria possível incluir na reunião, uma solicitação
2924 para que a Defensoria Pública e o Ministério Público locais possam fazer parte.
2925 Penso que são as instituições que contribuem com o controle local dessa
2926 prevenção e combate a tortura e seria essencial já o envolvimento dessas
2927 instituições para fazer frente a esse grupo realmente que a essas medidas que
2928 foram apresentadas pelo Mecanismo em sede aí dessas recomendações e podem
2929 efetivamente exigir que essas recomendações sejam cumpridas em âmbito local.
2930 Então não sei se poderia ser estendido esses convites a reunião, aos membros
2931 responsáveis, competentes da Defensoria Pública, do Ministério Público e talvez
2932 também do poder judiciário já que o Juiz da execução é responsável também por
2933 fiscalizar essas unidades. Fica aí de proposta também para que seja incluído de
2934 repente um ofício a essas instituições para que possam aí fazer o
2935 encaminhamento necessário ao acompanhamento das recomendações que foram
2936 feitas pelo Mecanismo, como realmente instituições responsáveis pelo controle
2937 local. Obrigada.

2938 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Obrigado, Fernanda.
2939 Assim, como nas ocasiões anteriores, eu peço ajuda dos colegas e das colegas aí
2940 no sentido de auxiliar nessa redação do texto até para gente conseguir que isso
2941 saia com uma certa celeridade, hoje é dia 11, sexta-feira então, se pensarmos em
2942 um prazo de cinco dias aí, até 18 da próxima sexta-feira. Então a minha sugestão
2943 Marco, é a gente marcar uma reunião dia 23, na outra quarta-feira para dar
2944 tempo do Estado juntar alguma informação para que realmente a pauta possa ficar
2945 uma pauta produtiva. E aí peço auxílio da Vitória e da Fernanda na inclusão
2946 desses pontos aí. A Tarsila colocou falando que a GIP, Grupo de Intervenção
2947 Tática, ela já é a próxima na sequência aqui que eu vou passar a palavra, para

2948 que o nosso documento saia com uma consistência adequada. Antes, o Frei David
2949 pediu para que os dois documentos que foram apresentados aqui contem como
2950 anexo da nossa Ata de reunião hoje, faço esse destaque aí para coordenação
2951 geral para a extração desses documentos e inclusão como anexo. Por favor,
2952 Tarsila, está com a palavra.

2953 **Sra. Tarsila** – Obrigada, Sávio. Eu faço menção a questão grave...

2954 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Tarsila, está sem o som,
2955 o se som ele foi interrompido.

2956 **Sra. Tarsila** – Eu faço menção a questão dos dois grupos rivais que foram
2957 identificados na mesma unidade prisional, em duas galerias vizinhas, separadas
2958 apenas por um pátio de banho de sol e um alambrado. Essa foi a primeira
2959 denúncia que nos trouxe até aqui. Então, nesse momento existe essa guerra de
2960 facções, essa guerra de grupos rivais fora das unidades e que provavelmente se
2961 estenderá para dentro das unidades. Então, um dos ofícios que nós enviamos a
2962 SEP e a toda organização de lá, foi em relação a isso, qual é a gestão que eles
2963 pretendem fazer com relação a esses dois grupos, porque não é possível que as
2964 pessoas estejam em uma tensão tão grande quanto essa e separadas apenas por
2965 um pátio estreito entre as duas galerias. Então eu pediria também que isso
2966 entrasse como encaminhamento em um ofício do CNPCT para que houvesse
2967 então um posicionamento da SEP, enfim e do Governador com relação a esse tipo
2968 de situação. E de preferência, que essas pessoas não fossem alocadas em
2969 presídios federais por conta da distância das suas famílias, porque a gente precisa
2970 garantir também isso. A convivência com a família que se coloca na LEP e que e
2971 preciso ser garantida. Mas o que nesse momento é preciso é que haja um
2972 afastamento entre os rivais, que haja uma gestão prisional humanizada e não
2973 punitivista de encaminhamento dessas pessoas para presídios federais
2974 longínquos onde não há possibilidade de se ter convivência familiar nenhuma. E é
2975 um dos achados do trabalho que foi feito pelo Mecanismo nacional também sob
2976 presídios federais, o grande adoecimento psíquico dessas pessoas por conta do

2977 isolamento. Então, se for possível, fazer essa gestão dentro do sistema
2978 amazonense, de forma humanizada, era isso que eu queria colocar, muito
2979 obrigada.

2980 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Obrigada Tarsila. Nós
2981 temos algumas manifestações aqui no chat aqui, bom, pelo que eu peguei aqui, o
2982 Fábio Condotti pediu para fazer uma consideração a parte aqui, depois...

2983 Sávio, a minha inscrição.

2984 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Como?

2985 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da Ordem de Advogados do
2986 Brasil)** – A minha inscrição que era depois da Fernanda.

2987 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Você estava na
2988 sequência da Fernanda, não é? Então Vitória Buzzi da OAB, na sequência o Fábio
2989 Condotti. Então, por favor, Vitória.

2990 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da Ordem de Advogados do
2991 Brasil)** – Obrigada, Sávio. O meu questionamento também é se o Mecanismo
2992 acha importante fazer missa conjunta de CNPCT, Mecanismo e CMDH, se isso
2993 seria relevante para vocês, porque eu acho que ninguém melhor do que vocês
2994 para ponderar sobre essa necessidade, pensando aqui em mais uma proposta de
2995 encaminhamento, só para deixa todo mundo na mesma página. Então se seria
2996 relevante fazer uma missão conjunta. E uma dúvida minha é se essa reunião que
2997 estaria marcada para sexta-feira Sávio, se é com as autoridades que estão no
2998 relatório do Mecanismo. Eu tenho dúvida em relação a isso. Obrigada.

2999 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Nós estamos recebendo
3000 as sugestões. Nós temos que ter alguns indicativos, principalmente dos atores
3001 locais. Então aí eu peço a colaboração dos colegas aí, enfim que podem...

3002 **Sr. Marco Vinicius Pereira de Carvalho (Ministério da Mulher, da Família e**
3003 **dos Direitos Humanos)** – Há apoio do Gabinete também se for necessário
3004 missão conjunta.

3005 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Espera aí que nós
3006 perdemos aqui. Quem falou antes? Marco?

3007 **Sr. Marco Vinicius Pereira de Carvalho (Ministério da Mulher, da Família e**
3008 **dos Direitos Humanos)** – Eu falei que há apoio do Gabinete se for necessário
3009 missão conjunta, se entenderem necessário. Tudo que for possível fazer para
3010 entender essa situação e combater essa situação, nós estamos de acordo.

3011 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Perfeito, Marco.
3012 Registrado. O João está na... Também precisa fazer o uso da palavra, mas eu vou
3013 passar primeiro aqui na sequência para o Fábio, o Fábio Condotti e depois o João
3014 Lança. Por favor, Fábio.

3015 **Sr. Fábio Condotti** – Obrigado, muito pontual. E a minha questão é relativa à
3016 primeiro a reunião, eu ia também falar dessa possibilidade de missão, já foi
3017 perguntado. Em relação as reuniões, eu não sei se vocês concordam comigo, mas
3018 poderia ser interessante duas reuniões, mesmo que curtas, diferentes, uma com
3019 os órgão de fiscalização para entender a parte deles, delas porque as dificuldades
3020 de fiscalização, porque isso são muito evidente, eu prefiro não dizer aqui, mas
3021 algumas pessoas do órgão de fiscalização já demonstraram questões sobre
3022 dificuldades para realizar a inspeção, por exemplo, eu acho que isso é uma
3023 conversa e outra conversa é uma conversa com a Secretaria de Administração
3024 Penitenciária, porque seria como fazer uma reunião com os órgãos de fiscalização
3025 junto com o órgão fiscalizado. Eu acho que são reuniões, me parece, de natureza
3026 distintas, com conversas distintas e que talvez fosse interessante, talvez no
3027 mesmo dia uma primeira, outra depois fazermos isso, certo? E também pedimos
3028 que as pessoas que forem realizar as reuniões, por favor, preserve um pouco as

3029 pessoas que estão denunciando aqui e que estão apresentando os problemas.
3030 Agradeço.

3031 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Obrigado Fábio. Então,
3032 na sequência João Lança e depois Ribamar, para fechar. Por favor, João Lança.

3033 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – A
3034 minha sugestão vai ao encontro do que o doutor Fábio colocou, sugiro que nessa
3035 primeira reunião haja uma direção de que aconteça apenas com a Secretaria de
3036 Administração para que a gente possa ambientar essa situação aí de modo bem
3037 direto com a Secretaria. E em seguida, pode ter essa missão conjunta, a reunião
3038 com os atores. Eu faço coro de que essa reunião com a Secretaria seja com
3039 representante do Ministério, seja algo que a gente dê um peso bem direto para
3040 mostrar que estamos monitorando, preocupados e que queremos providências
3041 sobre a situação. Apenas isso. Ribamar.

3042 **Sr. Ribamar Araújo (MNPCT)** – Então, eu concordo para esses
3043 encaminhamentos para qual estamos avançando, mas às vezes a gente fala no
3044 verbo intransitivo como se fosse outras pessoas, eu acho que tem recomendações
3045 e é essa concepção do sistema que vale para nós aqui. Então, importa saber entre
3046 as recomendações que estão ali os relatórios para que nós monitoremos, que a
3047 missão precípua que na concepção do sistema que nós assumamos para nós. Por
3048 isso que eu início dizendo, não fui se eu fui claro, volto a repetir, que uma série de
3049 atores aqui, dignamente representados são diretamente envolvidos com isso.
3050 Então, entre as recomendações está, por exemplo, monitorar o efetivo
3051 cumprimento das recomendações do Mecanismo que tange a liberação dos
3052 recursos do Fundo PEN, nós temos denúncias de que tem policial penal usando
3053 arma que não podia usar dentro do sistema prisional, então é um convite para
3054 matar. Isso é uma coisa, só um exemplo rápido. Segundo, ativa o sistema, eu
3055 acho que é importantíssimo até para não criar problemas ante o (ininteligível) é
3056 importante que a gente mantenha, concordo metodologicamente distinção nas
3057 interlocuções. A ideia de criar um GT, em termos normais a gente faria logo uma

3058 missão, mas é bom criar um Comitê, ir acumulando, para preparar uma missão
3059 depois de vacinados, que é outro tema que a gente quer tratar aqui. Mas é
3060 importante que a DPU aqui representada, a 7ª Câmara que infelizmente não veio
3061 hoje, mas ela pode ser facilmente acionada e acessível, diga como vão os
3062 processos sobre a questão da FTIP. Qual é o problema da FTIP entre outros? Ele
3063 é de ordem legal e metodológica. Como a FTIP ela regimenta pessoas de diversos
3064 estados, ela não está inscrita em nenhuma corregedoria. Então o cidadão que
3065 comete algum evento como já denunciado no Amazonas, denunciados no Ceará e
3066 no Pará, ele não é punido pela sua corregedoria, porque ele não está em território
3067 de ninguém. Então precisa identificar esse caso, é contra a FTIP? Não, não é
3068 contra a FTIP, nós queremos saber o protocolo de uso da força da FTIP que
3069 nunca foi respondido, matéria que o Ministério da Justiça tem que nos ajudar a
3070 responder e nós queremos saber a denúncia daquelas pessoas que foram
3071 denunciadas dentro da FTIP, há quantas andam. Será que eles não foram
3072 promovidos? Era o drama que eu vivia como ouvidor. A gente denunciava um
3073 tenente coronel e depois perdia ele de vista, já virava coronel, ele era premiado, já
3074 não era mais a mesma pessoa. Entendeu? Então eu estou usando esse exemplo,
3075 para dizer que tem umas tarefas que nós precisamos levar como tarefa de casa
3076 sem esquecer de nada que aqui foi encaminhado. E aí, nos prepararmos para
3077 uma missão que tem que ser presencial, e ela não pode ser já, já porque vai
3078 depender também do nosso calendário de vacinação. Nós interrompemos a
3079 missão que fazíamos por causa do agravamento da pandemia e queremos voltar a
3080 falar sobre isso.

3081 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Obrigado Ribamar. A
3082 representante da OAB colocou aqui no chat aqui algumas sugestões, desses
3083 encaminhamentos, então, contando com auxílio aí do AOB e da colega da
3084 Defensoria Pública do Estado de Goiás, talvez uma minuta aí com esses pontos e
3085 me parece prudente que a coordenação geral colocou uma reunião primeiro
3086 apartada, até dentro do que foi colocado pelo Fábio também. Reuniões distintas
3087 ali, o órgão de controle, a fiscalização, enfim. Então poderíamos fazer como

3088 sugestão essa primeira reunião com indicativos de data dia 23, na quarta-feira
3089 com a SEAP. João Lança, os encaminhamentos foram bem registrados aí?

3090 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** - Sim.
3091 Eu vou pegar esse último texto aí da Vitória que está registrado no chat. O chat,
3092 lembrando que o chat ele é incorporado a Ata. E vou fazer aqui então a proposta
3093 colocada de ser apenas a primeira reunião com a SEAP, mantendo aí missão
3094 conjunta... Posso... Vou dar a sugestão de colocar missão conjunta com encontro
3095 com Defensoria, MP e Judiciário, para colocar isso no radar, manter o dia 23/06
3096 reunião com a SEAP e manter 5 dias de prazo...

3097 **Sra. Isabel Costa Limam (Justiça Global)** - João.

3098 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – Sim

3099 **Sra. Isabel Costa Limam (Justiça Global)** - Só uma observação, com essa
3100 ponderação do Ribamar sobre a questão da missão presencial, a gente sabe que
3101 não vai ser possível concretizar em pouco tempo, uma parte importante das
3102 missões também são essas reuniões com as autoridades. Então a gente pode,
3103 mesmo que não consiga concretizar a missão com a ida presencial, que a gente
3104 agende as reuniões com as demais autoridades, seguindo nesse encaminhamento
3105 de primeiro fazer a reunião com a SEAP, que a gente também agende, já marque,
3106 já agende essas outras reuniões com as demais autoridades.

3107 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Exato. Obrigado Isabel. E
3108 até nesse sentido, fazendo as reuniões e uma ação de campo, eu pergunto se a
3109 sugestão de GT, esses membros do GT aqui do CNPCT já poderiam ser os
3110 mesmos membros talvez que participariam dessa ação, quando possível, já lá em
3111 campo, uma missão conjunta, enfim, com outros atores. Então é importante uma
3112 definição de quem seriam esses pontos focais do GT, representantes do CNPCT.
3113 Aí indico quem já tem mais acúmulo com relação a matéria, está acompanhando,
3114 eu acho que pode agregar nesse sentido. Por favor, João Lança.

3115 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – Então
3116 ficou assim. Encaminhamentos, propostas: GT de monitoramento de situação no
3117 Amazonas, retomada das recomendações anteriores do MNPCT no Amazonas,
3118 oficiar as instituições apontadas para responder a porcentagem de
3119 recomendações cumpridas com prazo de resposta de cinco dias, agendar reunião
3120 com a SEAP para o dia 23/06. Requisitar o POP da intervenção do grupo... O POP
3121 do grupo de intervenção penitenciária, convidar para a reunião com SEAP... aqui
3122 ficou, enfim, isso aqui eu vou corrigir. Missão conjunta, CNPCT, MNPCT e CDH,
3123 fazer agenda com Defensoria, MP, Judiciário e Comitê local.

3124 **Sr. Marco Vinicius Pereira de Carvalho (Ministério da Mulher, da Família e**
3125 **dos Direitos Humanos)** - Só lembrando que essa questão da missão conjunta, foi
3126 uma sugestão da Vitória, mas consultando o Mecanismo se seria necessário. Eu
3127 não vi a manifestação do Mecanismo ou dos outros atores aí se julgam pertinente
3128 essas missão conjunta.

3129 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Me parece, Marco, que a
3130 questão da Missão Conjunta ela está um pouco vinculada a essa questão da,
3131 enfim, de condições realmente sanitárias de execução dessa missão conjunta. O
3132 que me parece é isso, inclusive até a Isabel ponderou nesse sentido. A
3133 importância de a gente fazer a reunião com os atores, inicialmente de forma virtual
3134 e depois trabalhar nessa questão desse deslocamento a campo. Dentro das
3135 questões sanitárias.

3136 **Sr. Marco Vinicius Pereira de Carvalho (Ministério da Mulher, da Família e**
3137 **dos Direitos Humanos)** - Perfeito. Por mim e eu sugiro aos colegas do Governo
3138 que a gente apoie essas iniciativas aí gente poder fechar questão nisso aí e
3139 seguir.

3140 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – A única ponderação que
3141 eu faço, eu acho que não precisamos colocar votação porque isso me parece que
3142 tem um consenso. Então não vamos estender, é uma questão que todos

3143 entendem e a decisão do colegiado é uma decisão mais forte quando ela vem
3144 nesse sentido. Então, a única ponderação que eu faço, nós temos que lembrar a
3145 questão do pacto federativo. Eu acho que nós temos que dialogar com o Estado,
3146 mas se apresentarmos imposição muito forte, talvez até nosso diálogo, eu acho
3147 que na gente se perca, por exemplo, com prazos muito curto, enfim. Então a
3148 minha sugestão é de construção de um diálogo lá com as autoridades locais.

3149 **Sr. Marco Vinicius Pereira de Carvalho (Ministério da Mulher, da Família e**
3150 **dos Direitos Humanos)** - Sem dúvida, sem dúvida.

3151 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Então perfeito. João já
3152 tomou lá nota já das questões, eu vou pedir os encaminhamentos da equipe, viu
3153 João?

3154 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** -
3155 Presidente.

3156 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Por favor.

3157 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** - O GT
3158 de encaminhamento, o GT de Monitoramento, vamos definir as pessoas, os
3159 representantes que farão parte desse GT de uma vez.

3160 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – A minha sugestão é,
3161 como disse os colegas da sociedade civil que já tem um acúmulo maior aí sobre a
3162 questão, nós temos aqui representante do Mecanismo o Ribamar também que
3163 vem acompanhando a situação e aí teríamos que definir pela sociedade civil, eu
3164 gostaria de uma manifestação dos colegas, talvez dois representantes, um de
3165 cada órgão para integrar esse GT de monitoramento, por favor. Frei David já
3166 apresentou aqui a manifestação no sentido de acompanhar a situação no
3167 Amazonas. E aí não sei se OAB ou CONECTAS. CONECTAS fez a sugestão
3168 desse ponto na pauta ou a própria OAB que já tem o acúmulo também. E aí deixo
3169 para os colegas aí para registro. Ou se preferirem e fica à vontade para mandar,

3170 ao longo da reunião aqui, comunicarem a nossa coordenação geral sobre o outro
3171 membro além da EDUCAFRO. E pelo governo, Marco, alguma sugestão de algum
3172 dos colegas aí?

3173 **Sr. Marco Vinicius Pereira de Carvalho (Ministério da Mulher, da Família e**
3174 **dos Direitos Humanos)** - Eu não me candidato. Eu já tenho bastante atribuições
3175 aqui e vai ficar complicado acompanhar, mas fica livre aí para os colegas que
3176 estão... Quem sabe aí o Rodrigo, não sei se o Rodrigo pode.

3177 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** - Eu me
3178 coloquei representando a SNPG e obviamente na coordenação aqui, nos
3179 trabalhos administrativos estaremos apoiando e conduzindo.

3180 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Então, podemos deixar
3181 dessa forma inicial, caso necessário a gente altera. João Lança, SNPG e o
3182 Rodrigo, enfim, também nessas atividades pelo Governo. Vitória já manifestou aqui
3183 que o CONECTAS não possa assumir essa função, a OAB já se dispõe, então
3184 AOB e EDUCAFRO, está bem.

3185 **Interlocutora não identificada** – Sávio, só um adendo aqui, o doutor Cristiano
3186 Torquato mandou, sem querer para mim a mensagem, mas eu acho que era para
3187 o grupo, que ele se coloca à disposição.

3188 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Que bom, que bom. Eu
3189 acho que o DEPEN pode nos ajudar bastante aí, tem realmente uma facilidade ali
3190 nessa atuação, então aí o Governo faz esse ajuste ali, ou SNPG, enfim, a gente
3191 faz esse ajuste final. Obrigado. Então, vencido esse ponto de pauta, nós podemos
3192 passar para o próximo ponto, já dentro do prazo: Apreciação do Relatório Anual de
3193 atividades do Comitê. João Lança.

3194 **Sr. Ribamar Araújo (MNPCT)** - Perdão, Sávio. Nós tínhamos mais um ponto de
3195 pauta.

3196 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Ah...

3197 **Sr. Ribamar Araújo (MNPCT)** - É porque o nosso tempo está prejudicado.

3198 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Desculpa, Ribamar, nós
3199 temos mais sete minutos aí do Mecanismo, dentro da previsão. Lembrando que a
3200 pauta aqui que eu tenho está sem a inclusão lá dos pedidos da OAB, com relação
3201 ao ofício, alguns dados sobre o ofício que foi encaminhado ao DEPEN e a questão
3202 da reunião do sistema. Então, mas dentro da previsão ainda tem mais sete
3203 minutos. Por favor, Ribamar.

3204 **Sr. Ribamar Araújo (MNPCT)** – Então, eu passo de imediato a palavra para a
3205 Adriana, saudando essa grande companheira que ao longo desses últimos três
3206 anos ajudou a carregar esse Mecanismo com muita dedicação, muito
3207 compromisso e muita competência, que lhe é peculiar. Fazendo disso também o
3208 nosso agradecimento a ela e a Tarsila que representou esse grupo, que finda o
3209 mandato simbolicamente hoje. A Adriana integra um grupo de monitoramento das
3210 recomendações, que é um ponto que faz um link com isso que acabamos de
3211 discutir. Então, sem demoras, Adriana, por favor.

3212 **Sra. Adriana** – Sim, obrigada Ribamar, bom dia cada um e cada uma dos
3213 representantes desse Comitê e aos convidados. Na verdade nós, desde final do
3214 ano de 2018 tínhamos uma equipe que hoje já não está mais no Mecanismo e aí
3215 também por isso a importância de a gente trazer esse resgate porque daquele
3216 período, eu foi a única que ainda participo até o momento, mas a ideia é que a
3217 gente começou a discutir, considerando que... E aí todo mundo sabe, o
3218 Mecanismo já fez mais de 207 inspeções das instituições de privação de liberdade
3219 e se vê sempre desafiada simultaneamente, fazer as visitas regulares, que é a
3220 nossa função precípua e ao mesmo tempo, construir e executar estratégias para
3221 acompanhamento no nível de implementação dessas recomendações, que é o
3222 ponto inclusive aí do Amazonas. Então, no final do ano de 2018, nós elaboramos
3223 uma minuta que a ideia seria uma Resolução interna do Mecanismo nacional de
3224 prevenção e combate a tortura, sob a elaboração de recomendações. Durante a
3225 discussão dessa minuta, me chamava atenção porque pela própria lei que cria o

3226 sistema, isso já foi resgatado também no ponto do Amazonas, nós temos em
3227 diferentes níveis de responsabilidades atribuições em relação a formulação e
3228 monitoramento sobretudo das recomendações, aí tanto o Mecanismo quando o
3229 Comitê. Então nós paramos com a discussão porque não houve um entendimento
3230 de possibilidades do Mecanismo levar adiante essa pauta, já que o monitoramento
3231 era uma atribuição compartilhada entre esses dois órgãos do sistema e veio
3232 aquele lapso temporal que o Comitê ficou sem funcionar, quando retomou depois
3233 de quase nove meses, as atividades, pautas prioritárias foram entrando, o tempo
3234 depois da pandemia reduziu, essa pauta acho que veio em alguns momentos, mas
3235 a gente não conseguiu levar adiante, pelo pouco tempo, ficou muito escarço o
3236 tempo, mas gostaríamos de retomar no sentido de propor que se criasse no
3237 Comitê Nacional de Prevenção e Combate a Tortura, onde a gente pudesse, a
3238 gente no sentido de dizer. Vocês, os representantes que ficam do Mecanismo,
3239 com o Comitê Nacional, uma Resolução conjunta para não só pensar, definir
3240 formas estratégias de monitoramento das recomendações do Mecanismo, mas
3241 também, como construir colaborativamente, participativamente essas
3242 recomendações. Porque uma coisa também que me chama atenção desde o
3243 início, no Mecanismo é que muitas vezes ao final da missão, nós elaboramos as
3244 recomendações sem ouvir os atores que estão já inseridos naquela situação e
3245 conhecem mais do que nós, que vamos em uma missão, por mais que a gente
3246 faça levantamento de dados, a gente não conhece muitas vezes o que já foi
3247 tentado, o que não deu certo. Então como essas recomendações, de fato, se
3248 transformarem em propostas de políticas públicas que influenciem em legislações
3249 de garantia de direitos, de ampliação de direitos. Então a proposição que a gente
3250 faz é de que seja constituído um grupo de trabalho, nós já temos um ponto de
3251 partida de discussão, que essa minuta iniciada, ela foi pensada inicialmente muito
3252 para construir recomendações, mas ela também avança um pouco nesse
3253 momento que a gente diz da importância de trabalhar coletivamente o
3254 monitoramento que o Mecanismo não dá conta de fazer sozinho e, por lei, não é
3255 responsabilidade apenas dele. E lendo recentemente as Atas do Mecanismo, eu
3256 observei que o Comitê Nacional de Prevenção e Combate a Tortura, no início da

3257 sua atuação também tinha muito claro essa preocupação do que vamos fazer com
3258 tantas recomendações, como vamos monitorar e implementar isso. E foi
3259 contratada uma consultoria na época, no PNUD, mas as datas não ficam
3260 registrados, quais foram os produtos dessa consultoria. O que a gente sabe e no
3261 Mecanismo também a gente tem isso, é um banco de informações, um banco de
3262 dados de recomendações do Excel. Provavelmente isso veio dessa consultoria,
3263 mas é isso, a gente teria que lançar as informações, mas o gente faz, quais são as
3264 estratégias para operacionalizar? Então a ideia é que a minuta desses parâmetros
3265 tanto para elaboração de forma mais participada, envolvendo os atores locais e os
3266 outros atores do sistema e, sobretudo, como se faz esse monitoramento do nível
3267 de implementação dessas recomendações e mantenham elas na pauta de todos
3268 os conselhos que discutem políticas afetas ao sistema de privação de liberdade,
3269 seja socioeducativo, seja sistema de pessoa idosa, pessoa presa, enfim, que a
3270 gente pudesse fazer esse alcance. A minuta a gente já tem para disponibilizar
3271 como ponto de partida e aí fica uma proposta. Obrigada.

3272 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Obrigada Adriana, Tarsila
3273 também, já aproveito para fazer o registro com as duas aí, já tive a oportunidade
3274 de acompanhá-las na atividade em campo, enfim, sei do compromisso das duas
3275 com a atividade, então vocês deixam esse registro aí no âmbito do Mecanismo. O
3276 colega Ribamar que hoje coordena junto com a Bárbara, certamente está fazendo
3277 uma anotação mais precisa dessas observações para gente não perder isso no
3278 âmbito do Mecanismo e dar sequência a esse belo trabalho que vocês fizeram.
3279 Então, pergunto ao colega Ribamar, se finalizamos, nesse sentido, a pauta do
3280 Mecanismo ou se ainda existe mais algum ponto.

3281 **Sr. Ribamar Araújo (MNPCT)** – Na verdade eu estou meio constrangido porque
3282 nós acabamos avançando no tempo, mas um ponto fundamental que a gente
3283 queria propor e aí a gente pode construir ganhando um tempo, um GT que
3284 aceitando essa proposta, possa dar conta disso. É que a exemplo do que fazemos
3285 há diversos anos, nós temos uma proposta para a celebração, dizendo,
3286 celebrando no sentido positivo e negativo, porque celebração vale para celebrar a

3287 morte como para festejar as vitórias, O Dia Internacional de Apoio às Vítimas da
3288 Tortura que é esse mês. E a exemplo de anos passados, nós teríamos uma
3289 proposta que vai levar um tempo para discutirmos aqui. Eu queria propor o
3290 seguinte encaminhamento, que é uma tradição desse Comitê e esse Comitê tem
3291 esse espaço de formulação de políticas públicas também, de manter viva a
3292 memória desse Dia Internacional de Combate a Tortura, a exemplo do que faz os
3293 mecanismos ao redor de todo mundo. Então, que a gente pudesse aprovar a ideia
3294 e construir um grupo que trabalha isso. E aí a gente ganha tempo arremetendo
3295 essa proposta para o grupo, no qual eu já me incluo, de antemão. Porque nós
3296 poderíamos, Mecanismo fazer somente, nós temos uma proposta, mas é
3297 simbólico fazer ativando o sistema, tanto em nível nacional também. Os comitês
3298 que existem, os mecanismos que existem, oxalá, como já é o final do mês e a
3299 gente pudesse celebrar a chegada das novas peritas e isso seria um momento de
3300 celebração de luta e conquistas no avanço desse sistema nacional de prevenção e
3301 combate a tortura.

3302 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global) -**
3303 Presidente.

3304 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa) –** Por favor, João Lança.

3305 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global) -** Eu
3306 estou preocupado com o andamento da pauta e temos questões aqui
3307 administrativas estratégicas para tratar sobre o Comitê. E tendo em vista essa
3308 colocação do Ribamar que é importante, sugiro que a gente coloque essa
3309 discussão na hora que definirmos aqui a data do sistema, quando vamos discutir
3310 sobre a próxima reunião do sistema. Como teve a proposta de que... Uma
3311 proposta de ser no dia, ainda que não seja nesse dia a reunião anual do sistema,
3312 a gente inclui essa discussão da ideia que ele apresenta e a gente encaminha.

3313 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa) –** Perfeito. Como bem
3314 lembrado pelo João Lança, teve um pedido ontem de inclusão na pauta sobre a

3315 questão da reunião do sistema, lembrando que desde 2018 essa reunião não é
3316 realizada, então como é uma previsão legal, realmente nós temos que retomá-la.
3317 Não sei, viu, Ribamar, se dentro do curto prazo aqui será possível, inclusive até
3318 registrei para OAB que o dia 26 caia no sábado. Então nós temos que pensar uma
3319 data até, considerando que dois anos sem realização da reunião e mobilizar esses
3320 atores. Então a coordenação vai apresentar algumas sugestões. Então, dando
3321 sequência na pauta...

3322 Presidente.

3323 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa) – Quem fala?**

3324 Eu, João.

3325 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa) – João Lança, por favor.**

3326 Eu vou compartilhar a pauta aqui porque eu queria colocar para o Comitê, para o
3327 plenário alguns pontos que influíram no andamento das atividades do Comitê,
3328 poderão influir para gente administrar então na pauta. Eu projetei aqui a pauta do
3329 dia 11/06/2021, hoje. Nós vencemos aqui o ponto 2, nós temos aqui a
3330 apresentação do relatório anual de atividades e em seguida a reunião
3331 extraordinária do SNPCT e temos aqui a solicitação de informações apresentada
3332 pela RENILA. Com relação ao relatório de atividades, a minha sugestão é que a
3333 gente passe primeiro por esses informes aqui que vão gerar aí uma consulta ao
3334 Comitê sobre algumas... Sobre a continuidade dos trabalhos, principalmente tendo
3335 em vista a prorrogação do mandato dos membros. Então, eu tinha separado aqui
3336 na área de lembrete, decisão da recondução dos peritos, informar, já foi informado
3337 aqui sobre isso, orçamento eu vou compartilhar aqui o orçamento de 2021, eu
3338 preciso de mais tempo para colher as informações dos demais anos e será
3339 enviado para os membros via e-mail e aí sobre a duração dos mandatos dos
3340 membros da sociedade civil no CNPCT. Por que discutir isso, uma vez que
3341 havendo um acordo, que nós vamos apresentar, pode ser que nós ganhemos aí
3342 mais tempo para uma reunião ordinária. E a proposta é fecharmos um acordo

3343 entre o plenário de consideramos aí a extensão do mandato a data de passe, o
3344 mandato iria até 8 e 9 de outubro, teríamos então mais uma reunião ordinária em
3345 agosto, teríamos a reunião do sistema com a composição do CNPCT
3346 consolidadas, sem questionamento, sem dúvidas. Teremos as reuniões da mesa
3347 diretora, duas reuniões, uma de gestão e uma de encaminhamento de pauta.
3348 Teremos essa reunião do GT de monitoramento do Amazonas. Então, para dizer
3349 que as atividades terão um fluxo considerável, continuarão, dizer também que
3350 teremos o edital da sociedade civil, com reuniões da comissão eleitoral, com o
3351 trabalho aí constante das entidades para juntar documentação e aí a proposta é
3352 que a gente consolide então esse calendário ordinário fazendo um acordo de que
3353 não haja reuniões extraordinárias em relação ao calendário ordinário das plenárias
3354 e convocaríamos então, a próxima reunião ordinária, além dessas outras que eu
3355 disse. E no dia 20 de outubro que seria a reunião ordinária subsequente, número
3356 os já teríamos condições de dar posse aos novos membros, perante o edital,
3357 ganharíamos inclusive, temo, um tempo maior para isso, para garantir essa posse
3358 e aí os trabalhos continuariam de modo, os trabalhos ordinários aí nas nossas
3359 reuniões continuariam de modo fluido sem hiatos. Essa é a proposta.

3360 **Sr. Marco Vinicius Pereira de Carvalho (Ministério da Mulher, da Família e**
3361 **dos Direitos Humanos)** - Eu posso falar sobre isso um pouquinho, gente?

3362 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Só um momento aqui,
3363 Marco, já passo na sequência. Obrigado João Lança, realmente você sempre
3364 muito preciso na sua organização, nos apresentou aqui que nós temos realmente
3365 uma pauta extensa. Então esse cronograma que você apresentou atenderia uma
3366 solicitação da sociedade civil com relação ao exercício completo do prazo de
3367 mandato. Então, eu acho que essa demonstração aí desse cronograma eu acho
3368 que ele foi bem preciso aí para gente. Passo a palavra para o Gabinete da
3369 Ministra. Marco.

3370 **Sr. Marco Vinicius Pereira de Carvalho (Ministério da Mulher, da Família e**
3371 **dos Direitos Humanos)** – Só queria pondera, reforçando o que o João falou,

3372 ontem eu despachei com a Ministra sobre esse assunto, da questão do mandato
3373 que se interromperia, se finalizaria agora no mês de junho, mas nós teríamos mais
3374 reuniões e não teríamos a finalização do processo seletivo. Então teríamos aí uma
3375 interrupção do trabalho, uma solução de continuidade de trabalhos e a ministra
3376 ela, entendendo essa situação, ela pediu que eu reportasse aos colegas que
3377 vamos tomar então como base a data efetiva da posse, que se eu não me engano,
3378 foi lá dia 08 de outubro. Então não teríamos um problema com relação à questão
3379 do mandato da sociedade civil porque ele vai até ao mês de outubro. E aí,
3380 basicamente por conta dessa questão da gente não prejudicar os trabalhos, o
3381 andamento dos trabalhos e não ter essa solução de continuidade. Então, essas já
3382 é uma situação pacificada no Gabinete, em que pese um parecer da CONJUR, eu
3383 particularmente não me recordo de ter lido esse parecer, mas temos entre aquilo
3384 que poderia ocorrer, em tese e entre a situação de fato que é a interrupção dos
3385 trabalhos, nós optamos por manter e sugerimos que assim seja e que os trabalhos
3386 sejam mantidos e sejam continuados. Então a sociedade civil atual, que compõe o
3387 Comitê atual, tem o seu mandato, não se fala nem em prorrogação, mas o
3388 entendimento é de que os mandatos se encerram apenas lá no mês de outubro.
3389 Está bem? Só essa contribuição que eu queria dar e esse esclarecimento.

3390 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Agradeço Marco, pela
3391 informação, informação relevante no sentido de continuidade dos trabalhos sem
3392 interrupção. Então eu agradeço essa informação e a confirmação do gabinete.
3393 Vejo aqui, parece que tem uma inscrição da Vitória, antes de passarmos para o
3394 próximo ponto de pauta. Vitória, por favor.

3395 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da Ordem de Advogados do**
3396 **Brasil)** – Obrigada Sávio. Depois de mim, eu acho que o Frei também quer falar,
3397 só para deixar registrado já. Marco, eu agradeço essa interlocução com a Ministra,
3398 o Conselho Federal da OAB não se opõe a essa sugestão, nós somos da opinião
3399 de que se puder manter o nosso mandato até outubro com o respeito do
3400 calendário anual que foi aprovado na nossa reunião, seria excelente. Eu trago aqui
3401 um ponto de preocupação do Conselho Federal, já conversei com o próprio

3402 presidente do Conselho e com as comissões é que do jeito que o edital foi posto,
3403 excluiria o Conselho Federal da Próxima eleição, porque contrariando a legislação,
3404 que prevê que o mandato ele é do representante e não da instituição, tanto é que
3405 quando o representante falta a três reuniões consecutivas e facultado a instituição
3406 mudar o representante e não a instituição, a instituição não perde o seu mandato.
3407 Do jeito que foi posto no edital, nós temos que o Conselho Federal e outras
3408 instituições importantes que hoje compõe o nossos comitê, como o Conselho
3409 Federal de Psicologia, RENILA, CONECTAS, Justiça Global, nós não poderíamos
3410 concorrer no próximo edital porque nós já estamos no nosso, digamos, terceiro
3411 mandato. O Comitê... Esses... O Comitê já está no seu terceiro mandato e
3412 Conselho Federal da OAB compõe o Comitê desde o início, desde a criação.
3413 Então essa é a nossa preocupação é que o nosso aceite estaria condicionado a
3414 exclusão desse Artigo no edital. Porque é um Artigo que não segue a legislação
3415 pertinente, que na verdade altera a legislação quando vincula o mandato a
3416 instituição e não ao representante, sabemos que é o representante que não pode
3417 ficar mais do que dois biênios no Comitê e não a instituição, a instituição pode
3418 compor o Comitê internamente, se quiser. Então nós estaríamos dispostos a
3419 aceitar esse acordo se o governo pudesse rever esse Artigo do edital, porque não
3420 sei se traria muito problema para o governo em si, porque não sei se é um Artigo
3421 específico que foi observado, que foi proposital ou que foi um descuido, mas
3422 enfim, permaneço aberta ao diálogo.

3423 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Ok. Obrigado Vitória. Eu
3424 não vi aqui a inscrição do Frei, mas em um registro aqui no chat aqui da Adriana
3425 sobre a ponderação que foi feita do GT, do GT de monitoramento. Eu acho que a
3426 proposta anterior lá, na redação da Vitória contemplava essa questão do GT de
3427 monitoramento, inclusive, os próprios representantes podem ser os que irão a
3428 campo acompanhar o desdobramento. Se for isso, atendeu, viu Adriana? Talvez
3429 esse ponto já tenha sido contemplado.

3430 **Sra. Adriana** - Sávio, só uma licença rápida. É só que eu estava entendendo
3431 inicialmente que era específico da situação da crise do Amazonas e nesse caso é

3432 mais amplo, é que a gente pudesse ter isso como diretrizes para todas as
3433 missões. No Pará foi a mesma coisa, nesse colegiado foram aprovadas várias
3434 recomendações, vários encaminhamentos e não foram a diante. Então a ideia é
3435 que se tivesse um GT que pudesse trabalhar isso de forma mais orientada para
3436 ações futuras, não só o Amazonas.

3437 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Está bem. Então seria
3438 um GT quase que permanente. Então nós temos que pensar nisso aí realmente,
3439 porque tem um... A execução desse GT permanente é um pouco distinta dessa
3440 pontual e com prazo lá do Amazonas.

3441 **Interlocutora não identificada** – Não, era para fazer a minuta de Resolução, uma
3442 Resolução. A ideia do GT era construir uma Resolução sobre como o
3443 monitoramento vai se dar a partir de agora.

3444 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Está bem. Então eu vou
3445 pedir para coordenação tomar nota também dessa sugestão. Eu estou vendo aqui
3446 a mão, eu não sei se a Vitória não abaixou a mão ainda da última fala. Eu vou
3447 passar a palavra para o colega Marco, do Gabinete, sobre a ponderação da
3448 Vitória.

3449 Bom, pelo o que eu sei de documentos que vieram da SNPG para nós, aí essa
3450 confecção do edital ela é feita pela SN... Estão me ouvido? É que para mim
3451 fechou...

3452 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Pode continuar que...

3453 **Sr. Marco Vinicius Pereira de Carvalho (Ministério da Mulher, da Família e**
3454 **dos Direitos Humanos)** - A confecção do edital é feita pela SNPG, eu até
3455 ponderei com o João aqui essas situação, ele falou que tinha um parecer da
3456 CONJUR de 2018 falando sobre a questão dos mandatos das entidades e foi com
3457 base nisso que eles fizeram essa questão. E talvez o João, como eles, a
3458 coordenação e a SNPG que é, até a prerrogativa de fazer esses editais e de

3459 mandar as minutas para o gabinete, talvez seja melhor ele explicar essa situa o
3460 para que a gente possa levar a discussão. Agora, sobre o outro ponto que foi
3461 falado ali da questão dessa Resolução aí, do GT eu falo depois, vamos por parte.

3462 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Ok. Obrigado Marco. O
3463 Marco realmente lembrou uma questão que esse debate ele não é um debate
3464 novo, que a Vitória colocou aqui. Então eu não lembro, realmente se em 2018 teve
3465 uma consulta ao órgão de assessoramento jurídico relacionado a esse tema, se o
3466 mandato estava vinculado à pessoa, a organização, então, enfim, passo a palavra
3467 para o João Lança, da coordenação geral.

3468 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** –Sim.
3469 Eu mandei no chat aqui, no registro histórico do edital passado, nós buscamos a
3470 minuta do edital passado e no registro histórico houve uma consulta do próprio
3471 Comitê a CONJUR e um dos pontos era essa questão, há um outro entendimento,
3472 uma outra linha de entendimento que a CONJUR colocou, baseado inclusive em
3473 uma faculdade que o Regimento Interno dá as entidades de pedir a troca a
3474 qualquer momento dos representantes de que, então, pertencem as entidades.
3475 São as entidades que seriam eleitas e elas tem essas prerrogativa de modo que o
3476 mandato está vinculado às entidades e o parecer da CONJUR opinou nesse
3477 sentido, eu enviei aqui no chat.

3478 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Eu vou pedir para
3479 compartilhar o parecer, João, eu não sei se já foi lá para o driver lá.

3480 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – Ah,
3481 espera aí, pessoal, eu enviei mensagem direta aqui para Frei, estou colocando
3482 aqui para todos.

3483 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Compartilhar com os
3484 colegas para análise específica disso aí. Também, parece que foi representante
3485 do Ministério da Cidadania, perdeu a conexão e estava pedindo para retornar. Eu
3486 não sei se já foi autorizado o retorno do representante.

3487 **Interlocutor não identificado** – Obrigado Sávio, eu já retornei. Obrigado.

3488 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Perfeito. Bom, então
3489 esse é o parecer de 2018.

3490 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – Hum
3491 hum.

3492 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Que trata do assunto.

3493 **Sr. David Raimundo Santos – (Francisco de Assis Educação, Cidadania,
3494 Inclusão e Direitos Humanos – FAECIDH)** – Eu estou inscrito.

3495 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Eu vou pedir, após
3496 análise dos colegas, que, enfim, apresentem depois uma análise para que possam
3497 apresentar uma questão mais pontual. Na sequência, Frei David.

3498 **Sr. David Raimundo Santos – (Francisco de Assis Educação, Cidadania,
3499 Inclusão e Direitos Humanos – FAECIDH)** – Isso. Primeiro, na pessoa do Marco,
3500 parabenizar aí o Ministério por ter encaminhado com muita maestria e
3501 tranquilidade, uma demanda do Comitê que parecia ser uma demanda que ia dar
3502 muita dor de cabeça, mas a sensibilidade, e o bom senso, e o bem comum e a
3503 visão republicana encaminhou de maneira nobre, eu quero parabenizar você.
3504 Ponto dois, nós, ao entregar ao Conselho Nacional do Ministério Público ao
3505 documento ao ARAS denunciando o problema, o abandono do controle das
3506 polícias no Amazonas e no Brasil, a equipe dele... E falei para ele também que
3507 iria, na reunião de hoje, entregar a vocês esse ofício, denunciando a vocês que
3508 denunciamos ao ARAS a falta do funcionamento sério do Comitê de Controle das
3509 Atividades Policiais. Então, eles me pediram, por favor e eu estou repassando
3510 para vocês, para mandar a reunião de hoje, a gravação da reunião de hoje para
3511 eles. Eu falei que isso é um trabalho público, é um serviço público e com certeza a
3512 gente iria disponibilizar para eles até o dia 13 agora desse mês. E se houver
3513 algum obstáculo, me avisem definindo que data pode liberar esta gravação da

3514 reunião para o Comitê Nacional do Ministério Público. E dizer que hoje eu estou
3515 sentindo a reunião muito boa, muito leve, muito pró ativa com resultados
3516 concretos. Estou admirado e parabéns para todos nós.

3517 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Obrigado Frei. Dia 13 é
3518 domingo, não é? Como regra frei, essa documentação ela é disponibilizada após a
3519 degravação. Então acho que deveríamos entrar em contato com os colegas lá e
3520 solicitar esse prazo de degravação e disponibilização, até para evitar, enfim,
3521 informações dispares. Então eu pergunto para a coordenação qual é esse
3522 procedimento administrativo, um procedimento administrativo. E parece que
3523 depois do Frei não em mais ninguém inscrito. Eu vi algumas manifestações aqui,
3524 mas pelo o que eu entendi, nenhum pedido de inscrição. Se tiver, eu peço para
3525 colocar bem claro no chat para gente não se perder. Está bem? Por favor, João
3526 Lança.

3527 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** -
3528 Presidente, sobre essa questão da Ata, eu até compartilho aqui uma dúvida. Nós
3529 temos a gravação, essa gravação tem o áudio, a gente pode destacar o áudio do
3530 vídeo e fazemos um sumário executivo, com os encaminhamentos para que a
3531 gente possa dar segmento. E aí a gente manda para a empresa que faz a
3532 degravação, pega o áudio o vídeo e o chat e transforma no documento da Ata
3533 completa. Essa Ata completa enquanto Ata ela é válida para fins oficiais depois
3534 que a própria plenária a aprova. De modo que eu consulto ao plenário, se o
3535 plenário entende válida repassar para fins oficiais, para órgãos terceiros o áudio, a
3536 degravação ainda não aprovada para fins de análise.

3537 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Compreendi, João.
3538 Realmente hoje, na reunião de hoje nós aprovamos a reunião anterior. Então, Frei,
3539 questiono, podemos, dentro desse procedimento encaminharmos para os colegas
3540 do Conselho do Ministério Público, correto?

3541 **Sr. David Raimundo Santos – (Francisco de Assis Educação, Cidadania,**
3542 **Inclusão e Direitos Humanos – FAECIDH) –** Isso. Correto.

3543 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa) –** Após a aprovação do
3544 plenário a gente já faz o encaminhamento aqui de encaminhamento por ofício, ou
3545 se a própria EDUCAFRO resolver passar, enfim de forma individual a gente...

3546 **Sr. David Raimundo Santos – (Francisco de Assis Educação, Cidadania,**
3547 **Inclusão e Direitos Humanos – FAECIDH) –** Informal.

3548 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa) –** Isso, a gente pode
3549 entregar para EDUCAFRO, passar e...

3550 **Sr. David Raimundo Santos – (Francisco de Assis Educação, Cidadania,**
3551 **Inclusão e Direitos Humanos – FAECIDH) –** Pronto.

3552 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa) –** Perfeito?

3553 **Sr. David Raimundo Santos – (Francisco de Assis Educação, Cidadania,**
3554 **Inclusão e Direitos Humanos – FAECIDH) –** Boa solução, Sávio. Boa solução.
3555 Resolveu.

3556 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa) –** Então já fica como
3557 registro, João Lança. Assim que for aprovado pelo plenário, a gente disponibilizar
3558 para a EDUCRAFO e a EDUCRAFO adotará as medidas que entender pertinente.

3559 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global) –**
3560 Luana, eu peço que registre isso como encaminhamento aí simples aí, para que a
3561 gente possa constar na planilha do sumário, monitoramento os encaminhamentos
3562 para que lembremos, certamente.

3563 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa) –** Bom, então podemos dar
3564 sequência.

3565 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da Ordem de Advogados do**
3566 **Brasil)** – João, Sávio, por favor, uma questão de ordem. Porque eu estou lendo
3567 aqui o parecer que o João mandou e ele é frontalmente contrário ao entendimento
3568 que tem sido apresentado agora nessa reunião. A CONJUR ela é específica
3569 dizendo que o mandato... Que não há qualquer óbice jurídico na participação de
3570 entidades mencionadas para o chamamento... Aconselho aqui que todos leiam
3571 para gente acompanhar essa discussão.

3572 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – Qual
3573 que é o item.

3574 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da Ordem de Advogados do**
3575 **Brasil)** – É o 24, João, 23 e 24.

3576 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – Só
3577 um momentinho.

3578 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da Ordem de Advogados do**
3579 **Brasil)** – Não há qualquer previsão que vincule a vedação de recondução as
3580 entidades e sim aos mandatos dos representantes em todos os momentos que a
3581 matéria for objeto de regulamentação ou preocupação do legislador em prever
3582 expressamente a imitação da recondução ao representante e não a entidade
3583 representada.

3584 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Eu confesso Vitória, eu
3585 confesso que eu não fiz análise ainda desse documento, como foi um documento
3586 até antigo, talvez dentro daquele excesso de atividades isso passou sem um
3587 cuidado maior.

3588 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da Ordem de Advogados do**
3589 **Brasil)** – Sim, Sávio, eu só estou pontuando aqui porque talvez já resolva o nosso
3590 problema do edital já que há um histórico do governo se apoiar nos editais da
3591 CONJUR, claro para depois não sofrer nenhuma questão judicial ou

3592 administrativa, esse parecer da CONJUR aqui ele é bem específico no parágrafo
3593 que consta aqui da recondução. Então do 21 ao 24 ele fala expressamente que a
3594 pessoa não pode ocupar três cargos seguidos, inclusive, se ela mudar de
3595 instituição. Então se eu estou hoje no Conselho Federal da OAB, já estou na
3596 minha recondução aqui, mas se no próximo biênio eu for para CONECTAS, eu
3597 não posso compor o Comitê, porque eu estaria no meu terceiro mandato, mas
3598 aqui, na parte da recondução fala expressamente que a vedação é ao
3599 representante e não a entidade. No parágrafo 23 e 24, pelo meu entendimento,
3600 pelo o que pude entender aqui, até peço aí par as colegas e para os colegas da
3601 área jurídica, se puderem me ajudar. O João mandou aqui o parecer no chat. E
3602 acredito que isso acaba dirimindo essa dúvida do edital.

3603 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – Hum
3604 hum. Vitória, eu estou lendo aqui e li a mesma coisa que você, tenho aqui a
3605 interpretação da titularidade dos mandatos serem das entidades, não é?

3606 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da Ordem de Advogados do**
3607 **Brasil)** – Isso.

3608 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – Nos
3609 itens 13 a 20 e quando trata da recondução em específico, em que pese o item
3610 anterior sobre titularidade, a CONJUR opina desse modo que você colocou.

3611 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da Ordem de Advogados do**
3612 **Brasil)** – Perfeito João, foi o entendimento que eu tive mesmo, quando estava
3613 tratando a titularidade, eu pensei inclusive que a CONJURalaria que não poderia
3614 a instituição vir pela terceira vez, mas quando fala da recondução expressamente,
3615 analisando novamente a nossa Lei Federal, o nossos Decreto e o nosso
3616 Regimento Interno a CONJUR opina que não haveria problema na recondução...
3617 No terceiro mandato da instituição.

3618 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** –
3619 Diante disso...

3620 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – João Lança, como
3621 encaminhamento então a minha sugestão é, outros colegas apresentaram aqui
3622 que fizeram a mesma leitura, o Walber também da DPU, enfim, então, diante
3623 dessa leitura uniforme, a minha sugestão então fica como encaminhamento uma
3624 devolução para a Coordenação Geral e para o Gabinete para verificar sobre a
3625 reavaliação desse ponto aí, com base no parecer da consultoria jurídica e aí,
3626 enfim, aí tem todos os desdobramentos. João, você...

3627 **Sr. Marco Vinicius Pereira de Carvalho (Ministério da Mulher, da Família e**
3628 **dos Direitos Humanos)** - Sávio, eu concordo com isso, eu também estou lendo
3629 isso aqui agora, mas eu gostaria já de assumir o compromisso do gabinete aqui de
3630 a gente fazer essa releitura bem rápida e resolver essa questão. Eu vou pedir ao
3631 João e aí a sua coordenação que também faça essa análise. Eu, em tese, eu
3632 estou entendendo que a Vitória está, de início assim, de uma maneira de uma lida
3633 bem rápida, eu estou entendendo isso que a Vitória está falando, mas me
3634 comprometo a esmiuçar isso aqui de uma maneira mais detida, ainda hoje e a
3635 gente resolver essa questão. Me comprometo a fazer isso.

3636 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da Ordem de Advogados do**
3637 **Brasil)** – Marco, se eu puder sugerir que a gente continue tratando disso fora da
3638 plenária, que a gente sabe que a nossa próxima plenária é em agosto.

3639 **Sr. Marco Vinicius Pereira de Carvalho (Ministério da Mulher, da Família e**
3640 **dos Direitos Humanos)** - Está bem, sem problemas, sem problemas.

3641 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da Ordem de Advogados do**
3642 **Brasil)** – E aí eu sugeriria novamente, se o Gabinete da Ministra não se opor a
3643 retirar esse item do edital, então eu não sei como funciona porque eu não sou da
3644 administração pública, mas assim, revogar esse item, retirar...

3645 **Sr. Marco Vinicius Pereira de Carvalho (Ministério da Mulher, da Família e**
3646 **dos Direitos Humanos)** - Vai ter que haver uma republicação com a retificação
3647 do edital, no caso, entendeu?

3648 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da Ordem de Advogados do**
3649 **Brasil) –** Isso.

3650 **Sr. Marco Vinicius Pereira de Carvalho (Ministério da Mulher, da Família e**
3651 **dos Direitos Humanos) -** Mas eu me comprometo a tratar disso aí. Podemos falar
3652 sobre isso ainda hoje, Vitória?

3653 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da Ordem de Advogados do**
3654 **Brasil) –** Sim. Por favor. Aí o Conselho Federal da OAB não se opõe a fazermos
3655 apenas mais uma reunião ordinária e a não chamarmos também extraordinárias,
3656 nos termos que o João colocou. Claro que eu não posso falar pela sociedade civil
3657 inteira, mas a minha recomendação é essa para os colegas também.

3658 **Sr. Marco Vinicius Pereira de Carvalho (Ministério da Mulher, da Família e**
3659 **dos Direitos Humanos) -** A nossa postura aqui do Gabinete sempre tem sido de
3660 preservar aquilo que é justo, aquilo que a legalidade e a gente não vai sair dessa
3661 linha, está certo? Então, volto a dizer, nós vamos olhar isso, eu converso... Se
3662 Vitória, nesse sentido puder falar por todos os representantes da sociedade civil, o
3663 meu contato vai ser com Vitória hoje ainda para resolver essa questão. Podemos
3664 acordar assim?

3665 **Sr. David Raimundo Santos – (Francisco de Assis Educação, Cidadania,**
3666 **Inclusão e Direitos Humanos – FAECIDH) –**Tranquilo por parte da EDUCAFRO.
3667 Tranquilo, você e Vitória.

3668 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global) –**
3669 **Presidente, Marco, Vitória,** eu coloco para questão de condução do edital, se caso
3670 essa retificação seja encaminhada, tudo bem Vitória mantermos o mesmo prazo
3671 de inscrições?

3672 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da Ordem de Advogados do**
3673 **Brasil) –** Sim, João. É 4 de julho, é isso?

3674 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – 8 de
3675 julho o último dia.

3676 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da Ordem de Advogados do**
3677 **Brasil)** – 8 de julho? Eu não me oponho, eu já informei ao Conselho Federal para
3678 fazer a nossa inscrição, por mim, pelo Conselho Federal da AOB, que é com quem
3679 eu falo aqui, eu não me imponho.

3680 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – Ok.

3681 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Então agradeço todas as
3682 ponderações, acho que nós temos um consenso aí de encaminhamento e a busca
3683 da retificação desse ponto que passou batido. Então, já passo para o próximo
3684 ponto que nós já temos um atraso aqui na pauta até para não prejudicar o restante
3685 da reunião de hoje. Então, João Lança, o relatório anual de atividade do CNPCT e,
3686 por fim, antes do encerramento os dois pontos solicitados pelo Conselho Federal
3687 da OAB.

3688 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – Hum
3689 hum. O relatório, precisaremos compartilhar.

3690 **Interlocutora não identificada** – O relatório foi para o drive João?

3691 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – Foi.

3692 **Interlocutora não identificada** – Obrigada.

3693 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – Está
3694 Relatório CNPCT 2019 e 2020. 2019 não houve um relatório específico e aí, tendo
3695 em vista que se iniciou ali em outubro, nós reunimos o restante 19 com 2020.
3696 Vocês estão acompanhando?

3697 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Sim. Visualizando.

3698 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – Isso.
3699 Melhor dizendo, visualizando.

3700 **Sra. Luana** - João, desculpa. Esse daí você baixou agora do drive, essa versão aí
3701 do relatório?

3702 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – Eu
3703 baixei ontem todos os documentos para que eu possa compartilhar.

3704 **Sra. Luana** - Ah, está bem. Eu ia pedir para que se você puder fazer, porque hoje
3705 de manhã eu dei uma realizada no relatório porque não tinha atualizado ainda as
3706 representações, se você puder baixar o que está no driver, porque aquele lá eu
3707 atualizei agora cedo.

3708 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** –
3709 Então, você tem facilidade, está com ele fácil aí?

3710 **Sra. Luana** – Estou sim, eu ou te passar.

3711 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – Me
3712 manda aqui no chat. Até para todos os colegas saberem dessa minuta.

3713 **Sra. Luana** – Ok.

3714 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – Estou
3715 abrindo aqui a última versão com as alterações que a Luana coloca. Agora ficaram
3716 dois abertos aqui, deixa eu identificar qual que é. Agora vai dar. Frei, eu vou pedir
3717 para você mutar o seu áudio por favor.

3718 **Sr. David Raimundo Santos – (Francisco de Assis Educação, Cidadania,**
3719 **Inclusão e Direitos Humanos – FAECIDH)** –Pois não.

3720 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Em que pese, o som é
3721 muito agradável, viu Frei, mas talvez tire o foco de algum dos colegas aí, então se
3722 puder fechar o áudio durante a apresentação.

3723 **Sr. David Raimundo Santos – (Francisco de Assis Educação, Cidadania,**
3724 **Inclusão e Direitos Humanos – FAECIDH) – Fechado.**

3725 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global) –**
3726 **Pessoal a minuta está assim: “relatório de atividades, 2019...” A Luana faz uma**
3727 **proposta aqui não é Luana de fazer até 2021, não é?**

3728 **Sra. Luana – Isso, porque daí já fecha o biênio, não é?**

3729 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global) – Sim.**
3730 **Ela havia me dito isso mesmo que ia fazer uma estruturação do relatório,**
3731 **coordenação de apoio ao Comitê, então aqui é a parte da ficha catalográfica,**
3732 **sumário, apresentação, composição, representantes do governo, sociedade civil,**
3733 **aí tem o tópico das reuniões, pessoal eu vou lendo aqui de modo, como passando**
3734 **rápido, se quiserem que parem, ou outro formato, podem falar. Então,**
3735 **apresentação: “O Comitê Nacional foi criado e tudo...” há uma apresentação aqui**
3736 **do Comitê, atribuições legais e aqui é um resumo. Em 2019 o Comitê se reuniu**
3737 **duas vezes e em 2020 se reuniu seis vezes. Dentre as atividades realizadas**
3738 **destacam-se a realização dos 5º processo seletivo de peritos.” Luana, me vem a**
3739 **dúvida aqui se essas seis vezes contemplam duas ou uma reunião extraordinária**
3740 **que ocorreram.**

3741 **Sra. Luana – Não, só as ordinárias. As extraordinárias tem que fazer a contagem.**

3742 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global) – É**
3743 **importante não é?**

3744 **Sra. Luana – Ano passado foi uma e esse ano foi uma. Em 2019... em 2018 a**
3745 **gente não teve extraordinária. Me corrija Vitória, porque eu estava de licença, não**
3746 **participei, mas 2020 teve uma e 2021 mais uma.**

3747 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global) – 2020**
3748 **teve quantas?**

3749 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da Ordem de Advogados do**
3750 **Brasil)** – Eu não me lembro, Luana.

3751 **Sra. Luana** – 2020 teve uma que foi a 12ª extraordinária e esse ano a gente teve
3752 mais uma que foi a 13ª extraordinária. 2019 não teve não, que eu conferi aqui, só
3753 foram duas ordinárias.

3754 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – Duas
3755 vezes em 2019... reuniões ordinárias.

3756 **Sra. Luana** – Isso.

3757 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – Em
3758 2020 se reuniu seis vezes em reuniões ordinárias e uma em reunião
3759 extraordinárias. Entre as atividades realizadas, destaco a realização do 5º
3760 processo seletivo pelo resumo das principais atividades.

3761 **Sra. Luana** – João. Em 2020 foram cinco ordinárias. Desculpa.

3762 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** –
3763 Confirma isso daí?

3764 **Sra. Luana** – Confirmando, deixa eu confirmar aqui, só um minuto.

3765 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – Eu
3766 vou deixar aqui em aberto. Aprovado a gente coloca o número correto.
3767 “Composição, então aqui é uma composição legal, a seleção dos membros da
3768 sociedade civil estabelecida a partir do edital 2018, a composição foi publicada
3769 nos seguintes decretos... Atualizou aqui com o último Decreto, 8 de junho,
3770 representantes do governo, o Ministério da Justiça... participantes da sociedade
3771 civil... Composição da Mesa Diretora, aqui vice presidência de um ano e do outro.
3772 A Mesa Diretora. Convidados do CNPCT... São os convidados, tem duas qualidade
3773 de convidados, importante a gente colocar aqui, convidado especialista e aqui a
3774 Fernanda, convidados permanentes. O Ministério Público Federal...

3775 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da Ordem de Advogados do**
3776 **Brasil)** – João, de CNJ e CNMT nós não tivemos representantes esse biênio?

3777 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – No
3778 tempo que eu estou aqui...

3779 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da Ordem de Advogados do**
3780 **Brasil)** – Não mandaram nomes, não é?

3781 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – Não.

3782 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da Ordem de Advogados do**
3783 **Brasil)** – Eu lembrei agora, João, de convidado, aí não sei se é permanente ou é
3784 especialista, o CMDH chegou a mandar nomes. Eu lembro.

3785 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – Sim.
3786 O CMDH.

3787 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da Ordem de Advogados do**
3788 **Brasil)** – Isso. Chegou a participar de algumas reuniões.

3789 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – É. O
3790 Patriota também, pelo CNDH. CNDH também permanente porque é órgão ou
3791 instituição pública. Nós vamos completar isso daqui, enfim. Vamos lá. Principais
3792 atividades, missão do MNPCT e CNPCT do Rio Grande do Sul. Eu vou ler aqui as
3793 atividades, as iniciativas todas. “Recondução de perita, 5º processo seletivo do
3794 Mecanismo...” a tabelinha com os candidatos aprovados. Aqui tem a RENILA,
3795 precisamos colocar aqui a inclusão da vaga de reserva para deficiente. PCD.

3796 **Sra. Fernanda (ANADEP)** – João, aqui, Fernanda da ANAPE. Desculpa fazer a
3797 intervenção aí durante a sua explicação.

3798 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – Não,
3799 não tem desculpa para isso não. Porque não tem culpa não.

3800 **Sra. Fernanda (ANADEP)** – Tranquilo. Só fazendo sobre aquela especificação lá
3801 de convidado permanente ou especialista, a nossa convocação, até ontem estava
3802 dando uma olhada nos documentos, realmente foi na qualidade de convidado
3803 permanente. Então não sei se vocês tem documentos diferentes ali na qualidade
3804 de convidado permanente.

3805 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – Por
3806 qual órgão?

3807 **Sra. Fernanda (ANADEP)** – Da ANADEP.

3808 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – Essa
3809 é a questão, porque tecnicamente não é uma instituição de natureza pública.

3810 **Sra. Fernanda (ANADEP)** – Entendi.

3811 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – E os
3812 convidados permanente são instituições públicas.

3813 **Sra. Fernanda (ANADEP)** – Certo. Então, acho que talvez tenha que rever aí as
3814 convocações, mas ao menos essa foi a qualidade em que fomos convocados,
3815 realmente. Então não sei... Como é m relatório, não é?

3816 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – Sim.

3817 **Sra. Fernanda (ANADEP)** – Sobre atividades que foram feitas. Talvez para o
3818 futuro se possa fazer essa correção, mas realmente a convocação foi nessa
3819 qualidade. Então até se você quiser, ontem mesmo eu estava falando com a
3820 Luana sobre esses documentos, se você quiser até a gente pode depois
3821 compartilhar as convocações e até a posse que fizemos lá em 2019, foi nessa
3822 qualidade. Mas, enfim, como é só um relatório, se você quiser deixar como
3823 convidados permanentes e aí qualquer coisa depois a gente faz a correção e
3824 envia algum documento que seja necessário.

3825 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – Bom,
3826 Fernanda, eu entendo. Eu preciso ver por que, se foi um ofício na qualidade de
3827 convidado permanente, se foi o ofício que é enviado para todos os convidados no
3828 qual a gente não faz uma separação. A gente convida e aí essa qualificação, essa
3829 classificação nós estamos fazendo diante da natureza desse convidado que vem.
3830 Se é um convidado de órgãos de instituições públicas, como Defensoria, Ministério
3831 Público Federal, como diz a lei, é um convidado que está no parágrafo dos
3832 permanentes. Se a instituição a qual ele representa não é uma instituição pública
3833 mencionado no parágrafo específico dos permanentes e aí tem a qualidade de
3834 convidado especialista que é o parágrafo seguinte e convidado por adesão ao
3835 SNPCT, que tem essa possibilidade também regimental. Então a gente tem feito
3836 esse tipo de classificação regimental técnica para seguir os trabalhos. Os ofícios
3837 enviados, pode ser que o ofício, voltando o ofício da ANADEP tenha mencionado
3838 o convite a ela como permanente e aí podemos fazer essa ressalva, mas os
3839 ofícios atualmente enviados pelo o que eu acompanho, ele vai para os
3840 convidados, inclusive os e-mails. Agora, eu... isso é algo que a gente não estava
3841 separando aqui, então me coloco também aí para essa margem de reanálise e
3842 faço essa ressalva aqui. Até para minha equipe, a Luana me ajudar a resgatar
3843 esses... A forma desses convites, enfim. Eu quero é cooperar com a transparência
3844 mesmo.

3845 **Sra. Fernanda (ANADEP)** – Sim. Se for possível então, eu não sei se vai ser
3846 aprovado agora o relatório, deixar apenas convidado e aí depois a gente colocaria
3847 a especificação correta, enfim, com a reanálise dos documentos para que a gente
3848 não tenha, eventualmente já um equívoco. Eu te agradeço. Obrigada.

3849 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** - Hum
3850 hum. Obrigado também. Principais atividades aqui eu fiz apresentação da tabela.
3851 Reuniões. O CNPCT realizou sete reuniões ordinárias e uma reunião
3852 extraordinária. Luana...

3853 **Sra. Luana** - Oi, pode falar.

3854 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – Se
3855 isso daqui é até 2021, são mais.

3856 **Sra. Luana** - Isso. Hum hum. Tem que atualizar aí. Se vocês acharem mais
3857 rápido, mais profícuo o trabalho, grifar o que precisa ser atualizado que aí eu
3858 busco logo e já vou atualizado o relatório, não sei, como vocês acharem melhor,
3859 porque eu preciso atualizar aí também, eu acho que ele não está atualizado com
3860 as três últimas reuniões ordinárias, a pauta, porque ainda vai ter as pautas. Então
3861 precisa colocar aí também.

3862 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – É isso
3863 que eu estou querendo dizer.

3864 **Sra. Luana** – Duas extraordinárias também.

3865 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** –
3866 Extraordinárias. Beleza. Então a 24^a apresentação aqui dos destaques da reunião,
3867 25^a, nesses destaques aqui tem o que ocorreu de destaque administrativos,
3868 informes e os encaminhamentos. É isso Luana que... É isso que foi a metodologia
3869 adotada?

3870 **Sra. Luana** – Isso. Exatamente.

3871 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – Então
3872 aqui também na 25^a, depois na 26^a, 27^a, 28^a, aqui os destaques da 28^a, 30^a,
3873 reuniões canceladas, 27^a 19 de maio e teve a 33^a reunião extraordinária.
3874 Produção, notas públicas. Isso aqui tem que preencher ainda?

3875 **Sra. Luana** - Sim. Elas não estão preenchidas porque ainda como a gente... Eu
3876 ainda não consegui fazer o levantamento, é preciso resgatar em todas as Atas, se
3877 não me falhe a memória a gente só teve uma nota pública conjunta publicada e
3878 resoluções a gente teve eu acho que 12, 13, preciso conferir também. E
3879 recomendações a gente teve três recomendações publicada nesse biênio. Aí, eu
3880 ainda não coloquei porque eu preciso saber se vocês vão querer anexar todas as

3881 notas públicas que já foram feitas pelo CNPCT ou apenas desse biênio. Nos
3882 relatórios passado a gente colocava todas. Mas aí quem define é o plenário se
3883 quer colocar todas ou só as desse biênio aí.

3884 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** –Luana, como regra, todos
3885 os atos que foram produzidos pelo CNPCT eles entram como anexo do relatório.
3886 Então, como regra a gente mantém todos os documentos como anexo, as
3887 resoluções, as recomendações, enfim, resoluções. Então, temos que manter.

3888 **Sra. Luana** – Ok.

3889 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – E lembrando a todos que
3890 essa leitura que o João está fazendo aqui é uma leitura vertical, esse documento
3891 já foi disponibilizado lá no driver, então é mais... Nós estamos cumprindo aquela
3892 obrigação legal de aprovação do relatório anual para publicação.

3893 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** –
3894 Temos aqui o relatório orçamentário das passagens das reuniões presenciais, um
3895 registro de presença nas reuniões. Então precisa complementar... Complementar
3896 as presenças na 31ª e na 33ª RO. Tem o registro aqui dos convidados. Incluir
3897 MPF e CNDH.

3898 **Interlocutora não identificada** – E a APP também, João, que eu acho que não
3899 apareceu aí.

3900 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Aí tem que tirar o “e” ali
3901 do MPF, vírgula, CNDH...

3902 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** –
3903 Reuniões extraordinárias aqui. A 13ª foi a desse ano, não é?

3904 **Sra. Luana** - Isso.

3905 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – Acho
3906 que a Secretaria de Governo participou aqui, da desse ano.

3907 **Sra. Luana** - Da extraordinária não.

3908 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** –
3909 Secretaria Geral da Presidência e Secretaria de Governo. Isso aqui é SEGOV não
3910 é?

3911 **Sra. Luana** - Hum hum.

3912 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – Eu
3913 me confundi com a da presidência. E aqui a gente novamente incluir esses fatores
3914 aqui.

3915 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da Ordem de Advogados do**
3916 **Brasil)** – João, só um adendo que a Andressa da RENILA está na sala de espera
3917 aguardado para entrar.

3918 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** –
3919 Obrigado Vitória, estou concentrado aqui e não vi. Então os anexos. Juntando
3920 toda a documentação das decisões produzidas. É importante colocar nessa
3921 metodologia aqui, mencionar que o relatório é até a 33ª RO, caso ocorra outro RO,
3922 não entra nesse relatório. Presidente, plenário, aprovemos o relatório.

3923 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Então, após essa
3924 visualização aí e ajustes apenas com relação à forma...

3925 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** –
3926 Luana, fecha o seu áudio, por gentileza.

3927 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Caso não tenha
3928 nenhuma aprovação contrária, então é pela aprovação do nosso relatório anual de
3929 atividades.

3930 **Interlocutora não identificada** – Sávio, questão de ordem, eu não acho que a
3931 gente tem como aprovar o relatório nessa reunião, porque falta um monte de
3932 elementos no relatório ainda, falta anexar as notas, as resoluções que aprovamos,

3933 eu não me oponho a aprovar na nossa próxima ordinária, não tem problema
3934 nenhum, seria a última ordinária, mas aí eu gostaria de fazer uma leitura do
3935 relatório pronto.

3936 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Eu vou pedir para a
3937 Coordenação Geral, a Coordenação de Apoio, considerando essa ponderação,
3938 que após esses ajustes da inclusão lá dos atos que foram expedidos pelo CNPCT
3939 é que compartilhe no driver, para finalização dessa aprovação na próxima reunião
3940 ordinária.

3941 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – Eu
3942 não me oponho, a minha preocupação é que não há decisão de que ela vá
3943 ocorrer. Tendo em vista que ficou avaliada, ficou postergada para hoje até o final
3944 do dia uma decisão sobre aquele acordo de consolidar a continuação do mandato
3945 para ocorrer a próxima RO.

3946 **Sr. Marco Vinicius Pereira de Carvalho (Ministério da Mulher, da Família e**
3947 **dos Direitos Humanos)** -

3948 **Sr. Marco Vinicius Pereira de Carvalho (Ministério da Mulher, da Família e**
3949 **dos Direitos Humanos)** - João, questão de ordem, eu não entendi isso não. Eu
3950 entendi que... Eu tinha entendido que as reuniões que já estão previstas aí no
3951 calendário serão mantidas. Porque o mandato da sociedade civil vai ser mantido.

3952 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – Ok.
3953 Retiro a minha fala.

3954 **Sr. Marco Vinicius Pereira de Carvalho (Ministério da Mulher, da Família e**
3955 **dos Direitos Humanos)** – Salvo melhor juízo, não sei se eu fiz entender errado.

3956 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – Não,
3957 excelente, foi uma interpretação minha.

3958 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – A reunião ordinária já
3959 está prevista, realmente como colocou o gabinete já está prevista a reunião, então
3960 ela ocorrerá, não vejo nenhum prejuízo de apenas para ente formalizar essa
3961 aprovação na próxima reunião.

3962 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** –
3963 Perfeito. Então enviaremos novamente por e-mail, incluindo os ajustes para que
3964 aprovemos na próxima reunião.

3965 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Então, seguindo para
3966 finalizar a nossa pauta, temos mais dois assuntos, primeiro assunto relacionado a
3967 uma previsão do sistema nacional de prevenção e combate a tortura, me parece
3968 também que não existe nenhuma objeção, até porque é uma previsão legal, em
3969 que pese desde 2018 não realiza essa reunião. Então, conforme lembrado pelo
3970 integrante do CNPCT acionaremos o sistema para promover essa reunião. João
3971 Lança, você buscou algum dado? Conseguiu a última Ata, enfim, os participantes?

3972 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – Sim,
3973 subi no driver nós subimos aqui no drive está... Eu fiz uma anotação aqui, enfim.
3974 Perdi essa anotação. Na última reunião do sistema que foi em 2018... Eu vou abrir
3975 aqui, compartilhar a Ata, fazer uma leitura aqui supervisão porque aí a gente tem
3976 as ideias para poder discutir.

3977 **Sr. Marco Vinicius Pereira de Carvalho (Ministério da Mulher, da Família e**
3978 **dos Direitos Humanos)** - O cerne da questão aqui, João, que me parece,
3979 desculpa a intervenção aqui mais uma vez é a gente verificar a capacidade da
3980 coordenação para organizar essa reunião, enquanto tempo nós precisamos para
3981 organizar. Porque ela já vai... A questão da Ata, como foi, como foi, para nós
3982 talvez seja irrelevante. A questão é saber, qual o tempo que a coordenação
3983 precisa para organizar essa reunião. Porque ela vai ocorrer. A gente aqui vai
3984 discutir só uma questão de data, o que é mais... A conveniência das datas, parece
3985 que ida. Eu preciso de 30 dias para fazer isso, 60 dias... Não sei. Aí a capacidade

3986 de organização que vocês precisam aí, dizer para nós: “Ah, eu preciso de tanto
3987 tempo.” Para gente poder fechar uma data, porque a reunião vai ocorrer.

3988 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Exato. É isso mesmo
3989 Marco, nesse sentido e também lembrando que os colegas podem sugerir os
3990 pontos de pauta da reunião para os colegas que compõe a mesa diretora e
3991 precisaremos de uma pauta para essa reunião. Não adianta apenas marcar a
3992 reunião, por exemplo, em julho, enfim, ou até agosto mesmo coincidindo com a
3993 outra reunião do CNPCT, mas precisaremos de um pauta. E aí eu peço até para a
3994 colega da OAB, a Vitória que fez a... Nos lembrou bem esse dispositivo do sistema
3995 nacional, a sugestão de pauta para a próxima reunião do sistema.

3996 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da Ordem de Advogados do
3997 Brasil)** – Sávio, posso inclusive falar com os colegas da sociedade civil e nós
3998 fazemos essa conversa fora da ordinária para sugerir a pauta. Eu só queria
3999 sugerir que já fosse agendada, sabe? (Ininteligível).

4000 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – A
4001 minha sugestão e um pedido é que a gente defina a data do dia... Na última
4002 semana de setembro. Data do dia 30 de setembro.

4003 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – 30 de setembro que dia
4004 é, João?

4005 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – 30 de
4006 setembro é uma quinta-feira, se eu não me engano. E que encaminhemos a
4007 realização de uma reunião preparatória. Uma reunião preparatória em meados de
4008 agosto. Ali, uma semana antes da nossa reunião ordinária. Por que eu faço esse
4009 pedido? Em Julho nós estaremos no andamento do edital. Dia 05 de agosto, a
4010 primeira semana de agosto é a assembleia virtual de votação. E aí, meados de
4011 agosto ali a gente faz uma reunião preparatória e encaminha essa pauta, inclusive
4012 essa pauta pode ser mencionada, consolidada na próxima RO, em 30 de
4013 setembro nós fazemos essa reunião.

4014 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – João, eu vou sugerir que
4015 a gente entre como ponto de pauta já na reunião ordinária, é para evitar que
4016 tenhamos várias reuniões. Como já foi bem colocado, o calendário está apertado.
4017 Então sugerir que na próxima reunião ordinária a gente trate sobre uma pauta
4018 para a reunião dos sistema. O sistema ele precisa acionar alguns atores, então
4019 realmente precisa de um tempo de comunicação. Então para evitar o
4020 desdobramento de uma outra reunião preliminar para o sistema, a minha sugestão
4021 é que a gente inclua um ponto de pauta, vai passar pela mesa diretora claro, para
4022 tratar sobre a reunião do sistema na próxima reunião de agosto, a ordinária.

4023 **Sr. Marco Vinicius Pereira de Carvalho (Ministério da Mulher, da Família e**
4024 **dos Direitos Humanos)** - A proposta é otimização da reunião, de um tema na
4025 reunião ordinária para fazer essa preparatória é isso?

4026 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Exatamente, exatamente.

4027 **Sr. Marco Vinicius Pereira de Carvalho (Ministério da Mulher, da Família e**
4028 **dos Direitos Humanos)** - Olha, eu não me oponho a nada disso aí que está
4029 sendo colocado, em setembro para preparação, eu acho que por nós aqui
4030 teríamos o consenso para fazermos dessa forma. Está bem?

4031 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Ok. Obrigado Marcos. Se
4032 não tem nenhuma posição contrária, podemos encaminhar nesse sentido então.
4033 Alguma manifestação dos colegas?

4034 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da Ordem de Advogados do**
4035 **Brasil)** – Sávio, é só um pequeno adendo, porque esse ponto da pauta estava
4036 vinculado a comemoração do dia 26 de junho, que é uma data alusiva as vítimas
4037 de tortura. E aí, eu a até falei para o Ribamar que ele poderia retomar esse
4038 assunto que acabou ficando prejudicado na pauta do Mecanismo, para saber se o
4039 Comitê faria alguma coisa, na data. A ideia era ter feito a reunião do sistema, mas
4040 claro que não vai dar tempo, até porque é tipo depois da próxima semana, então
4041 fica muito apertado, mas eu chamaria o Ribamar de novo, Riba, se você está aqui

4042 na reunião, que é muita gente eu já não acho mais ninguém, para que falasse
4043 novamente a ideia do Mecanismo para essa data. E quem sabe, o Comitê pode se
4044 juntar ao Mecanismo, aproveitar, ao invés de pensar em algo sozinho.

4045 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – É. Realmente Vitória, dia
4046 26 nós temos duas semanas aí, 26 é no sábado, então essa comunicação
4047 realmente ficou muito encima. Então, essa sua sugestão quem quiser aderir
4048 alguma ação do Mecanismo, o Mecanismo já vem programando isso já algum
4049 tempo. Ribamar, nos ouve?

4050 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da Ordem de Advogados do**
4051 **Brasil)** – Ou Ribamar ou alguém do Mecanismo, se puder se manifestar...

4052 **Interlocutora não identificada** – Eu não sei se Ribamar caiu a conexão, mas a
4053 ideia que nós pensávamos era de poder construir essa agenda juntos, como
4054 sistema e aí nós pensamos a possibilidade de um evento de dois turnos e trazer
4055 para a discussão aqui do que seria possível construir junto, considerando que aqui
4056 temos representantes de organizações e do governos que estão em diversas
4057 pautas no dia a dia que envolve a privação de liberdade. Então o que eu acho que
4058 o Ribamar ia trazer era isso, propor que nós pudéssemos construir esse evento
4059 conjuntamente, como Comitê, ou como sistema.

4060 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Entendi. Na verdade não
4061 existe um planejamento prévio, era sugestão de...

4062 **Interlocutora não identificada** – Não, não é só sugestão, só sugestão Sávio, por
4063 enquanto.

4064 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – A
4065 Adriana colocou, Sávio, um encaminhamento aqui atrás sobre a necessidade de
4066 tirar do papel a ideia de um GT de monitoramento. Algo que apareceu em
4067 reuniões ordinárias no ano passado, GT para acompanhar o monitoramento do
4068 MNPCT. Que tal fazermos então um encontro nesse dia para definirmos um fluxo

4069 de monitoramento das recomendações da MNPCT. Um fluxo nacional de
4070 monitoramento, pelo menos os macro processos disso?

4071 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Mas nesse dia você diz o
4072 quê? Dia 26?

4073 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – Não.
4074 Coloca aí na segunda-feira posterior ou na sexta-feira anterior, dia 25.

4075 **Sr. Marco Vinicius Pereira de Carvalho (Ministério da Mulher, da Família e**
4076 **dos Direitos Humanos)** - Você está propondo outra reunião?

4077 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – É. É
4078 um encontro dos atores interessados, nós dos CNPCT, o convite podemos
4079 disparar hoje para propor uma minuta de um fluxo nacional de monitoramento e
4080 celebrada.

4081 **Sr. Marco Vinicius Pereira de Carvalho (Ministério da Mulher, da Família e**
4082 **dos Direitos Humanos)** – Eu acho complicada mais outra reunião daqui alguns
4083 dias, João. Eu acho bem difícil para nós aqui. Agora, ontem foi discutido uma
4084 situação de GT, esse outro GT que a gente já discutiu, se eu não me engano, já
4085 aprovou a criação, não pode englobar essas atividades e aí desse GT que já está
4086 em discussão aqui no Comitê sair uma proposta de Resolução já a ser trabalhada
4087 no mesmo GT e a gente vem só para aprovar isso, discute-se no GT a Resolução
4088 e a gente vem para aprovar aqui no colegiado, que já tem o outro GT sendo
4089 proposto. A gente até citou nomes aqui, o pessoa já fizeram a manifestação de
4090 querer fazer parte.

4091 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Pessoal, eu acho que
4092 nós acabamos confundindo algumas questões aqui. Quando surgem essa data,
4093 enfim, para realizar algum evento já muito próxima, nós entendemos que o
4094 Mecanismo já teria alguma coisa em andamento. Então me parece que é muito,
4095 realmente de difícil execução, uma semana, duas semanas para programar algo.

4096 Então eu tenho alguns colegas ali que voltaram, o Ribamar talvez tenha alguma
4097 outra informação. A minha sugestão é realmente a gente consolidar em que pese
4098 a não ser a data, mas trazendo uma referência sobre a importância ali, do enfim,
4099 da data e fazer um registro posterior, mas não sei se a coordenação geral teria
4100 condição de organizar um evento agora, tendo em vista o curto prazo. Ribamar,
4101 você nos acompanha agora? Eu acho que ainda não, viu Vitória.

4102 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da Ordem de Advogados do**
4103 **Brasil)** – Riba, nós não estamos te ouvindo.

4104 **Sr. Ribamar Araújo (MNPCT)** – Então, agora eu consegui voltar. Desculpe.

4105 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da Ordem de Advogados do**
4106 **Brasil)** – Pronto.

4107 **Sr. Ribamar Araújo (MNPCT)** – Eu ouvi até me chamarem. Não, a ideia nesse
4108 capítulo da semana, é nós fazermos a exemplo do que fizemos em outros anos de
4109 que a gente pudesse fazer uma programação conjunta alusiva ao dia internacional
4110 de apoio às vítimas que como cai em um sábado, a proposta é que nós
4111 pudéssemos retomar duas opções no domingo. Eu vou tentar projetar a proposta.
4112 Mas basicamente era que nós, a exemplo da missão comum que temos, nós
4113 conseguíssemos fazer ou uma semana cheia, isso pode assustar a todo mundo,
4114 mas uma das vantagens, se a gente pode chamar assim, desse período de
4115 pandemia é que nós adquirimos uma cultura de diálogo virtual. Então seria, se nós
4116 selecionássemos, a ideia número 1, se nós escolhermos a semana do dia 26 a
4117 semana do... perdão, a semana do dia 28, a semana do dia 2, nós poderíamos
4118 fazer em cada um dos dias uma sessão, uma live que alcançasse um dos públicos
4119 mais vulneráveis na problemática da tortura e, por isso, da nossa missão
4120 institucional comum. Dou-lhes o exemplo, dia 28 é o dia em que se celebra o dia
4121 do orgulho LGBTI, não é isso? Me ajude Caio, se eu estiver enganado. E nós
4122 estamos em plena missão, que nós interrompemos, com foco prioritário na
4123 população LGBT. Então, naquele dia nós faríamos umas lives alusiva a esse

4124 público como público mais vulnerável na problemática da tortura. E aí, nesse dia
4125 então dialogaríamos da experiência do MNPCT com os convidados que nós temos
4126 nessa rede, Caio podia ser um desses interlocutores elegendo aí a programação
4127 que queríamos. No segundo dia sobre a saúde mental, aqui temos dignas
4128 representantes da RENILA, a Marcia que esteve conosco de ações anteriores, a
4129 Andressa e no terceiro dia o público, as audiências de custódia que é uma coisa
4130 que está merecendo de todos nós, muito debate. Aí temos aqui a Silvia Dias da
4131 OAB entre outros atores que tem discutido a importância de retomada de não criar
4132 cultura “Essa não” de uma cultura permanente de audiências de custódia virtual. O
4133 terceiro dia, com a digna representação aqui da Adriana que foi quem muito
4134 coordenou isso no Mecanismo, a questão das instituições de longa permanência,
4135 nós somos assombrados que a gente acha que a tortura só está no
4136 socioeducativo ou no prisional e o que a gente vive nas instituições de longa
4137 permanência com idosos, em termos de tratamento cruel, desumano, degradante
4138 e tortura. Esse seria o plano ideal e o plano A, como planejamento, a gente pode
4139 trabalhar com o plano A ou o plano B. Qual é o plano B? É tentar fazer um mix de
4140 todos esses temas e trazer em um dia só que aí seria no dia 28 na nossa
4141 proposta. Como assim? Um grande tema com foco na pandemia. Sob muitos
4142 aspectos a pandemia agravou o problema do tratamento cruel, desumano e
4143 degradante e tortura no espaço de privação da liberdade. Entre outras coisas
4144 porque a ausência de visita, a ausência de audiência de custódia presencial, a
4145 ausência de inspeções reais dos órgãos de controle externo, tornaram aquilo
4146 que (ininteligível) tanto como relator da ONU tanto chamou atenção, que a tortura
4147 é um crime de oportunidade. Portanto não ter visita, não ter visita, não ter controle
4148 externo, ele torna as pessoas mais vulneráveis a tortura. Então eu não sei se sou
4149 claro na ideia. Se nós encontrarmos folego, de toda forma aqui nós íamos
4150 constituir, é a nossa sugestão, do Mecanismo, um grupo de trabalho que iria dar
4151 desdobramento a essa ideia. Nós podemos aprovar o plano A, qual é o plano A,
4152 do nosso ponto de vista ideal, é ter uma semana de lives e debates traduzindo o
4153 tema. Que poderia até surgir outros, coisas que nós já estamos prontamente
4154 engajados em fazê-lo e temos uma rede de atores e parceiros estratégicos, entre

4155 eles, vocês em primeiro plano, que estão disponíveis no dia a dia para fazê-lo. Ou
4156 então, se medirmos a nossa força avaliarmos que faríamos somente o dia cheio, a
4157 gente faz o dia 28 duas sessões. Preservando o quê? Preservando o dia alusivo
4158 ao combate... A prevenção e combate a tortura e trazendo diversos atores dos
4159 diversos segmentos dos mais vulneráveis para esse debate. Essa é um pouco a
4160 proposta, eu não sei se fui claro, se não eu estou a disposição. Eu vou tentar
4161 projetar, eu sou meio analfabyte, as propostas aqui narradas.

4162 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa) –** Ribamar, sim, foi claro.
4163 Aí assim você realmente apresenta aí, já tem um desenho feito pelo Mecanismo,
4164 inclusive com pauta, enfim. Então eu vou pedir para você alinhar isso com a
4165 coordenação geral e o apoio nosso para difundir isso para todos os membros do
4166 CNPCT. Claro que cada um poderá participar dentro... tendo em vista a
4167 proximidade da divulgação dessa programação do Mecanismo, então cada um
4168 participará dentro da sua possibilidade de agenda. Então assim que tiver esse
4169 desenho melhor, se puder compartilhar com a coordenação geral e a coordenação
4170 geral tem os meios de notificação de todos os membros, eu peço para que faça
4171 isso, está bem Ribamar?

4172 **Sr. David Raimundo Santos – (Francisco de Assis Educação, Cidadania,**
4173 **Inclusão e Direitos Humanos – FAECIDH) –** Olha só, Sávio, lembrando que em
4174 uma das nossas reuniões do Comitê, nós aprovamos alguns temas e um tema foi
4175 esse, o extermínio da juventude negra. E eu solicito, carinhosamente que façamos
4176 um seminário online com esse tema. Eu já tenho até três pessoas de auto grau de
4177 conhecimento, de peritos para compor o seminário. Está tudo prontinho, caso
4178 vocês não tenha objeção, é só a gente bater o martelo.

4179 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa) –** A minha sugestão, frei é
4180 que já alinhe isso com o Ribamar para entrar nessa temática, porque como nós
4181 temos temas diversos aqui já desenhado pelo Mecanismo, eu acho que poderia já
4182 aproveitar esse material já para fazer de forma preliminar já uma, enfim, uma
4183 divulgação. Não prejudicando futura também apresentação do material.

4184 **Sr. David Raimundo Santos – (Francisco de Assis Educação, Cidadania,**
4185 **Inclusão e Direitos Humanos – FAECIDH) –** Fechou. Ribamar, vamos nos falar
4186 no privado.

4187 **Sr. Marco Vinicius Pereira de Carvalho (Ministério da Mulher, da Família e**
4188 **dos Direitos Humanos) -** Desculpa Frei, desculpa Frei. Eu só sugiro que se
4189 concentre aí no pessoal do Mecanismo essa organização.

4190 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa) –** É, o Mecanismo já tem o
4191 planejamento. Conforme o Ribamar apresentou...

4192 **Sr. Marco Vinicius Pereira de Carvalho (Ministério da Mulher, da Família e**
4193 **dos Direitos Humanos) -** Pois é. Pois é.

4194 **Sr. David Raimundo Santos – (Francisco de Assis Educação, Cidadania,**
4195 **Inclusão e Direitos Humanos – FAECIDH) –** Um trabalho conjunto, Mecanismo e
4196 comissão.

4197 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa) –** É, o que eu peço para o
4198 Mecanismo é compartilhar esse planejamento com o Comitê para a coordenação
4199 geral puder divulga isso pela notificação por e-mail para os colegas, inclusive já
4200 com os links, Ribamar para quem puder, dentro da possibilidade ali da agenda,
4201 participar do evento.

4202 **Sr. Ribamar Araújo (MNPCT) –** Combinado. Eu já mandei, inclusive para o João,
4203 porque eu tentei projetar, mas eu acho que não estou autorizado, como devia ser
4204 mesmo. Eu tentei atravessar o samba e não conseguir projetar. Aí eu estou
4205 mandando para o João Lança, se ele quiser projetar, mas eu vou tentar salvar
4206 bem aqui na área de trabalho, perdão, no chat, que aí cada um já sai com essa
4207 proposta mínima.

4208 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa) –** Perfeito. Perfeito e
4209 também peço para o João compartilhar por e-mail para os membros do CNPCT.
4210 Então, dando sequência, o outro pedido de inclusão de pauta pela OAB sobre o

4211 ofício 1.055 desse ano, do DEPEN. O DEPEN apresenta uma solicitação de
4212 informações, está buscando alguns dados e aí a OAB solicitou uma inclusão de
4213 pauta sobre o assunto, pergunto se o... Primeiro passo para OAB para falar um
4214 pouco sobre o assunto e depois já, se possível acionar o colega Torquato do
4215 DEPEN para apresentar algumas informações. Por favor, OAB que solicitou a
4216 inclusão de pauta, Vitória Buzzi.

4217 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (Conselho Federal da Ordem de Advogados do**
4218 **Brasil)** – Obrigada Sávio. Se a Silva da APT topar, eu cederia a minha fala para
4219 ela porque foi inclusive uma sugestão da APT e por isso que eu pedi para incluir
4220 na pauta. E aí já pediria, claro... Peço paciente porque o caminhão de lixo chegou
4221 aqui na minha quadra. Mas eu já solicitaria se o doutor Cristiano, que é do DEPEN
4222 está disponível porque a gente já mantém um diálogo e não precisaria nem pensar
4223 em um encaminhamento de chamar o DEPEN para a próxima reunião, porque ele
4224 já está aqui no nosso Comitê. Silvia, por favor.

4225 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Nós vamos checar aqui
4226 os dois, se os dois estão presentes. Silvia Dias da ATP, se encontra na reunião?

4227 **Sr. Silvia (ATP)** - Sim. Sim. Eu voltei, tive que me ausentar, como tinha
4228 comentado no início, mas agora estou aqui. Obrigada, que bom que se pode
4229 chegar nesse ponto na pauta, eu trouxe essa preocupação ontem aqui para
4230 colegiado, para o Comitê porque chego ao nosso conhecimento um ofício que
4231 saiu, um ofício emitido pelo Departamento Penitenciário Nacional, sobre uma
4232 consulta, mas uma ponderação que o DEPEN parece estar fazendo sobre
4233 substituir a assistência religiosa presencial por uma implantação de sistemas de
4234 áudio, sistemas fechados de áudio na forma de rádio ecumênicas. E assim,
4235 claramente isso traz para gente uma severa preocupação, primeiro porque todas
4236 as pessoas presas tem direito na assistência religiosa, isso é algo que é garantido
4237 e essa assistência religiosa ela, necessariamente a religiosidade justamente ela
4238 presume também a questão da presença física, a pessoa ir lá e ter esse contato
4239 com quem prover esse serviço religioso. E também a gente sabe que é justamente

4240 através, exatamente da presença, muitas vezes, por exemplo, das Pastorais
4241 Carcerárias, dos voluntários das igrejas e justamente a gente consegue ter uma
4242 maior transparência, consegue se ter um acesso maior as pessoas presas, não só
4243 um apoio moral as pessoas presas, mas justamente os voluntários religiosos ou
4244 todos que fazem algum tipo de serviço religioso dentro das unidades, eles também
4245 são, digamos de alguma forma, uma forma de controle, uma outra voz dentro das
4246 unidades. Isso é extremamente importante. Então a gente está falando... Assim
4247 acho que não se trata, pelo o que eu li do ofício das manifestações com quem eu
4248 conversei sobre esse assunto, se trata não de influir talvez isso como algo a mais
4249 para ampliar o direito a assistência religiosa, mas entendi que está sendo
4250 considerado como algo para substituir a presença dos representantes religiosos
4251 nas unidades. E aí, isso realmente preocupa muitíssimo a APT e claro preocupa
4252 muitíssimo a outras entidades também que trabalham nessa temática e eu queria
4253 pedir, que bom que tem representante do DEPEN aqui, bom primeiro perguntar
4254 sobre isso. Pedir alguns esclarecimentos, entender se essa é realmente a
4255 proposta do DEPEN e porque eu acho que precisa ser discutida. Com muito
4256 cuidado e então eu queria escutar talvez, primeiramente.

4257 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Obrigado Silvia pelo
4258 esclarecimento do ponto. Consulto ao colega Cristiano Torquato se eles nos
4259 acompanha e se teria algum dado sobre a questão.

4260 **Sr. Cristiano Tavares Torquato (Ministério da Justiça e Segurança Pública)** –
4261 Bom dia Sávio, bom dia Silvia e demais membros. Primeiro obrigado pela
4262 oportunidade de falar sobre esse tema, porque o DEPEN não tem direito a defesa
4263 por conta de um ofício de consulta que tem sido divulgado em alguns meios de
4264 comunicação com uma interpretação divorciada daquilo que foi pensado, daquilo
4265 que se está pensando. Eu quero ler dois parágrafos que eu escrevi aqui, só para
4266 eu não perder a linha de raciocínio e depois fazer um breve comentário sobre isso
4267 daí para trazer esclarecimentos sobre um tema tão importante e tão caro para nós.
4268 Os representantes religiosos são um dos poucos grupos da sociedade civil que
4269 tem acesso ao interior das unidades prisionais, considerando uma gestão

4270 participativa o trabalho vem historicamente sendo feito em relação no dia a dia das
4271 unidades prisionais brasileiras. Significa uma prestação de grande trabalho ao
4272 sistema penitenciário brasileiro nas suas dificuldades, em uma forma de
4273 visualização dos problemas. Está sendo realizadas, nesse momento consultas ao
4274 diversos atores envolvidos na assistência religiosa como prognóstico para
4275 implementações de ações que venham fortalecer a assistência religiosa. Rádios
4276 ecumênicas são uma das possibilidades como capelania ente outras
4277 possibilidades, para que se possam mitigar os problemas que estão sendo
4278 identificados na assistência religiosa. Em pesquisa recente, o Departamento
4279 Penitenciário Nacional, até a data de ontem, tinha levantamento de que 72% das
4280 unidades estão sem assistência religiosa neste momento. E que ao menos uma
4281 centena de unidades prisionais das mais das 1.400 no Brasil não receberam
4282 nenhuma visita de Assistência religiosa durante esse ano. Então é um alvo
4283 perseguido pelo DEPEN, o fomento da Assistência Religiosa. E aí, colocada essa
4284 primeira colocação aqui, eu quero (ininteligível). A construção da política... Eu não
4285 vou dar aula de política pública, até porque certamente passaria vergonha que tem
4286 pessoas aqui, mais letradas que eu, mas a construção da política pública, ela
4287 passa por uma identificação de um diagnóstico, por um desenho de caracterização
4288 de uma política, por um impacto orçamentário, depois vai para uma estratégia de
4289 implementação e depois para uma estratégia de governança e depois no
4290 monitoramento de avaliação. O que está acontecendo nesse momento é diante
4291 disso, esse tema de assistência religiosa que é um tema extremamente importante
4292 para recuperação do indivíduo, é uma das poucas coisas que é capaz de fazer
4293 gerar autocrítica no indivíduo. É uma ação que vem de dentro para fora e não de
4294 fora para dentro. É diferente da educação, é diferente do trabalho e renda, de toas
4295 as ações que o DEPEN propõe. Eu não vou falar delas aqui porque seriam muitas
4296 delas e as políticas existentes nesse sentido. Mas nesse contexto, vem sendo
4297 construída essa ideia de fomento à assistência religiosa e isso vem sido
4298 construído como? Existem orientações das escolas de governo, dos órgãos de
4299 controle de como fazer isso. De como fazer estudo, de como fazer análise de
4300 como foi feito em outros países, de como fazer as experiências de sucesso, a

4301 previsão de custos, chama análise ex ante. Esse trabalho é um trabalho
4302 demorado, que foi feito também na ideia de construir uma política de
4303 fortalecimento da assistência religiosa. Até porque, o Plano Nacional de Política
4304 Criminal e Penitenciário 2020-2023 ele traz essa perspectiva como uma das
4305 coisas importantes a reconstrução dos vínculos familiares, a reconstrução dos
4306 valores religiosos, respeitando a forma laica do Estado brasileiro, inclusive de
4307 quem quer ser agnóstico e também da educação. São tripé que se sustenta na
4308 visão do Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciário, pelo Conselho
4309 Nacional de Política Criminal e Penitenciário que vincula o DEPEN como órgão
4310 executivo. Então, nessa linha a construção vem sendo feita pela nossa diretoria,
4311 que coincidentemente está na nossa área aqui, está sob a minha subordinação
4312 esse tema. Então eu conheço detalhadamente. É um tema muito caro para nós.
4313 Nessa construção são consultados os atores, são consultados... a gente
4314 conseguiu até a data dados atualizados aqui, que ia falar mesmo, até a data de
4315 ontem tinha 1.340 unidades prisionais tinham respondido ao questionário. 1.442.
4316 Quase a totalidade das unidades prisionais a gente conseguiu... E oitenta... Deixa
4317 eu pegar o dado aqui, 83% das unidades não tem espaço para assistência
4318 religiosa. Então, nesse contexto nós fomos consultar os atores sobre
4319 possibilidades, uma das possibilidades de sucesso que foi analisado por vários
4320 cases, seria uma rádio ecumênica, aonde você poderia complementar as ações,
4321 não substituindo, como algumas pessoas colocam. Inclusive o ofício começou pelo
4322 DEPEN, tem um parágrafo ali, embora dê a interpretação dúbia, mas tem um
4323 momento oportuno que ele fala isso, não substitui ação, até por conta dos
4324 mecanismos das Regras de (ininteligível), contra a Lei de Execução Penal, enfim,
4325 além dos regulamentos que tratam do assunto e que os senhores sabem muito
4326 bem. Então, nesse contexto foi feito essa contusa, para que digam se acham bom
4327 e se tem outras opções. É uma consulta aberta e a pedido, eu vou até
4328 compartilhar o ofício aqui, que foi mandado esse daí, 55. Eu vou por ele aqui no
4329 chat, para vocês observarem e inclusive encaminhar para quanto mais entidades
4330 religiosa puderem responder, melhor. Agora, infelizmente algumas entidades
4331 colocarão isso em mídia como se o DEPEN quisesse acabar, pelo contrário. É

4332 atingir onde não tem e de uma forma complementar. O ministro, quando ele vai
4333 em uma instituição religiosa, ele fala com algumas pessoas que estão no pátio. Se
4334 você tiver um sistema, você pode fazer saúde, você pode fazer informativo, você
4335 pode fazer cursos no sistema de áudio, você pode fazer várias coisas, entre elas
4336 assistência religiosa, em complementação, como disse o ministro, independente
4337 da profissão de fé, pode conseguir acessar centenas de pessoas em um horário
4338 determinado. Havendo, logicamente uma sequência de profissão de fé de cada
4339 um e o direito de cada um de querer ouvir ou não. Então esse é o contexto que foi
4340 colocado e pedido opinião. E para nossa surpresa, de repente, a gente começou a
4341 ver em algumas mídias, Instagram e coisas do gênero, manifestações
4342 extremamente contrárias quando na verdade é uma consulta, é uma consulta...
4343 “Não, é bom isso, é bom. Ok”. Anotado e as decisões vão ser tomadas,
4344 considerando todas essas questões, considerando todas essas opiniões. Então eu
4345 agradeço aqui a oportunidade de trazer esses esclarecimentos e também me
4346 coloco a disposição na construção porque esse é um tema que para nós é muito
4347 caro. É um tema que, uma das políticas, tem várias políticas e não existe política
4348 de assistência religiosa. É importante considerar isso, que no Brasil toda a
4349 assistência religiosa nos estabelecimentos prisionais, ela é feita pelo
4350 proativíssimo, pela dedicação de instituições religiosas. Fazem isso gratuitamente.
4351 Ao contrário do que deveria ser. Então o Estado deveria fomentar e promover isso,
4352 por exemplo, em alguns países que existem capelanias contratadas. Como existe
4353 na PM, como existe nas Forças Armadas. Então essa é a ideia, na verdade, só
4354 que isso envolve uma quantidade de recursos que os Estados Unidos põe, enfim.
4355 Envolve uma outra situação, mas essa é a ideia que a gente defende e patrocina.
4356 Eu quero agradecer aqui para quem trouxe esse tema para o Comitê, porque eu
4357 fiquei muito feliz de poder trazer essa informação aqui, espero que seja difundida.

4358 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa) –** Obrigado Cristiano
4359 Torquato pelos esclarecimentos aí. Realmente o Comitê é esse espaço para
4360 gente, inclusive registrar algumas questões que passam sem registro. Então
4361 agradeço pelos dados e os dados chamam atenção, quando você fala que 83%

4362 não tem espaço para assistência religiosa que é uma previsão constitucional e o
4363 impacto é direto, enfim, na ressocialização das pessoas privadas de liberdade.
4364 Todos sabem a importância de se ter uma assistência religiosa adequada. Então,
4365 pelo o que eu entendi o DEPEN está buscando alternativas, buscando dados para
4366 atender esses preceitos constitucionais. Então obrigado pelos esclarecimento. Eu
4367 vou passar a palavra agora. Tem a inscrição da Fernanda, da ANADEP e depois a
4368 Sílvia na sequência. Por favor, Fernanda.

4369 **Sra. Fernanda (ANADEP)** – Obrigada Sávio, Cristiano, eu posso te chamar de
4370 Cristiano? Facilito aqui a nossa comunicação. Bom, realmente esse tema é de
4371 extrema relevância, a gente tem que debater aqui nesse cenário do Comitê de
4372 prevenção e combate a tortura. Aqui no Estado de Goiás, Cristiano, as denúncias
4373 que recebemos talvez reflitam um cenário que se repita em outras instâncias, em
4374 outros estados do país. Na época que eu estava na Coordenação do Núcleo de
4375 Direitos Humanos aqui da Defensoria de Goiás, tivemos uma crescente
4376 quantidade de denúncias que vinham hora da pastoral carcerária, hora de outros
4377 grupos religiosos sobre, na verdade resistências das próprias unidades ao serviço
4378 que era prestado por esses grupos e entidades. Especificamente me lembro, que
4379 no final de 2019, tivemos inclusive denúncias graves aqui do interior de Goiás
4380 quanto a revistas vexatórias que freiras, voluntários eram submetidos, realmente
4381 com a intensão de evitar, de se construir mais uma barreira ao ingresso dessas
4382 entidades e a prestação de serviço de assistência religiosa. Eu percebi que você
4383 colocou aqui como uma das motivações dessa restrição e a esse acesso a esse
4384 direito, da assistência religiosa, a escassez de espaços nas unidades de uma
4385 forma geral para que essa assistência seja prestada de forma com intimidade das
4386 pessoas que estão ali sendo assistidas. Mas a pergunta que eu coloco aqui é se
4387 esses procedimentos, infelizmente ilegais foram objetos também de análises.
4388 Quais seriam os procedimentos? Os procedimentos que identificamos aqui nas
4389 denúncias de restrições indevidas das próprias direções de unidades prisionais ao
4390 ingresso e de adoção de procedimentos, o senhor cito aqui as regra de Mandela,
4391 realmente tratados e em documentos internacionais e também internos, abusivos

4392 que configura inclusive tortura, realmente como a revista vexatória em voluntários,
4393 integrantes dessas organizações. Então essa é a primeira pergunta se a
4394 motivação dessa ausência de assistência ou dessa escassez de assistência foi
4395 avaliada, se essa resistência, essa avaliação foi considerada entre as motivações,
4396 caso essas motivações tenham sido aí preteridas por vocês e a segunda pergunta,
4397 se vocês, na qualidade do DEPEN das suas próprias funções e missões, a partir
4398 dessa constatação e até dessas denúncias que eu imagino que se estendam pelo
4399 resto do país, se vocês consideraram também a existência de regulamentos para
4400 evitar esse tipo de violação que, realmente é muito grave. Eu penso que,
4401 obviamente espaços específicos nas unidades prisionais para fazer essa
4402 assistência são fundamentais, mas se pensarmos em uma cultura de resistência,
4403 inclusive com a construção de obstáculos de tortura, como revistas vexatórias para
4404 impedir a entrada desses religiosos, eventuais espaços construídos seriam
4405 inocuos. Então essa é a minha segunda pergunta, se vocês consideraram a
4406 existência de regras para as próprias unidades prisionais não incidirem nesse tipo
4407 de postura e a terceira pergunta que é fundamental, lembro que tratamos aqui
4408 desse tema em outras oportunidades, quando a capacitação de agentes, policiais
4409 penais, diretores... Sobre as questões dos direitos humanos, dentre eles o acesso
4410 a assistência religiosa. Sempre que pelo menos nós da Defensoria Pública
4411 dialogamos com unidades prisionais, em relação ao acesso a direitos de uma
4412 forma geral dos internos, muitas vezes a gente se depara com essa
4413 impossibilidade de diálogo, realmente pela escassez de conhecimento até dos
4414 direitos ali, como o senhor bem mencionou, de regras fundamentais como as
4415 regras de Mandela. E penso que qualquer construção para ampliar esse direito
4416 sem uma prévia capacitação dos agentes, talvez também redunde aí em uma
4417 incapacidade, realmente, de se alcançar o resultado de ampliação do acesso a
4418 esse direito, constatada a partir dessas violações que a gente vê como muito
4419 frequentes, infelizmente. Então, coloco aqui essa contribuição, espero que nós
4420 tenhamos realmente uma construção para ampliar esses direitos que, realmente,
4421 como o senhor mencionou são essenciais para essas pessoas que se colocam ali
4422 já em um ambiente muito difícil de sobrevivência digna. Obrigada.

4423 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Obrigado. Obrigado
4424 Fernanda. Pergunto se o colega Torquato tomou nota, porque para atender as
4425 duas entidades convidadas a ANADEP e a ATP, eu vou passando agora para
4426 Silvia Dias. Relembrando, eu acho que a primeira pergunta está lincada com a
4427 terceira, não é? Qualificação dos agentes, enfim, instrução dos agentes e a
4428 primeira pergunta relacionado a questão das revistas das pessoas que prestam
4429 essa ação junto aos locais de privação de liberdade. E a segunda pergunta,
4430 Fernanda, se puder lembrar ali para facilitar ao Torquato, que eu vou passar para
4431 a Silvia, na sequência. Qual foi a segunda pergunta?

4432 **Sra. Fernanda (ANADEP)** – Perfeito, isso. A primeira questão sobre as revistas
4433 vexatórias e instrumentos que são utilizados de forma geral, para evitar ingresso
4434 dessas pessoas. A segunda pergunta sobre a existência de regulamentos
4435 especificamente quanto a essas motivações, de violação de revista vexatória, ou a
4436 simples negativa de ingresso que verificamos bastante e a terceira sobre a
4437 capacitação. Obrigada, Sávio.

4438 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** -
4439 Presidente, pela ordem.

4440 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Perfeito. Passo a
4441 palavra... João Lança, pela ordem.

4442 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** - Tendo
4443 em vista o horário e novas aqui questões apresentadas, tendo em vista também
4444 que se trata de um expediente de consulta, fica uma sugestão, caso os demais
4445 não se oponha, de essas perguntas irem como encaminhamento de hoje um
4446 pedido de esclarecimento por escrito do DEPEN a essas perguntas, para que as
4447 respostas aqui na reunião não estenda a reunião uma vez que são
4448 complementações até mesmo de outros motivos de consulta complementar. Ou
4449 seja, estendendo o objeto do ofício colocado.

4450 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Perfeito João, agradeço
4451 a sugestão, acho que independente de apresentarmos por escrito depois para
4452 buscar realmente um trabalho até para resposta, o que o colega Torquato tiver de
4453 dados imediato e quiser apresentar fique à vontade, viu colega Torquato. Então
4454 passo para Silvia Dias, peço a brevidade aí tendo em vista o avançar do horário.

4455 **Sra. Silvia Dias** – É isso que eu ia falar, eu acho que bom, já que temos aqui a
4456 presença do DEPEN, deixa-lo responder e claro, se puder depois trazer até por
4457 escrito as respostas também, ótimo, mas eu acho que temos que aproveitar esse
4458 espaço.

4459 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – E precisaremos da
4460 resposta por escrito, precisaremos uma demanda por escrito também, até para
4461 facilitar o colega depois. Por favor, Silvia.

4462 **Sra. Silvia Dias** – Sim. Bom, obrigada, Cristiano, eu estou puxando pelos
4463 esclarecimentos. Duas pontuações, a primeira que eu gostaria de fazer, eu
4464 entendo que assim, realmente... Eu entendo que é uma consulta e entendo que
4465 por traz, digamos o que levou o DEPEN fazer essa consulta e fazer toda essas
4466 ponderações a respeito desse sistema é a ideia de fortalecer. Então, pouco
4467 fortalecer a ciência religiosa. Então acho que assim, sendo isso, assim eu queria
4468 fazer, aproveitar o gancho também da Fernanda, eu acho que a gente deveria
4469 então, talvez pensar em diminuir a barreira para os assistentes religiosos que
4470 ingressam porque isso é fortalecer, quando a gente fortalece esses religiosos é
4471 justamente levantando as barreiras e permitindo de uma forma mais fluída que os
4472 agentes, assistentes religiosos possam ingressar nas unidades. Então isso é uma
4473 forma de fortalecer e por esse sistema não contempla. E acho que isso que o
4474 DEPEN poderia se debruçar era justamente como garantir uma maior presença da
4475 assistência religiosa dentro do cárcere. E algo que me preocupou do ofício, eu
4476 entendo que você falou... Você colocou que seria uma complementação, mas o
4477 ofício diz aqui: “Com sistema de áudio remoto, inexistiria a necessidade de
4478 entrada dos líderes religiosos nas áreas internas dos estabelecimento como

4479 ocorre hoje. O acesso seria apenas até a área administrativa. O uso desse
4480 sistema diminuiria a necessidade de entradas de líderes religiosos...” Então assim,
4481 o ofício ele está falando bem claramente que a ideia do sistema é para diminuir a
4482 entrada dos líderes religiosos. Eu acho que quando a gente quer promover a
4483 assistência religiosa é justamente uma maior entrada, pelo menos uma entrada
4484 dos líderes religiosos que precisam e querem ter esse acesso. Então assim, era
4485 só.... Eu entendo que é uma consulta, mas assim o ofício ele parece ter ali um
4486 sentido contrário do que o senhor colocou aqui. Uma coisa é um acréscimo, mas
4487 não uma coisa... Então assim, eu queria um pouco mais de entendimento sobre
4488 essa visão. E aí também, a questão do espaço eu entendo que é um problema,
4489 como o senhor falou, em 80% não há espaço para assistência religiosa, então
4490 assim, por isso do DEPEN seria talvez fomentar esses espaços. Então assim, eu
4491 só queria assim outras maneiras de fortalecer que justamente não é essa de a
4492 gente botar um sistema de áudio nas unidades. Então eu queria também propor
4493 aqui, talvez como encaminhamento, bom, para pensado pelo DEPEN, acho que
4494 uma consulta por escrito como foi colocado nesse ofício é importante, eu acho
4495 ótimo que o DEPEN tenha feito isso. Eu reconheço a importância de uma consulta
4496 como essa. Escutar todos os envolvidos, mas aí, sei lá, o próximo passo que haja,
4497 por exemplo, reuniões virtuais, obviamente nesse momento. Reuniões virtuais
4498 com as principais entidades religiosas, as principais entidades que tem presença
4499 no cárcere. Por exemplo, a Pastoral Carcerária Nacional que tem voluntários em
4500 todos Brasil, é uma das entidades mais presentes aí no cárcere brasileiro. Que
4501 eles façam parte, por exemplo, de GT's, de reuniões o próprio esse colegiado, o
4502 Comitê de prevenção e combate a tortura, um dos papéis do Comitê é justamente
4503 poder opinar sobre esse tipo de política pública. Então é muito importante que o
4504 Comitê esteja ao alcance também. Teria sido bom que a gente pudesse ser
4505 consultado... A gente. Eu não sou parte do Comitê, desculpa, nós somos
4506 entidades convidadas. Mas, por exemplo, aqui o Comitê tivesse sido ouvido, por
4507 exemplo, que esse ofício tivesse sido encaminhado ao Comitê também. Então eu
4508 gostaria até que em uma próxima reunião do Comitê que eu não sei como é que
4509 vai ser a próxima reunião do Comitê, mas talvez até o DEPEN pudesse estar

4510 presente para dar talvez assim, um pouco mais de esclarecimentos e mais
4511 informações de como está sendo esse processo discutido. Mas é isso. É só deixar,
4512 reafirmar aqui que eu acho que na minha visão, apesar de tudo que já foi trazido.
4513 Acho que ainda é preocupante é que a racionalidade, digamos a lógica por trás do
4514 sistema seja para diminuir a entrada de assistência religiosa. Assistência é
4515 garantida, garantida constitucionalmente, como o senhor falou também, garantido
4516 nas regras de Mandela e todos os princípios internacionais, ela tem que ser
4517 fomentada. E a presença física é a chave da ciência religiosa. O mínimo que a
4518 gente pode conseguir garantir para as pessoas que estão presas que elas tenham
4519 pelo menos o direito a exercer a sua fé com os líderes religiosos. Então era isso
4520 que eu queria colocar, espero que possa continuar essa conversa. O DEPEN
4521 possa voltar na próxima reunião para talvez trazer mais informações sobre como
4522 anda essa política. Obrigada.

4523 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Obrigado Silva Dias. E
4524 registro aqui, o colega Cristiano Torquato colocou os seus dados pessoais aqui no
4525 chat se colocando à disposição, quem quiser estender também algum raciocínio
4526 sobre a temática e tal, o DEPEN faz parte do... integra aqui não só o sistema
4527 como o colegiado do CNPCT. Então, pelo o que eu entendi da leitura Silvia, é que
4528 nós estamos buscando alternativas, tendo em vista essa restrição de presença
4529 física hoje. Então nós temos que buscar alternativas que possam ampliar o nosso
4530 leque. Então assim, eu não fiz a leitura de uma (ininteligível) que isso apenas seria
4531 o modal que seria empregado daqui para frente. Pelo o que eu vi aqui do ofício.
4532 Seriam uma alternativa a mais. Mas de qualquer forma, alguns colegas aqui já se
4533 manifestaram no chat, alguns estão registrando que precisam sair e a RENILA
4534 também colocou que a questão foi colocada pela RENILA, será reformulada e
4535 apresentada para a próxima reunião. Então, para finalizar, abro a palavra para o
4536 colega Cristiano Torquato para encerrarmos a reunião.

4537 **Sr. Cristiano Tavares Torquato (Ministério da Justiça e Segurança Pública)** –
4538 Ok. Obrigado Sávio, obrigado Silvia. Primeiro fazer uma autocrítica, realmente o
4539 texto do ofício ele passou por mim, eu tenho uma responsabilidade nisso, deixou

4540 uma interpretação nesse sentido que não seria complementar, mas seria
4541 substitutivo, muito embora em uma linha abaixo está escrito claramente que isso
4542 não substitui. Então, nesse contexto, realente teve uma possibilidade de uma
4543 interpretação que não é essa, por propósito não é essa a intenção. Importante
4544 dizer que isso não é implementação de ação, nós estamos na fase de diagnóstico
4545 de políticas, nós estamos a um esforço muito grande, na minha área aqui que eu
4546 coordeno, de seguir exatamente as recomendações e orientações das escolas de
4547 Governo da construção de política. Então nós estamos exatamente nisso de ouvir,
4548 agora é hora de falar: “Isso não serve, a rádio ecumênica...” só que aí o
4549 interessante colocar o seguinte, não é uma instituição que não quer que vai fazer
4550 uma política acontece ou não acontecer ou mesmo uma ação de uma política, é
4551 um contexto. Então, por exemplo, a gente está consultado todas as instituições
4552 religiosas, uma intuição está apontando em uma situação assim, 20 instituições
4553 estão dizendo que isso pode ser favorável. Então as decisões, que não competem
4554 a mim, competem as instâncias competentes. Elas vão considerar custo, vão
4555 considerar experiências de sucesso, vão considerar as opiniões negativas. Então
4556 nesse momento, realmente é o momento para dizer, olha, isso aqui... E até para
4557 gente ter a percepção crítica de que, olha isso aqui pode ser colocado de uma
4558 forma errada. E tentando responder um pouquinho a Silvia, só Sávio, desculpa
4559 aumentar porque já está na hora de a gente encerrar. Realmente houve...

4560 **Sra. Silva Dias** – Desculpa, não precisa... Só para complementar, a reunião vai
4561 até meio dia e meia, então tem um tempinho ainda. Não precisa...

4562 **Sr. Cristiano Tavares Torquato (Ministério da Justiça e Segurança Pública)** –
4563 Está bom. Então eu vou falar um pouquinho mais. É porque esse é um tema
4564 interessante, é um tema que eu gostaria mesmo de fazer uma binário sobre isso e
4565 discutir com todos os atores de todas as religiões, propostas de como fomentar,
4566 esse objetivo, como fomentar a assistência religiosa no Brasil, considerando
4567 possibilidades, alcances, custos... Por exemplo, construir estabelecimento,
4568 construir templo, por exemplo em estabelecimento prisional, é inviável, pelo custo,
4569 pelo espaço, por N situações, entendeu? Uma rádio ecumênica é barato. É algo

4570 que serve para situações educacionais, para N situações. Bem respondendo um
4571 pouquinho que eu acho que foi a Silvia que perguntou também, o
4572 descumprimento... O Departamento Penitenciário Nacional é órgão nacional, ele
4573 procura utilizar recursos, e fomentar políticas, e construir vagas, e dar alternativas
4574 penais e buscar para contratação de preso e egresso para que ele não reincida,
4575 para que ele tenha renda mista essa é a nossa briga número1 hoje que é uma
4576 resistência muito grande do empresariado em contratar egressos e também da
4577 contratação obrigatória que está prevista na temática. No Decreto 9.450 que
4578 sendo reformulado e é uma luta com o apoio do Ministério Público do Trabalho do
4579 CNJ para que nós consigamos colocar isso, que haja obrigatoriedade de 5% das
4580 contratações seja de egressos, porque são pessoas que não vão ter outra
4581 oportunidade. Se a pessoa saiu hoje do sistema penitenciário, se ele não tiver a
4582 oportunidade de renda lícita o que ele vai fazer? Ou vai para mendicância ou para
4583 reincidência. Então o Departamento Penitenciário Nacional ele trabalha nesse tipo
4584 de fomento, de vaga, de viatura, de alternativas penais de condições de
4585 (ininteligível) de alternativas penais, de monitoração eletrônica, de doação de
4586 carteiras escolares, de livros. Então embora nossos objetivos sejam comuns,
4587 enquanto Mecanismo trabalha na ponta, na fiscalização, o DEPEN trabalha na
4588 estratégia tentando ajudar, que seria muito pior se não houvesse o DEPEN ao
4589 longo dessas décadas que ele existe. Utilizando os recursos das loterias para
4590 implementar e para favorecer várias coisas. Então nesse contexto. A questão da
4591 dificuldade das entradas dos ministros religiosos é um descumprimento como
4592 vários outros descumprimentos existem dentro dos estabelecimentos prisionais,
4593 que o que falta é conhecimento, o que falta é conhecimento, cultura de
4594 conhecimento das legislações e respeito às legislações. Então eu não vou dizer
4595 que as rádios ecumênicas vão resolver esse problema, não vão, mas a rádio
4596 ecumênica também é uma forma do Ministro que vai falar com 10, fala com 200,
4597 com 500 e pode ser que não aconteça. Se a maioria entender que não aconteça
4598 esse custo, enfim, se todos os fatores, todas as lideranças religiosas falarem, isso
4599 não serve. Não serve. Esse é o objetivo da consulta, qual seria o mecanismo...
4600 Inclusive tem várias propostas, várias instituições religiosas mandaram novas

4601 propostas e novas sugestões. E uma ou outra, infelizmente não entrou em
4602 contato, mas está colocando várias questões na mídia. E eu gostaria, por favor, se
4603 alguém tiver contato com as instituições que tem criticado, passa o meu telefone,
4604 eu estou tentando falar e não consigo, para a gente estabelecer esse contato. Mas
4605 foi realmente pensado sim também em evitar essa revista vexatória, é uma das
4606 formas também do Ministro ir, conseguir atingir várias unidades, um mesmo
4607 ministro fazer assistência religiosa do seu segmento religioso chegar a uma
4608 quantidade enorme de pessoas que ele não conseguiria sem passar por uma
4609 revista vexatória. Como eu disse, não substitui, isso é complementar, final de
4610 semana, faz a visita presencial e durante a semana leva uma mensagem de
4611 solidariedade, de paz, de perdão e de misericórdia, conforme a profissão de fé de
4612 cada um. Eu não sei se eu respondi, mas eu sigo a disposição aí se precisar de
4613 mais alguma coisa.

4614 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Obrigado Cristiano
4615 Torquato, pelos esclarecimentos aí... Bom, considerando que nós temos mais
4616 nenhuma...

4617 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – Sávio.

4618 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Por gentileza, João
4619 Lança.

4620 **Sr. João André Alves Lança (Secretaria Nacional de Proteção Global)** – A
4621 Fernanda me enviou mensagem direta aqui que ela quer falar, fazer uma
4622 consideração rápida sobre a reunião de ontem.

4623 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Então, por favor,
4624 Fernanda. Tem a inscrição aí. Por favor.

4625 **Sra. Silvia Dias** - Desculpa, a gente vai mudar de pauta só para fazer um
4626 comentário rápido sobre a questão do Cristiano do DEPEN. Eu entendi que vai

4627 mudar o assunto, não é isso? Vai ser sobre outro assunto a fala da Fernanda, não
4628 é isso?

4629 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Parece que a sua
4630 conexão passou um pouco, Silvia.

4631 **Sra. Silvia Dias** – Voltou agora?

4632 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Sim. Por favor. João o
4633 seu áudio está aberto. Silvia e na sequência a Fernanda. Com a gentileza da
4634 Fernanda, de ser como sempre...

4635 **Sra. Silvia Dias** – Antes eu queria perguntar porque eu entendi que a Fernanda
4636 seria outro assunto, por isso que eu meio que está para fechar essa pauta do
4637 DEPEN. Bom, mas mais uma vez agradecer a presença do Cristiano, se o senhor
4638 puder estar na próxima reunião seria muito importante e a gente entende que
4639 obviamente houve uma redução, que há toda questão da pandemia, mas é
4640 também uma questão temporária, porque nós como ATP a gente preocupa muito
4641 é que a pandemia trouxe algumas discussões, em razão a pandemia, em razão da
4642 pandemia não tem acesso presencial como toda a questão de audiência de
4643 custódia virtual, bom são questões muito amplas, não vamos colocar agora para
4644 discutir isso. Mas somente para dizer que a pandemia é algo temporário. Ela vai
4645 passar. Então assim eu continuo muito sobre a necessidade de se pensar nessas
4646 políticas como a Fernanda Bem trouxe e eu também de como fomentar a
4647 presença física religiosa nas unidades. E o DEPEN nessa posição que tem
4648 justamente de diretrizes, de fomento a políticas, por exemplo, a política por
4649 exemplo, na não revista vexatória, poderia ser algo comentado pelo DEPEN. A
4650 política de capacitar, como o senhor falou, às vezes é um desconhecimento, os
4651 agentes não conhecem, então trazer esse conhecimento aos agentes justamente
4652 como um forma de se fomentar a assistência religiosa e não de virtual para algo.
4653 Porque o que me preocupa é que uma vez que tenha a rádio ecumênica aí vai ser
4654 assim: “Ah, mas não precisa entrar tantos assistentes religiosos porque já tem a

4655 rádio lá, o sistema de áudio, para que vai precisa ingressar.” Como agora estamos
4656 tendo toda a discussão em relação a audiência de custódia também. Então eu
4657 acho algo muito preocupante, acho mas consulta até mais ampla que vá além até
4658 das entidades religiosas, acho que é muito importante. Como eu falei, podemos
4659 trazer essa discussão aqui para o Comitê ou em outro espaço convidando também
4660 entidades que atuam na área penitenciária, na área prisional, que atua na área de
4661 direitos humanos para essa questão, como APT, inclusive, associação para
4662 Prevenção da Tortura, eu me coloco a disposição e eu vou escrever para o senhor
4663 depois para passar os meus contatos. Obrigado.

4664 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Obrigado Sílvia. Eu
4665 passo a palavra para Fernanda.

4666 **Sra. Fernanda (ANADEP)** – Obrigada Sávio, obrigada João. Bom, eu vou fazer...
4667 Eu prometo que não vai demorar nem três minutos. Eu vou fazer uma
4668 consideração rápida. Ontem nós tivemos aquela votação sobre um tema
4669 específico, sobre a recondução dos peritos e eu tenho certeza que todos nós
4670 sabemos aqui o papel da ANADEP e constitucionalmente o que a ANADEP
4671 representa por ser integrada por defensores públicos, Defensoria que segundo a
4672 constituição regime instrumento do regime democrático. E nós temos uma grande
4673 gratidão, principalmente a postura que sempre o presidente Sávio tem adotado em
4674 relação a ANADEP e a Defensoria Pública sempre muito democrático, abrindo
4675 espaços para as nossas manifestações e para o exercício da voz seja convidado
4676 especial ou permanente. A gente sempre tem essa dúvida aí, João, mas ontem,
4677 infelizmente nós precisamos fazer esse registro sobre a ruptura que tivemos da
4678 nossa possibilidade de manifestação em um ponto específico sobre a recondução
4679 dos peritos. Nós compreendemos obviamente o papel aqui dos convidados e
4680 abertura que temos apenas para apresentar a nossa voz em determinados
4681 espaços e entendendo obviamente que não tendo direito a voto e sendo um
4682 assunto específico, ou eventualmente que se entendeu pelo sigilo, que em
4683 determinado momento, assim deliberado, não haveria sequer a necessidade da
4684 nossa participação. No entanto, se tratava de um tema que consideramos

4685 extremamente caro, havíamos debatido anteriormente, inclusive, com a sociedade
4686 civil e realmente fomos surpreendidos em relação a uma rotina, a um
4687 compromisso do Comitê que sempre nos dá o espaço de abertura e comunicação
4688 e ontem não pudemos apresentar as nossas considerações em relação aquele
4689 tema em específico. E consideramos também que o sigilo não nos foi comunicado
4690 anteriormente. Então isso trouxe para nós também uma situação de
4691 constrangimento que infelizmente poderíamos até considerar como um
4692 desrespeito ali em relação a que fomos convocados para participar de uma
4693 reunião de uma forma integral, mas surpreendidos com uma ruptura e uma
4694 comunicação ali repentina sobre sigilos e a impossibilidade de manifestar a voz
4695 em determinado momento. Então, infelizmente, nós temos que deixar aqui
4696 registrado o descontentamento em relação a esse tema específico, já
4697 compreendendo realmente como tendo sido excepcional, porque não vemos como
4698 sendo uma regra dessa presidência e desse Comitê, mas apresentando também
4699 um pedido para que em casos semelhantes, eventuais sigilos ou impossibilidade
4700 de manifestação a gente possa discutir de forma saudável e democrática com
4701 antecedência para que a gente evite esse descontentamento, já que é tão
4702 importante também para nós fazer parte desse colegiado democrático e que tem
4703 uma missão tão importante no nosso país. É só isso, muito obrigada.

4704 **Sr. Sávio Andrade (Governo - Ministério da Defesa)** – Obrigada doutora
4705 Fernanda, fez esse registro pela ANADEP fica aí, para nossa Ata. O que ontem
4706 ocorreu foi, enfim, uma sequência já de um padrão, não foi uma novidade dessa
4707 presidência, registro aqui. A mudança dos atores na participação do CNPCT tem
4708 um ponto positivo e um ponto negativo, ponto positivo é que a gente traz ideias
4709 novas, a gente revigora e o ponto negativo que a gente tem uma quebra de
4710 memória institucional. Então assim, isso já aconteceu em outras ocasiões. Na
4711 época isso... Motivação e que continua é para que os membros tenham liberdade
4712 a exposição dos seus pensamentos para evitar um constrangimento seja o perito,
4713 seja o membro que tem uma relação às vezes próxima. Então o membro, naquele
4714 momento de votação ele tem essa liberdade de expor, pensar, raciocinar, ajustar,

4715 então foi o que aconteceu. Então o resultado foi publicado conforme previsto, a
4716 publicidade ela não foi prejudicada, a publicidade dos atos está aí. O colegiado por
4717 unanimidade, uma decisão consensuada que eu vejo que é uma decisão forte e
4718 robusta e pretendo que todo o Comitê atue nesse sentido de conseguirmos mais
4719 decisões consensuadas entendeu pela renovação do mecanismo. Então isso foi
4720 publicado hoje aí. Mas de qualquer forma, Doutora Fernanda, ficou registrado aí,
4721 vai para nossa anta. Você sempre agrega os trabalhos aqui. Então como nós não
4722 temos mais inscrições, a Silva já foi contemplada, eu finalizo a nossa reunião hoje
4723 agradecendo a presença de todos os colegas aqui e até a nossa próxima reunião.